

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE
FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA EM
REGIÃO DE FRONTEIRA - MESTRADO**

CRISTINA GRAMKOW

**A política de assistência social em Foz do Iguaçu e os imigrantes:
um diálogo necessário**

**FOZ DO IGUAÇU
2022**

CRISTINA GRAMKOW

**A política de assistência social em Foz do Iguaçu e os imigrantes:
um diálogo necessário**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira - Mestrado, do Centro de Educação Letras e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Pública em Região de Fronteira.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Frizon Rizzotto

**FOZ DO IGUAÇU
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Gramkow, Cristina

A política de assistência social em Foz do Iguaçu e os imigrantes: um diálogo necessário / Cristina Gramkow; orientadora Maria Lucia Frizon Rizzotto. -- Foz do Iguaçu, 2022.

144 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira, 2022.

1. Assistência social. 2. Fronteira. 3. Imigrantes. 4. Políticas públicas. I. Frizon Rizzotto, Maria Lucia, orient. II. Título.

GRAMKOW, C. **A política de assistência social em Foz do Iguaçu e os imigrantes: um diálogo necessário.** 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Prof. Dra. Maria Lucia Frizon Rizzotto. Foz do Iguaçu, 2022. CRISTINA GRAMKOW.

Aprovado em 16/12/2022.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Frizon Rizzotto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus Foz do Iguaçu (UNIOESTE)



Profa. Dra. Manoela de Carvalho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus Foz do Iguaçu (UNIOESTE)



Profa. Dra. Maria Geusina da Silva
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Dedico este trabalho às pessoas migrantes atendidas nos CRAS de Foz do Iguaçu/PR e a todos os profissionais da política de assistência social que contribuíram para este estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois sem sua vontade nada disto teria sido possível. Por conseguinte, expresso aqui minha gratidão à colega de trabalho Alexandra Urnau Santiago, que já era aluna regular deste Programa de Pós-Graduação e que despertou o meu interesse pela retomada aos estudos, especialmente no mestrado, me fazendo acreditar em minha capacidade intelectual, quando nem eu mesma acreditava que conseguiria.

À professora Dra. Maria Geusina da Silva, a quem recorri para orientação de como fazer o projeto, quais temáticas estavam em evidência naquele momento para que eu pudesse focar meus estudos e participar do processo seletivo e que, posteriormente, fez parte da minha banca de defesa.

Aos meus pais, Osmar Gramkow e Lourdes da Aparecida Pagnoncelli Gramkow; minha irmã Suelen Carise Gramkow; meu cunhado Valdomiro Both Zimmer e a pequena Maria Tereza Both Gramkow, minha sobrinha, que me apoiaram e respeitaram minha decisão, entendendo minha ausência em muitos momentos de lazer e diversão familiar.

Às minhas Chefes, Ellis Regina Busato Eberhard, Giselis Silva Viana e Karen Priscila dos Santos Loures Oliveira, que não mediram esforços em me liberar do trabalho durante os momentos em que necessitei me ausentar.

Estendo minha gratidão aos meus colegas de trabalho e amigos, que direta ou indiretamente, estiveram presentes em todo este percurso, nos momentos de alegrias e tristezas. Aos professores envolvidos neste processo, que ministraram suas aulas com conteúdos de grande valia, proporcionando aquisição de novos conhecimentos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Lucia Frizon Rizzotto, que foi fundamental neste percurso acadêmico/científico ampliando meus conhecimentos e me desafiando a buscar novas possibilidades para enriquecer este estudo.

Por fim, meus sinceros agradecimentos à banca de qualificação e examinadora, professoras Dra. Manoela de Carvalho e Dra. Maria Geusina da Silva, pelas valiosas contribuições, aos sujeitos entrevistados, profissionais dos CRAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, que foram solícitos em colaborar com minha pesquisa, aos colegas de turma, amigos e envolvidos que não mencionei, mas que direta ou indiretamente foram importantes neste processo de formação. Gratidão!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

GRAMKOW, C. **A política de assistência social em Foz do Iguaçu e os imigrantes: Um diálogo necessário.** 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Prof. Dra. Maria Lucia Frizon Rizzotto. Foz do Iguaçu, 2022. CRISTINA GRAMKOW.

RESUMO

A busca por serviços, benefícios, programas e projetos sociais de atenção familiar é a principal demanda dos usuários atendidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em geral constituído por uma população vulnerável social e economicamente. No caso de imigrantes, o risco de vulnerabilidade pode ser agravado, sendo os serviços sociais a única alternativa uma vez que se encontram em país desconhecido, sem uma rede de apoio familiar que possa contribuir no enfrentamento dos problemas que estão vivenciando. A presente pesquisa, de caráter exploratória, transversal, teve como objetivo geral analisar aspectos da política de assistência social de Foz do Iguaçu/PR e o acesso a benefícios sociais por imigrantes residentes no município. Estruturalmente, o estudo foi concebido em dois momentos; um primeiro de abordagem quantitativa, considerando dados secundários e informações fornecidas pela Secretaria de Assistência Social e CRAS do município de Foz do Iguaçu/PR. O segundo momento de abordagem qualitativa, consistiu em uma pesquisa de campo com realização de entrevistas com dez imigrantes residentes e usuários dos CRAS. Os dados quantitativos foram sistematizados em planilha de *Microsoft Excel*, realizado análise estatística descritiva simples. Os dados qualitativos foram sistematizados e analisados de acordo com a Análise Temática Dialógica, emergendo quatro categorias analíticas: 1) razões e motivações para a imigração; 2) serviços de assistência social para imigrantes em Foz do Iguaçu; 3) acesso a benefícios sociais por imigrantes e; 4) vulnerabilidades do imigrante. A perspectiva crítica, orientada pelo Materialismo Histórico Dialético se constituiu em referencial de análise, tendo a categoria desigualdade social papel central. Os resultados revelaram a ausência de registros nos serviços sócio-assistenciais do município que permitam identificar a demanda do público imigrante e os atendimentos realizados nos CRAS para essa população específica. Por meio do Cadastro Único, identificaram-se pessoas de 58 etnias, totalizando 4.442 estrangeiros. O maior número de registros (n=2.609) e de pessoas beneficiadas com Bolsa Família (n=1.450) foi constituído por pessoas oriundas do Paraguai e da Venezuela com 622 registros e 278 beneficiários do Bolsa Família. Argentinos tiveram 261 registros e 158 beneficiários, colombianos 216 registros e 186 beneficiários e haitianos com 122 registros e 100 beneficiários. Na pesquisa de campo, constatou-se que o processo migratório foi desencadeado por problemas econômicos, sociais e políticos no caso dos venezuelanos, de trabalho no caso dos paraguaios, para estudos pelos haitianos e por escolha familiar no caso dos argentinos. A inserção no mercado de trabalho foi incompatível com a formação acadêmica e profissional adquirida no país de origem, recebendo salários menores do que os brasileiros e com vínculos de trabalho precários. A pesquisa permitiu conhecer aspectos relevantes da realidade dos imigrantes, indicando a necessidade de pesquisas futuras que considerem o período pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico para identificar oscilações na demanda de serviços socioassistenciais, bem como o aperfeiçoamento dos sistemas de registro dos serviços socioassistenciais que permitam identificar a demanda e a assistência realizada para o público estrangeiro, especialmente por se tratar de região de fronteira.

Descritores: Assistência social; Fronteira; Imigrantes; Políticas públicas.

GRAMKOW, C. **Social welfare policy in Foz do Iguacu and immigrants: A necessary dialogue.** 144 p. Dissertation (Master in Public Health in Border Region) – State University of Western Paraná. Supervisor: Maria Lúcia Frizzon Rizzotto. Foz do Iguacu, 2022. CRISTINA GRAMKOW.

ABSTRACT

The search for services, benefits, programs and social projects for family care is the main demand from users of the Social Assistance Reference Centers (SARC), generally consisting of a socially and economically vulnerable population. In the case of immigrants, the risk of vulnerability can be aggravated, with social services being the only alternative once they find themselves in an unknown country, without a family support network that can help them face the problems they are experiencing. The present research, of an exploratory, cross-sectional nature, aimed to analyze aspects of the social assistance policy of Foz do Iguacu/PR and the access to social benefits by immigrants living in the city. Structurally, the study was conceived in two moments; a first one of quantitative approach, considering secondary data and information provided by the Secretariat of Social Assistance and SARCs of the municipality of Foz do Iguacu/PR. The second moment of qualitative approach, consisted of a field research with interviews with ten resident immigrants and users of SARCs. The quantitative data were systematized in Microsoft Excel spreadsheet, and a simple descriptive statistical analysis was performed. Qualitative data were systematized and analyzed according to the Thematic Dialogic Analysis, emerging four analytical categories: 1) reasons and motivations for immigration; 2) social assistance services for immigrants in Foz do Iguacu; 3) access to social benefits by immigrants and; 4) vulnerabilities of the immigrant. The critical perspective, oriented by Dialectical Historical Materialism, was the reference for the analysis, with the category of social inequality playing a central role. The results revealed the scarcity of records in the social welfare services of the municipality that allow us to identify the demand of the immigrant public and the services provided in SARC for this specific population. Through the Unified Registry, we identified people from 58 ethnic groups, totaling 4,442 foreigners. The largest number of registrations (n=2,609) and of people benefited by Bolsa Familia (n=1,450) were people from Paraguay and Venezuela with 622 registrations and 278 beneficiaries of *Bolsa Família*. Argentines with 261 registrations and 158 beneficiaries, Colombians 216 registrations and 186 beneficiaries, and Haitians with 122 registrations and 100 beneficiaries. In the field research, it was observed that the migratory process was triggered by economic, social and political problems in the case of Venezuelans, for work in the case of Paraguayans, for studies by Haitians, and by family choice in the case of Argentines. Their insertion in the labor market was incompatible with the academic and professional training acquired in their country of origin, with lower salaries than those paid by Brazilians and with precarious working conditions. The research allowed us to know relevant aspects of the reality of immigrants, indicating the need for future research that considers the pre-pandemic, pandemic and post-pandemic period to identify fluctuations in the demand for social assistance services, as well as the improvement of registration systems of social assistance services that allow us to identify the demand and the assistance provided to foreigners, especially because it is a border region.

Descriptors: Social assistance; Borders; Immigrants; Public policies.

GRAMKOW, C. **La política de asistencia social en Foz do Iguazu y los inmigrantes: Un diálogo necesario.** 144 p. Disertación (Maestría en Salud Pública en Región de Frontera) – Universidad Estadual del Oeste de Paraná. Orientadora: Maria Lúcia Frizón Rizzotto. Foz de Iguazú, 2022. CRISTINA GRAMKOW.

RESUMEN

La búsqueda de servicios familiares, prestaciones, programas y proyectos sociales es la principal demanda de los usuarios atendidos por los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), generalmente constituidos por población social y económicamente vulnerable. En el caso de los inmigrantes, el riesgo de vulnerabilidad puede agravarse, siendo los servicios sociales la única alternativa una vez que se encuentran en un país desconocido, sin una red de apoyo familiar que pueda contribuir a hacer frente a los problemas por los que atraviesan. La presente investigación, de carácter exploratorio y transversal, tuvo como objetivo general analizar aspectos de la política de asistencia social de Foz do Iguazu/PR y el acceso a las prestaciones sociales por parte de los inmigrantes residentes en la ciudad. Estructuralmente, el estudio fue concebido en dos momentos; un primero de abordaje cuantitativo, considerando datos secundarios e informaciones suministradas por la Secretaría de Asistencia Social y CRAS del municipio de Foz do Iguazu/PR. El segundo momento de abordaje cualitativo, consistió en una investigación de campo con entrevistas a diez inmigrantes residentes y usuarios del CRAS. Los datos cuantitativos se sistematizaron en una hoja de cálculo de *Microsoft Excel* y se realizó un análisis estadístico descriptivo simple. Los datos cualitativos fueron sistematizados y analizados según el Análisis Dialógico Temático, emergiendo cuatro categorías analíticas: 1) razones y motivaciones para la inmigración; 2) servicios de asistencia social para inmigrantes en Foz do Iguazu; 3) acceso a beneficios sociales por parte de los inmigrantes y; 4) vulnerabilidades del inmigrante. La perspectiva crítica, orientada por el Materialismo Histórico Dialéctico se constituyó como referencia de análisis, teniendo la categoría desigualdad social un papel central. Los resultados revelaron la ausencia de registros en los servicios de asistencia social del municipio para identificar la demanda de la población inmigrante y los servicios prestados en el CRAS para esta población específica. El Registro Único identificó personas de 58 etnias, totalizando 4.442 extranjeros. El mayor número de inscripciones (n=2.609) y de beneficiarios de *Bolsa Família* (n=1.450) correspondió a personas de Paraguay y Venezuela con 622 inscripciones y 278 beneficiarios de Bolsa Família. Argentinos con 261 inscripciones y 158 beneficiarios, colombianos 216 inscripciones y 186 beneficiarios y haitianos con 122 inscripciones y 100 beneficiarios. En la investigación de campo se constató que el proceso migratorio fue desencadenado por problemas económicos, sociales y políticos en el caso de los venezolanos, por trabajo en el caso de los paraguayos, por estudios por parte de los haitianos y por elección familiar en el caso de los argentinos. La inserción en el mercado de trabajo fue incompatible con la formación académica y profesional adquirida en el país de origen, recibiendo salarios inferiores a los brasileños y con vínculos precarios. La investigación permitió conocer aspectos relevantes de la realidad de los inmigrantes, indicando la necesidad de futuras investigaciones que consideren el período pre-pandémico, pandémico y postpandémico para identificar las fluctuaciones en la demanda de servicios de asistencia social, así como la mejora de los sistemas de registro de los servicios de asistencia social que permitan identificar la demanda y la asistencia prestada a los extranjeros, especialmente por tratarse de una región fronteriza.

Descriptor: Asistencia social; Fronteras; Inmigrantes; Políticas públicas.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AE	Assistência Estudantil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAD SUAS	Sistemas de Cadastro
CAD ÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECAD 2.0	Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CENTRO POP	Centro Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CIDH	Comissão Interamericana dos Direitos Humanos
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DVVA	Departamento de Vigilância Socioassistencial
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MHD	Materialismo Histórico Dialético
MPT	Ministério Público do Trabalho
NEPO	Núcleo de Estudos de População
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONG'S	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduo
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCD	Pessoas com Deficiências
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PR	Paraná
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RMA	Registro Mensal de Atendimento
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
RNM	Registro Nacional Migratório
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEC	Tarifa Externa Comum
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UE	União Europeia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade de Integração Latino Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1.	Mapa da tríplice fronteira brasileira.....	42
Figura 2.	Municípios de faixa de fronteira no Brasil.....	44

QUADROS

Quadro 1.	Nome do CRAS, data de implantação, localização e fonte de financiamento para implantação.....	56
Quadro 2.	Nome do CRAS, localização, abrangência, número e porcentagem de brasileiros e imigrantes atendidos no mês de referência.....	58
Quadro 3.	Dados sobre imigração de estudantes para o ensino superior no Brasil e Foz do Iguaçu.....	72
Quadro 4.	Número de inscritos, sexo e beneficiários do Bolsa família, segundo país de origem, Foz do Iguaçu, 2022.....	77
Quadro 5.	Características sociodemográficas e profissionais dos imigrantes entrevistados, Foz do Iguaçu, 2022.....	84
Quadro 6.	Descrição de benefícios recebidos e renda dos entrevistados, Foz do Iguaçu, 2022.....	95

GRÁFICOS

Gráfico 1.	Imigrantes residentes segundo o sexo. Foz do Iguaçu, 2022.....	70
Gráfico 2.	Imigrantes residentes segundo estado civil, Foz do Iguaçu, 2022.....	71
Gráfico 3.	Motivos que favorecem a migração, Foz do Iguaçu, 2022.....	71
Gráfico 4.	Imigrantes residentes segundo tipo de visto, Foz do Iguaçu, 2022.....	73
Gráfico 5.	Solicitantes de reconhecimento de condição de refúgio – 2019 a 2021, segundo alguns países.....	82

TABELAS

Tabela 1.	Número e média de famílias acompanhadas, atendidos e benefícios liberados nos CRAS, Foz do Iguaçu, 2022.....	61
Tabela 2.	Atendimentos coletivos realizados nos cinco CRAS, Foz do Iguaçu, 2022.....	64
Tabela 3.	Pessoas inscritas no Cadastro Único, Brasil e Foz do Iguaçu, segundo grau de vulnerabilidade.....	66
Tabela 4.	Perfil dos brasileiros e estrangeiros com registro no Cadastro Único, Foz do Iguaçu, 2022.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. OBJETIVOS.....	23
2.1 OBJETIVO GERAL.....	23
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	30
4.1 OS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS.....	30
4.2 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....	32
4.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	36
4.4 FOZ DO IGUAÇU/PR – REGIÃO DE FRONTEIRA.....	42
4.5 ASPECTOS GERAIS DE IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA.....	44
4.6 DESIGUALDADE SOCIAL E ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	47
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	50
5.1 TIPO DE PESQUISA.....	50
5.2 CAMPO DA PESQUISA.....	50
5.3 COLETA DE DADOS.....	51
5.4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	55
5.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	55
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
6.1 OFERTA DE SERVIÇOS E ATENDIMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS EM FOZ DO IGUAÇU/PR.....	56
6.2 POPULAÇÃO INSCRITA EM PROGRAMAS SOCIAIS: BRASIL E FOZ DO IGUAÇU.....	66
6.3 POPULAÇÃO IMIGRANTE EM FOZ DO IGUAÇU.....	70
6.3.1 Brasileiros e Estrangeiros inseridos no Cadastro Único em Foz do Iguaçu.....	73
6.4 O QUE DIZEM OS IMIGRANTES ENTREVISTADOS ACERCA DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO, ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS E PERMANÊNCIA NO BRASIL.....	84
6.4.1 Breve caracterização dos sujeitos entrevistados.....	84
6.4.2 Razões e motivações para imigração.....	87

6.4.3 O itinerário dos imigrantes no acesso a serviços socioassistencias em Foz do Iguaçu.....	92
6.4.4 O acesso dos imigrantes aos benefícios assistenciais em Foz do Iguaçu.....	94
6.4.5 Vulnerabilidade do imigrante.....	98
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
8. REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE A. Termo de consentimento livre e esclarecido.....	118
APÊNDICE B. Formulário de pesquisa.....	120
ANEXO A. Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	123
ANEXO B. Termo de ciência do responsável do estudo.....	126
ANEXO C. Artigo científico.....	127

1 INTRODUÇÃO

O ato de imigrar foi algo que desde criança eu ouvia dos meus pais e avós em relação aos meus ascendentes. Do lado materno, meus bisavós vieram da Itália, estabeleceram residência no Rio Grande do Sul, casaram-se e constituíram família. Do lado paterno, a origem dos bisavós se deu pela miscigenação entre poloneses e russos, que geraram meus avós, já nascidos no Brasil, no estado de Santa Catarina. Meus pais se conheceram no casamento de seus irmãos (irmão do meu pai com a irmã da minha mãe), onde foram padrinhos. Namoraram durante seis meses por cartas e se encontraram apenas três vezes antes do casamento. Minha mãe residia na cidade de Pato Branco/PR e meu pai em Santa Terezinha de Itaipu/PR. Após o casamento, minha mãe migrou de sua cidade natal para residir com meu pai, onde moram há 40 anos e onde tiveram duas filhas.

Após fixar residência nesta região e criar laços profissionais, afetivos, religiosos e comunitários, não mais quiseram se deslocar para outro lugar e por aqui criaram suas filhas, que também estudaram e teceram seus laços afetivos e de trabalho aqui. Desse modo, viver e trabalhar nesta região de fronteira me permitiu conhecer particularidades e belezas de distintas culturas; além de despertar o interesse em estudar aspectos do processo migratório, cujo desejo deu-se em grande medida pela atuação profissional em políticas e programas de assistência social. Como assistente social, cotidianamente convivemos com demandas de pessoas em processo de imigração e/ou imigrantes legalizados, que buscam acesso a direitos sociais.

Residir na tríplice fronteira, que compreende o espaço entre Brasil (Foz do Iguaçu), Paraguai (Ciudad Del Este) e Argentina (Puerto Iguazú), é ter a possibilidade de viver e conviver com uma realidade específica, particular, dinâmica e socialmente construída pelas diferentes etnias que aqui habitam. Pode-se dizer que esta “é a fronteira mais urbanizada e movimentada da América do Sul” (LISBOA; PERON, 2019, p. 180). Outrossim, para entender a lógica da fronteira é necessário imergir na história e compreender que o território transfronteiriço foi construído com a presença humana, muito antes da ocupação europeia, ou seja, os povos indígenas guaranis, povoaram e conceberam este território há centenas de anos (CURY, 2008).

A dinamicidade observada na fronteira permite enxergar a diversidade étnicocultural, seja para o turismo, compras e estudos, ou para o trabalho, moradia e saúde, onde inúmeras pessoas cruzam a Ponte Internacional da Amizade (fronteira entre Brasil e Paraguai) e a Ponte Tancredo Neves (fronteira entre Brasil e Argentina) diariamente para fins diversos. Na região

da tríplice fronteira, cada país possui características próprias e o fluxo entre eles se dá por diferentes motivos (CARDIN, 2013).

Os países que compõem esta fronteira, são visitados e habitados por pessoas que buscam atender necessidades distintas. As belezas naturais das Cataratas do Iguazu são um atrativo para milhares de turistas que visitam a região anualmente, mas outros estrangeiros escolheram a região para residir e realizar seus projetos pessoais e familiares. Foz do Iguazu é uma cidade cosmopolita, com mais de 80 etnias oriundas de países vizinhos da América Latina, como Paraguai e Argentina, mas muitos vieram de países como a China, Líbano, Arábia Saudita, Japão, entre outros.

No Brasil, a migração é descrita pelo Decreto n.º 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei da Migração n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Pelo Decreto considera-se imigrante à “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalhe ou resida e se estabeleça temporária ou definitivamente na República Federativa do Brasil” (BRASIL, 2017a, p. 1). Tal decreto dita as condições de entrada no país, vistos, permanência, taxas, emolumentos, bem como determina as competências de cada esfera do governo, no tangente à responsabilidade do atendimento da pessoa imigrante.

Ainda, a Lei da Migração esclarece que a política migratória brasileira garante ao imigrante “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017b, p. 3). Por efeito desta lei, é possível assegurar proteção socioassistencial ao estrangeiro residente e/ou em trânsito, pois independente da situação do estrangeiro, seja residente legalizado e/ou que esteja de passagem, estes “devem possuir uma condição jurídica que respeite a dignidade da pessoa humana, possibilitando-lhes a capacidade de gozar de todos os direitos daí provenientes” (SILVA; LIMA, 2017, p. 391).

No panorama internacional, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH, 2022) reconhece os imigrantes como sendo mais vulneráveis, se comparados aos nacionais, devido à posição de desvantagem social, considerando o contexto que estes possam estar inseridos em sua dimensão estruturada. Para os indivíduos que se encontram nesta situação, é imprescindível ter acesso às políticas públicas, no intuito de garantir-lhes condições mínimas de sobrevivência.

Silva e Lima (2017) pontuam que imigrantes em condições de subalternidade se tornam mais desprotegidos, agravando as situações de preconceito, xenofobia, violação de direitos, racismo, entre outras práticas que não facilitam a integração dos indivíduos na sociedade. Desta forma, as políticas referidas na Lei da Migração (2017b) devem se organizar

de modo a contemplar as necessidades deste público. Em relação à política de assistência social, objeto do presente estudo, os instrumentos normativos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) afirmam que:

O fenômeno da migração se manifesta de muitas formas no território nacional, apresentando especificidades. O primeiro passo para se definir o direito socioassistencial de pessoas em situação migratória é reconhecer que migrantes são sujeitos de direitos, com direitos e proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional (BRASIL, 2016a, p. 4).

Entretanto, no seu reconhecimento encontram-se obstáculos na prática diária, visto que muitos profissionais de distintas áreas, assim como setores da sociedade, não reconhecem que imigrantes são sujeitos de direitos e que necessitam de cuidados nas diversas políticas sociais existentes, assim como qualquer outra pessoa residente na nação. No estudo recente, desenvolvido por Arenhart, Rizzotto e Carrijo (2022, p. 1) em Foz do Iguaçu, concluiu-se que:

O exercício dos direitos fundamentais e sociais apresentam contradições próprias para quem vive em territórios fronteiriços, coexistem distintas concepções de cidadania e do seu exercício na fronteira e a noção de cidadania como atributo dos nacionais não é suficiente para a dinâmica que se estabelece nestes territórios.

De acordo com o instrumento normativo citado anteriormente, pode-se primeiramente considerar que o fenômeno migratório é de fato reconhecido legalmente no território nacional, devido aos direitos já assegurados em leis e decretos. Posteriormente, compreende-se que as pessoas que migram, de certa forma buscam algum tipo de cuidado ou acolhimento, não somente relacionados ao trabalho, mas acesso às diferentes políticas sociais existentes. No atual cenário sociopolítico brasileiro, a política de assistência social tem acentuadas demandas por imigrantes, tanto no que se refere aos direitos sociais (em forma de benefícios, como auxílio alimentação, aluguel social, auxílio natalidade, auxílio funeral, passagens, etc), como orientações, encaminhamentos para benefícios e serviços, programas e projetos de transferência de renda, no caso de imigrantes com residência fixa no país.

Com o intuito de compreender os aspectos relacionados ao fenômeno migratório no território de fronteira, esta pesquisa se centrou na oferta de equipamentos sociais e no acesso de brasileiros e imigrantes aos serviços e benefícios sociais da política de assistência social, oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Assim, emergiu a pergunta norteadora: quem são, quais os benefícios sociais que

procuram, bem como aspectos das condições de vida e trabalho do imigrante residente em Foz do Iguaçu usuário dos CRAS? Na perspectiva de responder aos objetivos desta pesquisa, buscou-se aprofundar o estudo no que se refere aos territórios onde estão localizados os CRAS, compreender suas particularidades e a forma na qual as demandas sociais se apresentam em cada região, tomando à desigualdade social como unidade de análise.

A escolha pelo município de Foz do Iguaçu como campo da pesquisa se deu em razão de fazer fronteira com dois países (Paraguai e Argentina), ser uma cidade na qual convivem dezenas de etnias, possibilitando exergar a realidade, as demandas e os desafios do fenômeno migratório na política de assistência social. A pesquisa se justifica, também, em virtude da baixa produção científica nesta área no âmbito da Saúde Pública em Região de Fronteira, que pode indicar novas possibilidades de estudos nesta área ou mesmo dar continuidade a esta pesquisa em estudos futuros.

A realização do estudo sobre o fenômeno migratório em Foz do Iguaçu se revela importante pois permite conhecer aspectos da realidade social da cidade e a dinâmica de atendimento da política de assistência social nos CRAS, que é considerada como a porta de entrada para o acesso aos benefícios e serviços desta política pública. Outrossim, a pesquisa auxilia na sistematização das informações coletadas, com o intuito de identificar as demandas e desafios no que tange ao atendimento da população imigrante permanente, bem como *a posteriori*, sugerir ações e mobilizar recursos para o seu enfrentamento, ofertando políticas públicas para atenção dessa demanda, uma vez que são amparados por lei, a qual repudia qualquer tipo de discriminação e racismo, visando garantir atendimento humanitário a estes sujeitos.

Estruturalmente, o trabalho se constitui em sete partes, conforme segue: 1) Introdução, que contextualiza o problema, apresenta a justificativa para escolha do tema e o campo de realização da pesquisa; 2) Objetivo geral e específicos; 3) Referencial teórico com ênfase na teoria marxista; 4) Revisão bibliográfica que divide-se em seis tópicos, sendo eles: 4.1 Direitos Humanos Universais; 4.2 Políticas Sociais no Brasil: breve histórico; 4.3 Política de Assistência Social no Brasil; 4.4 Foz do Iguaçu/PR e a mobilidade humana internacional; 4.5 Aspectos gerais da migração na fronteira; 4.6 Desigualdade social e suas consequências; 5) Percorso metodológico utilizado na pesquisa; 6) Resultados e a discussão e 7) Considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar aspectos da política de assistência social de Foz do Iguaçu e o acesso a benefícios sociais por imigrantes residentes no município.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Caracterizar a política de assistência social de Foz do Iguaçu com base na oferta de serviços socioassistenciais;
2. Identificar os serviços e benefícios sociais solicitados e recebidos por imigrantes permanentes residentes no município de Foz do Iguaçu;
3. Identificar aspectos migratórios, condição socioeconômica e itinerário percorrido pelos imigrantes residentes no município de Foz do Iguaçu no acesso a benefícios da política de Assistência Social.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria marxista foi adotada como referencial base teórico-metodológico na busca de conhecimento da realidade, possibilitando interpretar e entender a relação entre teoria e prática, no contexto da busca e acesso às políticas sociais por parte do público estudado. Sabemos que Marx não produziu conhecimento acerca do movimento migratório, mas deixou pistas de como o desenvolvimento do capitalismo exerce influencia nos processos migratórios.

O Materialismo Histórico Dialético (MHD) é um método de análise sociológica, que analisa aspectos da sociedade a partir da sua organização e divisão em classes sociais. Donário e Santos (2016) afirmam que Marx considerava o ‘Homem’ como ser natural, social e histórico, e que este se desenvolve a partir da luta de classes, num processo dialético. Os autores ainda pontuam que a ideologia de Marx (materialista) teve fortes influências de Hegel (idealista) na criação do método, considerando três pontos principais a serem destacados: 1) a ideologia do ser social em sua totalidade, atentando para suas relações; 2) a análise única e prática dos movimentos da história e; 3) um panorama do desenvolvimento como resultado do conflito entre forças contrárias.

Para entender o MHD é necessário compreender o que significa cada termo. Segundo Netto (2011), o ‘materialismo’ está relacionado com a materialidade da análise, ou seja, a realidade das pessoas não pode ser analisada como mero acaso. O termo ‘histórico’ considera a história da humanidade, que traz acontecimentos que se transformam a partir da ‘dialética’. Esta, por sua vez, advém da contradição que existe na sociedade entre os donos dos meios de produção e os explorados que vendem sua força de trabalho. Na teoria marxista, tal processo faz com que haja transformação na sociedade, porém, é necessário que o proletariado tenha consciência de classe, pois os trabalhadores tendem a ser alienados pela classe burguesa e não se dão conta do quanto são explorados.

Afim de realizar um contraponto no conceito de dialética, Marconi e Lakatos (2003) abordam o termo do ponto de vista hegeliano, que analisa as contradições a partir do momento que estas se superam, originando novas contradições que necessitam de resolução. Em outras palavras, visa interpretar a realidade dinâmica considerando a totalidade, uma vez que possam haver fatos relevantes, fora do contexto social, econômico e político.

Nessa linha apreensiva, Marconi e Lakatos (2003) destacam quatro leis da dialética: ação recíproca, mudança dialética, passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa e interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários. Em relação à

ação recíproca, as autoras pontuam que não se pode conceber o mundo como algo pronto e acabado, mas em constante transformação e mudança. Tudo é progresso e o fim de um processo significa o começo de um novo processo. Relatam que as coisas não são concebidas afastadas e sozinhas, mas de modo unificado com ações interligadas entre a natureza e a sociedade, posto que “essa lei leva à necessidade de avaliar uma situação, um acontecimento, uma tarefa, uma coisa, do ponto de vista das condições que os determinam e, assim, os explicam” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 102). Quanto à mudança dialética, as autoras discorrem que se tudo que transforma as coisas são derivadas de um processo, quando pensamos, nossas ideias se expressam. Quer dizer que se estabelecem técnicas ou métodos e todo desmonte das coisas é “relativa, limitada, mas seu movimento, transformação ou desenvolvimento é absoluto. Porém, ao unificar-se, o movimento absoluto, coincide com o repouso absoluto” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 102).

As referidas autoras mencionam que toda transformação e desdobramentos concretizam-se por meio das discordâncias e desacordos dos elementos. Segundo elas, essa contradição permite que as coisas sejam transformadas, mas isso não quer dizer algo negativo. Se considerarmos que a negação pode ser algo positivo, a realidade pode ser visualizada através de duas vertentes e, ao passo que ela pode ser negativa, ora se transforma em algo positivo, e assim a dialética acontece quando o processo passa da consciência para razão de modo dinâmico. Já em relação a passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa, ambas autoras referem que este processo se fundamenta num dado momento, que certas coisas atingem seu limite e se transformam, passam do estágio quantitativo para qualitativo (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Um exemplo citado para melhor compreensão foi o processo d'água quando submetida ao calor. A água aquece numa determinada temperatura, mas se esta for elevada, ela ferve. Neste ponto, como chegou ao ápice do calor ela se modifica do estágio quantitativo para o qualitativo, pois ultrapassou seu limite até que possa evaporar. O mesmo pode se dar quando o processo é ao contrário. Por último, abordam sobre a interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários, que se desdobram em três momentos. O primeiro deles é ‘contradição é interna’ que acontece quando produzem ação e reação das coisas. Como exemplo, as autoras citam que quando plantamos uma semente na terra, ao germinar e se tornar planta, a semente automaticamente não existe mais. Esse processo interno da contradição seria justamente a essência deste movimento. Não adianta identificar a contradição interna sem ressaltar que esta contradição se configura do embate entre o “velho e o novo”, entre o que “morre e o que nasce”, ou seja, afirmam que não se pode vencer sem que

haja uma batalha (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 105).

Por fim, a ‘unidade dos contrários’ trata da contradição que está na oposição das coisas, mas de modo que elas, mesmo que se confrontem, ao mesmo tempo elas se complementam. Como exemplo, as autoras citam as especificidades do dia e da noite. Embora cada período seja diferente, eles são necessários e indispensáveis para a configuração do dia (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A concepção baseada em Hegel foi criticada, mas também reconhecida por Marx conforme estudos de Franco (2012). O autor cita que, de acordo com o “Posfácio” à segunda edição de *O Capital*, Marx admite a importância da dialética hegeliana por apresentar preliminarmente a configuração do movimento vasto e racional. Outro ponto que ele considera é que se há diferença entre as coisas e os seres “é porque eles existem em movimento transformando-o em algo que ainda não são e entrando em colisão com o outro” (MARX apud FRANCO, 2012, p. 40). Ele afirma que ao empenhar-se para atingir seus objetivos pessoais e íntimos, os sujeitos fazem história, uma vez que o conhecimento adquirido não é neutro e sim prático.

Robaina (2020, p. 86) reforça a ideia elencada por Franco (2012), no que se refere ao “Posfácio” de *O Capital*, quando Marx afirma que seu método é oposto ao de Hegel, pois “o ser social é que determina a consciência, não o contrário”. E foi a partir desta afirmativa que houve a ruptura e o distanciamento entre Marx e Hegel.

Partindo do pressuposto do MHD, relacionado ao ser social e o contexto social que se encontra, o método permite interpretar a realidade por meio de paradigmas, visando a produção de conhecimento. Se constituem em:

Estudos que se propõem a explicar objetos sociais que impliquem a análise das relações estabelecidas entre os seres humanos, seus meios de produção, de vida, de consumo, e as contradições e o movimento existentes nestas relações, podem encontrar no materialismo dialético o aporte necessário à produção do conhecimento (SANTOS *et al.*, 2018, p. 2).

Deste modo, o desvendar da realidade vai depender da análise do contexto em que o indivíduo está inserido, além das relações sociais envolvidas. Este método é muito importante na análise de dados quantitativos e qualitativos, considerando que os paradigmas devem ser capazes de responder aos problemas da realidade. Para Santos *et al.*, (2018), o uso do MHD na construção de conhecimento ocorre de modo processual, onde há o empenho do movimento às relações circunstanciais do objeto de estudo. Ou seja, é necessário entender os

processos que envolvem o desenvolvimento social dos sujeitos, para deste modo, compreender a realidade que o mesmo está inserido. Do ponto de vista histórico, o conceito de paradigmas, baseando-se nas ideias de Kuhn (1998), refere que:

Mais do que um padrão, a palavra paradigma expressa um processo complexo composto por um conjunto de valores compartilhados por uma comunidade que estruturam a realidade a partir do ordenamento de fenômenos, incluindo técnicas, métodos e até teorias (FLORENZANO; RIBEIRO, 2021, p. 5).

Assim, compreender este processo complexo, no que se refere aos aspectos migratórios, constitui o desafio deste estudo, bem como uma riqueza de informações, dadas às particularidades que serão consideradas a partir dos dados qualitativos. Acerca do capitalismo e meios de produção, pautado em Marx, Biondi (2018) aborda a mobilidade mercantil do trabalho como característica essencial da força de trabalho relacionada ao capitalismo. Para Bondi (2018), o trabalhador possui a liberdade jurídica para escolher seu empregador, perpassando por distintos espaços de trabalho, a partir das relações contratuais que o mesmo estabelecer. Segundo o mesmo autor, o trabalhador assalariado dispõe de sua própria força de trabalho, o que faz com que ele atue como sujeito de direito em contratos diferentes. Por meio desta liberdade de trânsito (venda da sua força de trabalho) o mesmo vai esbarrar com o capitalista, detentor dos meios de produção e capital e com isso se estabelece a relação entre capital e trabalho.

Marx (1867), em sua obra denominada *O Capital – Livro I*, apresenta referências sobre a relação do trabalho, meios de produção e mais-valia. Deste modo, enfatiza que:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 1867, p. 181).

Com isso, a liberdade do assalariado apontada por Biondi (2018) e referenciada por Marx (1867), dizem respeito à comercialização de sua força de trabalho em troca de um salário. O lucro fica sob a responsabilidade do empregador, que vai contratar essa força de trabalho e usá-la pelo período que lhe for conveniente, da forma que for mais lucrativa para ele e colocando o trabalhador à disposição no mercado de trabalho, quando dele não mais

necessitar. Ainda de acordo com a ideia de mobilidade destacado por Biondi (2018), esses trabalhadores podem ser alocados em distintos espaços de trabalho e/ou ramos econômicos, uma vez que a sua finalidade é a execução do trabalho e geração de renda, nem que para isso ele precise migrar para outras cidades, estados ou países.

Trazendo à luz os fatores do capitalismo que contribuíram para a expansão da migração, segundo Barbosa (2017a), os principais motivos foram a venda da mão de obra devido situações de desemprego (estimulando os trabalhadores a migrarem para centros industriais e econômicos, zonas francas e possibilitando a migração internacional), fatores ambientais como desastres naturais e/ou calamidades, que fez com que muitas pessoas ficassem à margem, sem as mínimas condições de sobrevivência, além de questões políticas e econômicas.

Complementando a ideia deste autor, Campos (2021) refere que o sistema capitalista limita as nossas escolhas pessoais e profissionais, não nos pertencendo mais a liberdade de ser e estar por nós mesmos. Quanto à inserção ao mercado de trabalho, contratar imigrantes é favorável ao detentor dos meios de produção, pois possibilita o aumento dos lucros e acúmulo de capital, uma vez que a força de trabalho tende a ser mais barata, visto que muitos deles não possuem documentação legal no país. Isso faz com que muitos trabalhadores sejam alvos de exploração pelas empresas (CAMPOS, 2021). Outro ponto levantado pelo autor é que pessoas em situação migratória irregular no país acabam fazendo parte do exército de reserva. Isso significa que além de receberem baixos salários, ainda não possuem garantias e nem estabilidade em seus espaços de trabalho, podendo ser dispensados em qualquer tempo e sem qualquer prejuízo. Somado a isso, a insegurança da possibilidade de serem deportados, faz com que estas pessoas fiquem à mercê da classe dominante e em condições desumanas de vida e trabalho (CAMPOS, 2021).

Segundo Vendramini (2018), o fenômeno da migração não é atual, mas sim uma situação frequente na história da humanidade. Concebendo o homem como um ser social, que necessita estabelecer relações com a natureza e forças de trabalho, de modo a produzir seus meios de sobrevivência, além de utilizar-se de conhecimentos, ferramentas e possibilidades, é que a mobilidade aparece como alternativa, pois o mesmo precisa estabelecer relações sociais para atender suas necessidades pessoais e profissionais, nem que pra isso ele precise estar em constante deslocamento. A autora ressalta que no Brasil a migração se acentuou em meados do século XX com a mecanização do campo e o deslocamento dos trabalhadores que saíram do campo para buscar melhores condições de vida e trabalho nas cidades, caracterizando o chamado êxodo rural. A partir daí, ampliaram-se as possibilidades de migração para outras

idades e/ou estados, onde trabalhadores buscavam adequar-se ao processo de industrialização, conhecido como a revolução verde.

Vendramini (2018) enfatiza que na década de 1960, o uso de maquinários agrícolas e insumos químicos passaram a ser utilizados fazendo com que os produtores tivessem que ir se adequando às novas práticas de manejo e produção agrícola. Com isso, os pequenos produtores por não conseguirem se adequar a esta novo modelo de produção, acabaram se endividando, vendendo suas terras e migrando para as cidades para colocar-se à disposição do mercado de trabalho e do capital. Considerando estes aspectos e relacionando-os ao MHD, Sobral (2012) refere que as histórias dos indivíduos são analisadas “de frente para trás”, ou seja, existe um percurso anterior ao presente que deve ser considerado de modo a interpretar fatores históricos recentes. Todavia, conhecer esse percurso possibilita interpretar o homem enquanto ser social, em sua totalidade.

Estudos marxistas visam compreender os aspectos reais das coisas. Para contribuir com esta análise, Sobral (2021) utiliza-se das leis da dialética para desvendar a realidade histórica e as particularidades que o indivíduo carrega consigo. Partindo das premissas anteriormente citadas, considera-se importante analisar a história de cada sujeito entrevistado, de acordo com sua realidade, bem como as condições de vida e trabalho que os imigrantes estão inseridos, tendo em vista que muitas são situações que colocam aos estrangeiros em situação de exploração da força de trabalho e de vulnerabilidade social.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 OS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS

O debate sobre os Direitos Humanos (DDHH) universais pautou-se ao longo da história em aspectos morais, éticos, culturais e movimentos sociais que buscavam a garantia de direitos, além de doutrinas filosóficas, políticas e religiosas. É necessário compreender esta trajetória para analisar a efetividade dos direitos dispostos nas leis que foram criadas posteriormente. Deste processo histórico, conforme relatos de Tosi (2005), surgiram diversos documentos com valores éticos-políticos-jurídicos que fizeram com que os direitos humanos deixassem de ser apenas diretrizes e passassem a ser determinações jurídicas atribuindo responsabilidades aos Estados. Parecidamente, Tosi (2005) pontua que a responsabilidade pela efetivação dos DDHH cabe também a sociedade civil organizada, que tem importância significativa quanto ao entendimento sobre as lutas diárias dos movimentos sociais e das pessoas, para precisar o alcance destes direitos na sociedade.

Após a segunda grande guerra, a atenção mundial voltou-se para organizar a estrutura social, de modo a promover a paz e a dignidade das pessoas que tanto sofreram no período de conflitos. Menin (2018) refere que a Igreja Católica também se movimentou neste sentido, documentos foram expedidos pelos líderes religiosos em respeito aos DDHH. Um dos documentos foi escrito antes mesmo da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, de 1948, onde manifestava a preocupação da Igreja Católica com a forma que eram tratados os trabalhadores daquela época. Em 1891, escrita pelo Papa Leão XIII, a declaração manifestava aspectos referentes à “questão social” que concebia as obrigações dos patrões e empregados (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

Estes documentos, expedidos pela Igreja Católica, tratava-se das encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que eram normativas que criticavam o capitalismo reafirmando os preceitos sociais da Igreja, em como agir diante dos problemas de ordem social, oriundos da denominada “Questão Social”.

Em 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, foi assinada em São Francisco, Califórnia, a Carta das Nações Unidas (UNICEF, 1945). Nela, representantes dos governos de 50 nações pediam pela preservação das gerações vindouras evitar os sofrimentos das guerras que traziam prejuízos para a humanidade; reiteravam a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e valores da pessoa humana, pela igualdade de gênero, das nações, estabelecendo condições que pudessem

garantir a justiça, respeito às obrigações de cunho internacional, desenvolvimento social por melhores condições de vida pautadas no princípio da liberdade.

A Carta das Nações Unidas é composta por 111 artigos, com o objetivo de estabelecer uma organização internacional que ficou conhecida pelo nome de Organização das Nações Unidas – ONU. Seus artigos definiam propósitos e princípios, composição dos membros, organização administrativa e estrutural, funções e atribuições, Conselho de Segurança, Econômico e Sociais, de Tutela, acordos regionais, cooperação internacional econômica e social, dentre outros itens (UNICEF, 2021). O direito de ser reconhecido enquanto pessoa, em relação à liberdade e dignidade é um bem comum a todos, independente de raça, cor, sexo ou nacionalidade. Isso ficou evidente na Assembleia Geral da ONU de 1948, por meio da DUDH, que foi um marco na história dos direitos humanos universais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

A DUDH trata em seu Art. 13º sobre a liberdade de trânsito dentro das fronteiras de cada Estado, bem como sobre o direito de deixar seu país de origem e retornar, caso seja de seu interesse. Complementarmente, no Art. 25º, dispõe-se que toda pessoa tem direito a ter um modelo de vida que seja capaz de ofertar a si e a sua família, condições básicas de sobrevivência, como alimentação, saúde, vestuário, habitação, cuidados em geral, abrangendo todas as fases da vida do ser humano. Ambos os artigos citados respaldam os objetivos da presente pesquisa no que se referente ao processo migratório e os DDHH das pessoas, independente de sua nacionalidade.

Em 1966 foi criado o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, -documento baseado na Carta das Nações Unidas e na DUDH, com a finalidade de estabelecer entre os Estados o compromisso com a assistência e cooperação internacional, garantindo os direitos humanos, a dignidade, o respeito à liberdade, igualdade de gozo de todos os direitos sociais, econômicos e culturais, livre de qualquer tipo de preconceito e discriminação, aos que não sejam seus nacionais (UNICEF, 2021).

Para Rodrigues, Maciel e Duarte (2020), desde a década de 1970 a DUDH vem realizando importante trabalho em iniciativas internacionais, buscando a promoção da dignidade humana. Admitida pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, a DUDH somada a outros documentos e protocolos, formalizou aspectos jurídicos-políticos voltados para o estímulo da paz permanente. Em decorrência do exposto, elevou-se o reconhecimento internacional na legitimação, tornando-se uma organização padrão na garantia dos direitos humanos globais.

O conceito de DDHH, segundo Cabieses, Gálvez e Ajraz (2018), diz respeito a um dos

fundamentos essenciais para a igualdade em saúde entre estrangeiros e nacionais. Para isso, deve-se reconhecer o direito à saúde dos imigrantes em território nacional, requerendo em instrumentos normativos específicos que referencie direitos dos imigrantes na mesma política migratória. Importante ressaltar que dita igualdade se refere também às políticas de assistência e previdência social. Contudo, antes de adentrar na discussão das políticas sociais propriamente ditas, é necessário compreender o processo histórico que transformou ações assistencialistas em políticas de direito.

4.2 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Neste tópico, evidenciaremos o percurso histórico das políticas públicas no Brasil ao passo de contextualizar aspectos relacionados aos direitos sociais. Para Senne (2017), na sociedade capitalista as políticas sociais surgem como resposta do Estado, por meio das mobilizações das classes operárias, decorrentes da Revolução Industrial, no século XIX. Estas mobilizações e reivindicações pressionaram o Estado a criar estratégias de intervenção, entre interesses conflitantes.

Em complemento a essa ideologia, utilizando como referência Behring e Boschetti (2016) pode-se dizer que, pelo viés econômico, as políticas sociais tiveram como objetivo a redução de custos dos meios de produção, promovendo maior produtividade por parte dos trabalhadores e elevando, conseqüentemente, os níveis de consumo e demanda. Considerando o viés político, as políticas sociais foram vistas como uma forma de alienação e comprovação das diretrizes capitalistas, de modo a pressionar os trabalhadores a aderir ao sistema. A expansão deste processo ocorreu na fase de passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, entre o fim do século XIX e primeiros anos do século XX (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

No estágio do capitalismo concorrencial, houve a abertura de possibilidades de negócios que se ampliaram aos pequenos e médios capitalistas sendo que a concorrência era descontrolada e disseminada, fazendo com que um ciclo se formasse, onde “os trabalhadores estavam à mercê do patronato, uma vez que o Estado estava nas mãos dos capitalistas” (CARVALHO, 2013, p. 14). Já no estágio do capitalismo monopolista, considerando as idéias deste mesmo autor, foi o período em que houve desenvolvimento das grandes indústrias e novos padrões tecnológicos, o que possibilitava elevados níveis de produção do trabalho. Com esse aumento de produtividade, uma parte da mais-valia era investida na aquisição de meios de produção e no aumento do uso da força de trabalho. Assim, os capitalistas

individuais produziam em largas escalas e conseqüentemente, acumulavam riquezas, fazendo com que surgissem os monopólios.

Em função da acumulação e concentração de riquezas, somado às inovações tecnológicas, criava-se uma população excedente, que ficava à margem do emprego, que compreendia “um exército industrial de reserva formada pelos desempregados, mas com potencial e condições sociais mínimas, em termos de saúde, educação e habilidades, para voltar a se empregar” (CARVALHO, 2013, p. 15). A história das políticas sociais brasileiras e contemporâneas foi marcada por práticas de benemerências, clientelismo e assistencialismo. Para entender algumas instituições na atualidade, é necessário compreender o percurso seguido. Na sociedade capitalista, a oposição está entre a burguesia e o proletariado, e o Estado vai atender basicamente aos interesses da burguesia, e dos trabalhadores desde que não seja obstáculo ao processo de acumulação.

Para Castilha (2018), nenhuma instituição nasce pronta, nem tampouco é permanente, pois todas são frutos de movimentos sociais e das elites políticas que vão se arranjando ao longo do tempo devido as alterações sociais, políticas, econômicas e culturais. No Brasil, ainda se referindo a intervenção do Estado, este viu a necessidade de criar políticas sociais de modo a atender o agravamento das demandas da Questão Social, que surgiram na década de 1930, podendo ser visualizadas em inúmeras manifestações. Abordando explicação sobre a Questão Social, Yazbek (2018) indica tratar-se de uma questão estrutural resultante das relações capitalistas, que dividia a sociedade em classes, disputa das riquezas socialmente construídas, cuja apropriação ocasionou a desigualdade social, trazendo conseqüências graves à classe trabalhadora. Desse confronto de classes surgiram as reivindicações trabalhistas como direito a férias, definição de carga horária de trabalho, licenças entre outros, que se fortaleceram na década de 1930, na gestão do Presidente Getúlio Vargas, quando surgiu as primeiras políticas sociais no campo do trabalho (como exemplo a carteira de trabalho) além de políticas no campo da saúde e educação. Estas por muito tempo serviram mais para interesses políticos do que como reconhecimento de direitos dos cidadãos.

Em meados de 1934, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que destacou a criação dos três poderes, Legislativo, executivo e Judiciário, sistema eleitoral (eleições diretas) por meio de voto secreto e direito ao voto para as mulheres. Além disso, referente às questões trabalhistas, ficou proibida a distinção salarial baseada em critérios como sexo, idade, nacionalidade ou estado civil, representando avanços à classe trabalhadora, bem como criou-se o salário-mínimo (1940), delimitação da carga horária de trabalho para 8 horas por dia e promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

(1943) (BRASIL, 1934).

Ainda na era Vargas, 1937-1945, foi promulgado o Estado Novo, que consistia em regime ditatorial de governo, inspirado no modelo nazifascista europeu. O Poder Executivo passou a ter total poder e controle sobre as outras instâncias de governo, com apoio dos militares. De 1945 a 1964 compreendeu a Quarta República Brasileira, e ao final deu origem a Ditadura Militar (1964-1985). Neste período, o país teve avanços no crescimento econômico e industrial, porém houve considerável aumento das desigualdades sociais (FERNANDES, 2021). Eurico Gaspar Dutra, eleito Presidente da República em 1945, cerceou o direito a greve pelos trabalhadores e passou a perseguir organizações e partidos de esquerda. Em 1950, Vargas retorna ao poder, como Presidente da República, mas desta vez pelo exercício da democracia. O então Presidente implantou a política de desenvolvimento nacionalista, cujo significado era:

Uma revolução que permitisse, à nação, ter acesso à renda e que a população pudesse aumentar os padrões de vida de forma sustentada sob diferentes dimensões (econômicas, políticas, sociais e culturais), tendo como estratégia a superação do estágio de subdesenvolvimento, que é a desumanização do ser humano e da população pela submissão do país às políticas externas imperialistas (FÁVERI, 2019, p. 29).

Desta forma, o autor relata que cabia ao Estado garantir a promoção do desenvolvimento, mas para isso, dependia de conquistar a estabilidade microeconômica (autonomia nacional) somado a macroeconomia mundial. O que não ocorreu, visto que a gestão foi marcada por acentuadas crises políticas, chegando em situações insustentáveis, ao ponto de Vargas ficar isolado e posteriormente, cometer suicídio em 1954. Após esse fato o Brasil passou por três presidentes, mas que por meio do Golpe Preventivo (ocorrido em 1955), Juscelino Kubitschek (1956-1961) assumiu o poder da nação. O então Presidente investiu na infraestrutura dos portos e trouxe indústrias estrangeiras para o país, o que culminou na geração de empregos. Com a construção da nova capital do Brasil, Brasília, o endividamento e o crescimento da inflação ficaram explícitos (SILVA, 2022).

O período de 1964-1985 compreendeu uma época de regressões na economia e desenvolvimento, que foram sentidas em distintas políticas. Ainda, a ausência de controle social e participação nas esferas subnacionais, prejudicavam o processo decisório. Na esfera política houve uma ampliação nas bases de financiamento, a partir da criação dos fundos no âmbito federal, mas que burocratizou o processo de custeio das políticas públicas (PINHEIRO-JUNIOR, 2014). A privatização dos espaços públicos, em especial na saúde e

educação, elevou os custos motivado pelo superfaturamento dos serviços. No setor habitacional, o favoritismo por empresas para construção de casas populares também ficou evidente. Por fim, a preferência às empresas gerou o chamado empreguismo, por meio de indicação a cargos públicos, popularmente chamados de “cabide de empregos” (PINHEIRO-JUNIOR, 2014).

Como se vê, a promulgação de políticas públicas no Brasil, marca um período de contextualização histórica significativa. A partir do Estado desenvolvimentista, buscou-se induzir o desenvolvimento do capitalismo, com base no pensamento liberal, que no século XIX, aumentou as desigualdades sociais. Vianna (1991) faz um resgate histórico do período pós *Welfare State*, referindo que a desigualdade social e a pobreza foram ‘redescobertas’ em todos os países desenvolvidos. Ela pontua que as política sociais não foram eficientes para se contrapor às forças do mercado. Pontua ainda, que “o chamado Welfare State é uma referência indispensável para se pensar o Estado contemporâneo” (VIANNA, 1991, p. 135).

A autora infere que a maioria dos países possui políticas públicas de proteção social. Burocraticamente, há muitas semelhanças entre eles, pois os programas são da previdência, saúde e assistenciais, porém, as divergências mais relevantes se observam na sua operacionalização, é por isso que a compreensão entre os fatores que se assemelham e suas diferenças se expressa na gênese teórica para delinear ‘tipologias’ dos Estados de Bem-Estar. Referente às tipologias, a mesma autora tece algumas observações quanto à diversidade de possibilidades para resolução do ‘mesmo problema’ (quanto às formas de financiamento, acesso, coberturas, natureza e princípios). Vianna (1991) cita duas tipologias para embasar a análise do *Welfare State*. A primeira é a de Titmuss, que distingue três modelos: “*o residual welfare model of social policy*, *o industrial achievement performance model of social policy* e *o redistributive model of social policy*” (VIANNA, 1991, p. 137). Os modelos descritos serviram para discutir a evolução do modelo de proteção social brasileiro e referem-se à política seletiva; meritocrático; institucional/redistributivo, respectivamente.

A segunda tipologia citada pela autora é a de Esping-Andersen, que também discute seus modelos em três vertentes: liberal, conservador e social-democrata. No primeiro modelo, “o Estado só intervém quando o mercado impõe demasiadas penas a determinados segmentos sociais”. O segundo, trata-se de um modelo pautado na meritocracia, onde se “caracteriza por vincular estreitamente a ação 'protetora' do Estado ao desempenho dos grupos protegidos”. Por fim, a terceira modalidade refere que “o bem-estar social é visto "como parte importante e constitutiva das sociedades contemporâneas, voltado para a produção e distribuição de bens e serviços sociais 'extramercado', os quais são garantidos a todos os cidadãos” (VIANNA,

1991, pp. 137;138).

Baseando-se na ideia de vários pensadores e autores, Marques (2015) afirma que no Brasil tivemos um *Welfare State* com ampliação progressiva de direitos, promovendo a seguridade e a igualdade, mas as políticas sociais estão sujeitas às conjunturas econômicas e políticas de cada período. Nesse sentido, a centralidade que o capital financeiro assumiu em relação ao capital produtivo, nas últimas décadas, associado a governos conservadores, trouxe como consequência a classe que vive do trabalho, situações de desemprego, instabilidade e precarização do trabalho, redução de salários, crescimento da informalidade, insegurança entre outras, configuradas como expressões da Questão Social (YASBEK, 2010).

A Constituição Federal de 1988 – CF/88, foi um marco fundamental para as políticas sociais. No Capítulo I, Sessão “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, em seu Art. 5º, pontua que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1998, p. 2). Logo, é constitucional o direito de acesso e atendimento de estrangeiros em todos os espaços dentro do território nacional. A partir da CF/88, novas leis foram se desdobrando para acesso a outras políticas sociais, garantindo o direito aos brasileiros e estrangeiros.

O sistema de Seguridade Social brasileiro compreende um conjunto integrado de ações e políticas públicas, com objetivo de assegurar direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social, garantidos por meio da CF-88, dispostos nos artigos 194º e 195º. Organizada por objetivos e definidas suas disposições de acordo com a política em questão, a seguridade social foi uma referência na história dos direitos sociais no Brasil. Suplementarmente, registra-se a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sob a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). No seu Art. 7º, trata dos princípios da universalidade, integralidade e igualdade ao acesso às ações e serviços públicos de saúde, como um dos motivos do deslocamento de migrantes para o Brasil, em regiões de fronteira, em busca de atendimento às suas necessidades humanas básicas. A trajetória da assistência social será referenciada no próximo tópico (BRASIL, 1990).

4.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Quando nos referimos ao termo “assistência social”, muitas vezes ocorrem alguns conflitos quanto à sua compreensão. É importante desmistificar as diferenças entre os termos “assistência social”, “assistencialismo” e “assistente social”, que com frequência são

atribuídos equivocadamente.

O primeiro, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, refere-se à política pública, direito do cidadão e dever do Estado, que faz parte da Política de Seguridade Social, sem necessidade de contribuição para se ter acesso. Visa prover os mínimos sociais, deve ser ofertada em meio a um conjunto integrado de ações com iniciativa do poder público e da sociedade, buscando a garantia das necessidades básicas a quem dela necessitar. É uma medida legal que visa promover segurança dos que necessitam, em situações de infortúnios (BRASIL, 1993). Por outro lado, como assistencialismo entende-se a prática voltada à caridade, filantropia, troca de favores, ou ainda, que pode ser um sistema de dominação que gera manipulação e/ou submissão, pois o assistido acredita que deve gratidão ao titular das ações (FIALHO, 2017). Já o assistente social, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão é o nome designado ao profissional graduado em Serviço Social, com registo no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993). Nesta pesquisa, o foco será na assistência social enquanto política pública.

No que se refere à política de assistência social, a história indica que por décadas as ações foram pautadas na matriz do favor, clientelismo e apadrinhamento. Surgiu enquanto política de governo da gestão de Getúlio Vargas, na década de 1930. Nesse período, a expansão do assistencialismo ocorreu devido à inexistência de programas de atenção na área social, modelo filantrópico pautado na ajuda, ações descontinuadas, de primeiro damismo e política partidária. Barbosa (2017b), traz à luz que, em agosto de 1942, o então Presidente da República Getúlio Vargas, aclamava à nação que o Brasil entrava na Segunda Guerra Mundial. Este fato gerou transformações no cenário político, econômico, social e assistencial do País. No mesmo ano, a Primeira Dama, senhora Darcy Vargas, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha dentre seus objetivos, cuidar dos soldados convocados para a guerra, bem como de seus familiares. Dito modelo de assistência vigorou por décadas, tornando-se de abrangência nacional no enfrentamento da pobreza. Diante disso, pode-se afirmar que Darcy Vargas foi precursora do Primeiro Damismo no Brasil.

A criação da LBA, na compreensão de Barbosa (2017b), teve papel importante na promoção da assistência social no Brasil no período do Estado Novo. Suas ações eram realizadas preferencialmente por mulheres, de modo voluntário, filantrópico e de caridade. Entretanto, o referido modelo assistencial foi extinto em 1995, quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) substituiu pelo Programa Federal Comunidade Solidária, que foi coordenado por Ruth Cardoso, na função de “Primeira-Dama” do Brasil.

O Programa Federal Comunidade Solidária foi uma estratégia de combate à fome e a

miséria no Brasil, em parceria com as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e contou com a participação da sociedade civil organizada. A proposta era descentralizada e não admitia um modelo único de gestão, pois deveria ser construído de forma dinâmica e coletiva. Os princípios deste programa, pautavam-se na parceria entre os envolvidos, solidariedade no comprometimento ético do combate à fome e à miséria, descentralização de ações estimulando a participação da sociedade e a integração e convergência de ações com a finalidade de intensificar os resultados (RESENDE, 2000).

A CF/88 deu visibilidade à política pública de direito e não mais enquanto favor, que somadas com as políticas de saúde e previdência, compõem o Sistema de Seguridade Social. De acordo com o Art. 194º da CF/88, a Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Diante disso, a assistência social foi inserida na CF/88 por meio dos artigos 203º e 204º, os quais referenciam:

Art. 203º - A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204º - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I–Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II–Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

Posteriormente, com a promulgação da LOAS, Lei n.º 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, a assistência social foi reconhecida como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Assim, a partir da CF/88:

O direito à assistência social deve ser assegurado a quem dela necessitar, orientando-se pelo princípio da universalidade no acesso, independentemente de contribuição prévia, por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, com primazia do Estado, demandando, desse modo, a estruturação de um sistema público estatal (SILVEIRA, 2017, p. 494).

Portanto, a LOAS foi responsável pela organização da assistência social, definida em seu Art. 1º, que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é

Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir de forma coletiva o delineamento desta política, na perspectiva da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2005). Nesse sentido, a PNAS demarca a suas especificidades no campo das políticas públicas e sociais, configurando e atribuindo responsabilidades do Estado quanto ao acesso de direitos pelos cidadãos. Ainda, a política é pautada por princípios que norteiam a consagração dos direitos sociais e que serão considerados durante a pesquisa de campo, com maior visibilidade para os itens III e IV. Os princípios citados, são:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2005, p. 32).

Com a organização dos serviços da política de assistência social, através da PNAS a assistência social dividiu-se em níveis de proteção, conforme descrito na Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011, (que altera o Art. 6º da LOAS):

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2011, p. 5).

É a partir desta divisão que se criam os CRAS, assim como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), sendo a proteção social básica executada pelo CRAS e a proteção social especial pelo CREAS. O segundo tipo corresponde à unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 23). Os CRAS (objetos da presente pesquisa), são equipamentos estatais de bases territoriais, localizados em regiões de maior vulnerabilidade social, responsáveis pela garantia da proteção social básica, através da execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de organizar e coordenar a rede socioassistencial local. Conforme o Art. 6º C, inciso 1º,

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, 1993, p. 4).

O CRAS, assim como o CREAS, foram criados por meio da PNAS. A atuação do CRAS está pautada no atendimento e acompanhamento individual e familiar, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Outrossim, a PNAS estrutura a política de assistência social, conforme porte dos municípios, que são de acordo com o número de habitantes. No caso de Foz do Iguaçu/PR, classificado como município de grande porte que compreende de 101 mil até 900 mil habitantes, deve possuir no mínimo quatro equipamentos de CRAS, com no mínimo 5.000 famílias referenciadas em cada um deles. O SUAS, em seu Art. 2º, trata dos objetivos da assistência social, no que se refere à proteção social voltados à família, maternidade, infância, adolescência e velhice. Ainda, prevê proteção social na defesa dos direitos quanto ao acesso aos serviços e benefícios ofertados por esta política (BRASIL, 2011).

Apregoa-se que as políticas de assistência social e saúde tenham ações complementares. Muitos programas e projetos da esfera federal, estadual ou municipal, buscam contemplar a saúde biopsicossocial das famílias e indivíduos atendidos. Assim sendo, “a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2011, p. 1).

Ainda em relação à Lei 12.435, também definem-se os programas a serem executados por cada equipamento. Além disso, foi criado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que compreende a proteção social básica, ofertando ações socioassistenciais de caráter continuado, executado pelo CRAS, promovendo o trabalho social com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de rompimento de vínculos familiares, violência, garantindo a convivência familiar e comunitária. Por outro lado, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduo (PAEFI), integra a proteção social especial, desenvolvido pelo CREAS com a finalidade de apoio, orientação, acompanhamento às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, violências e rompimento de vínculos.

Importante destacar que o CREAS é um equipamento público que pode trabalhar em parceria com o CRAS, uma vez que na proteção social básica, muitas demandas que necessitam de atendimento especializado são identificadas a partir do momento que o sujeito é atendido. Considerando às especificidades da fronteira, especialmente a situação de vulnerabilidade social que acomete tanto brasileiros como estrangeiros, o CRAS mostra-se como equipamento público essencial no acesso e garantia de direitos que possam contribuir para a melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Outro aspecto importante quando se aborda a política pública, refere-se ao cofinanciamento dos serviços. Como vimos, vários serviços estão vinculados a esta política, mas para que eles funcionem em conformidade com a legislação vigente precisam de recursos financeiros para seu custeio. De acordo com o MDSA (2022) o financiamento federal é operacionalizado fundo a fundo. O repasse é realizado do Fundo Nacional de Assistência Social, para os Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

O repasse financeiro está organizado de acordo com o tipo de serviço executado, sendo serviços, programas, projetos e/ou benefícios. O primeiro diz respeito às ações continuadas visando melhoria na vida dos usuários. As ações são voltadas a prover as necessidades básicas dos sujeitos, considerando as diretrizes, objetivos e níveis de proteção (básica e especial, de média e alta complexidade), de acordo com a lei. No caso dos

programas, não são ações continuadas, mas sim, ações integradas e complementares com objetivos, prazo de execução e área de abrangência definidos.

Os projetos configuram-se em serviços voltados a proteção social básica, para pessoas em situação de pobreza. Os investimentos neste segmento são para subsidiar técnica e financeiramente ações para garantir capacidade produtiva e melhorar as condições de subsistência dos usuários. Por fim, quanto aos benefícios, o custeio é para a operacionalização dos benefícios de transferência de renda, na forma do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família/Auxílio Brasil, além de benefícios eventuais, que devem atender pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública, priorizando crianças e adolescentes, idosos, gestantes e pessoas com deficiência (MDSA, 2022).

A seguir, apresentam-se particularidades da região de fronteira, que diferencia este espaço de outros não fronteiriços.

4.4 FOZ DO IGUAÇU/PR – REGIÃO DE FRONTEIRA

O município de Foz do Iguaçu/PR, como já mencionado, possui uma realidade particular por se tratar de tríplice fronteira internacional, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1. Mapa da tríplice fronteira brasileira.



Fonte: Extraído de Polon (2014).

O termo ‘fronteira’ possui diferentes interpretações. Para Baller (2012), a fronteira é o limite de um território nas migrações entre os limites das regiões, levando em consideração as

questões políticas, jurídicas e culturais. Na visão de Albuquerque (2012), pensar as fronteiras de territórios nacionais é conceber que os limites abrem novas possibilidades de interpretação. Segundo ele, a fronteira marca o ponto de chegada e partida dos fluxos, controle de pessoas, produtos e mercadorias. É o limite que divide, mas também se amplia produzindo zonas de contato entre as pessoas fronteiriças.

Souza e Gemelli (2011), afirmam que a região bi-fronteiriça entre Brasil e Paraguai, possui características que demandam uma análise geográfica integrada do território, região e fronteira enquanto conceitos inseparáveis, não sendo possível serem analisadas separadamente. Isso se dá pelas estreitas relações em função da dinâmica do território estar interligada ao “movimento de construção, de desconstrução e reconstrução de novas regiões” (SOUZA; GEMELLI, 2011, p. 102). Do mesmo modo, os autores apontam que a fronteira possui costumes, identidades e realidades que se mesclam e se intercalam possibilitando viver uma única realidade, porém com semelhanças e diferenças no que se refere a localização geográfica e econômica.

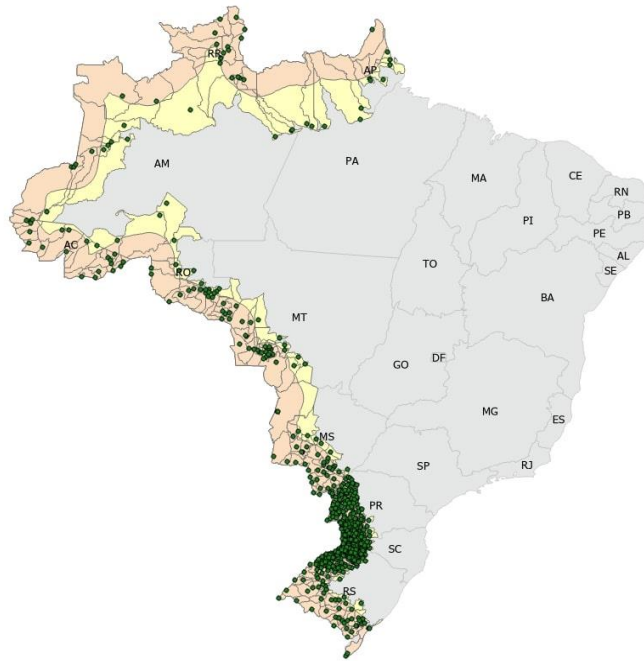
O Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) (SÃO PAULO, 2022), que é uma unidade de pesquisa interdisciplinar e multidisciplinar na área de Demografia e Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criou em parceria com o Observatório das Migrações de São Paulo, com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), o Banco Interativo – Números da Imigração Internacional para o Brasil. Com este instrumento é possível identificar o número de imigrantes internacionais registrados no Brasil, de acordo com os sistemas de informação da Polícia Federal - Registro Nacional Migratório (RNM), outrora Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

De acordo com Lanza, Ribeiro e Faquin (2018), é necessário analisar a objetividade do migrar, o que está implícito nos territórios dos países marcados pela presença de imigrantes, além de que, o fato de migrar não se relaciona com a longa permanência dos imigrantes nos distintos países, pois o que determina sua permanência são os fatores econômicos, o suporte recebido pela rede de proteção e o acolhimento com que foram recebidos.

O município de Foz do Iguaçu faz parte da “faixa de fronteira”, cujo conceito foi estabelecido em 1974 e delimitada a 150 km a partir o limite internacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2020). No Brasil, a faixa de fronteira é extensa e possui 15.719km. Giovanella *et al.*, (2007) pontuam que em geral são regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico, dotada de desigualdades sociais, apresentando aspectos econômicos, históricos e culturais diferenciados. A Figura 2 mostra a abrangência no território nacional. Neste caso, na região Oeste do Paraná, onde se localiza

Foz do Iguaçu, a faixa de fronteira compreende desde o limite entre Brasil/Paraguai até Cascavel.

Figura 2. Municípios de faixa de fronteira no Brasil.



Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

O aumento da demanda da população migrante por serviços de saúde nas regiões de fronteira provoca impacto na realidade desses municípios. A busca por serviços de saúde mais avançados, que requerem procedimentos mais complexos e especializados, de alto custo, são fatores que causam maior restrição ao fronteiriço nos serviços ofertados pelos municípios, deixando muitas pessoas à margem desses atendimentos (AIKES; RIZZOTTO, 2018). De encontro com os apontamentos desses autores, muito em breve veremos que a população migrante também à margem de serviços de assistência social, se não houver tão logo por parte do governo, recursos adicionais que contemplem às necessidades deste público bem como a validação dos direitos conforme prescrito na legislação vigente.

4.5 ASPECTOS GERAIS DA IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA

Em relação ao processo migratório, os motivos que se antepõem são distintos, fazendo com que o êxodo de seus países de origem, em direção a outros lugares ocorram por diversas razões, podendo ser citados fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos,

desastres entre outros. Decorrente dessas circunstâncias, muitas famílias acabam se expondo a fragilidades durante este percurso, vivenciando diversas situações concretas de vida e na sociedade a qual os recebe, sendo positivas ou negativas.

Em se tratando de pessoas de outras nacionalidades, migração e fronteiras internacionais, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi um tratado entre os países do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, (Venezuela aderiu ao Bloco em 2012, mas atualmente está suspensa) que tem por objetivos: a “livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos - o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum” (BRASIL, 1991, p. 1). Com o MERCOSUL, a livre circulação de pessoas entre esses países, ocorre por diversos motivos, o foco do presente estudo foi considerar a busca pelos benefícios e serviços ofertados pela política de assistência social entre imigrantes permanentes independente de sua nacionalidade.

Igualmente relevante é o termo pendularidade quando relacionado às questões de fronteira, fenômenos e/ou movimentos migratórios. Oliveira e Loio (2019), consideram que se trata de sistemas estabelecidos por meio de cidades que apresentam continuidades urbanas entre si, sendo que uma delas desempenha a centralidade sobre a outra. Em relação aos territórios, Trujillo (2017) considera as pessoas que nele habitam, relacionando com as construções sociais e culturais que se desenvolvem entre si, bem como fatores espirituais e geográficos. Segundo o autor, é necessário levar em consideração a descrição da realidade do entorno dos seus habitantes, ou seja, a totalidade do território.

Quando se pensa em meios de atender aos anseios básicos de sobrevivência do ser humano, pode-se considerar de acordo com Marques, Moreira e Nóbrega (2008), do ponto de vista teórico, que o ser humano precisa satisfazer-se em suas necessidades humanas básicas, de modo a contemplar certas carências que precisam ser consideradas em sua totalidade. Tais carências serão objeto de constantes buscas, em distintas políticas públicas e serviços de atenção individual e/ou familiar. Nesse sentido, pode-se destacar a vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que a falta de recursos financeiros para manutenção de sua subsistência e dos familiares pode fragilizar outros aspectos da vida do indivíduo, como educação, relações familiares e comunitárias.

Assim, muitas pessoas que buscam atendimento nos serviços públicos de saúde em região de fronteira percorrem longas distâncias até chegar ao seu destino e contam com a incerteza e as dificuldades quanto ao acesso e à atenção de suas necessidades (ZASLAVSKY; GOULART, 2017). O mesmo pode-se dizer do acesso à política de assistência social, que conforme exposto anteriormente, faz com que as pessoas migrem à longas distâncias

buscando a efetivação de seus direitos e contemplação dos seus anseios. Como já mencionado, a Lei da Migração, dentre outros fatores, estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas aos migrantes. Porém, na prática sabe-se das dificuldades que este público encontra quanto ao acesso a benefícios e serviços em distintas políticas. Assim,

No contexto atual, as ações e serviços voltados para os migrantes são, em sua maioria, ofertadas por organizações da sociedade civil ligadas a Igreja Católica, não exclusivamente. Daí reside a necessidade de pensar um processo de descentralização da política migratória com a participação dos estados e municípios, pois são nos estados e municípios que as situações apresentadas anteriormente ocorrem (SILVA, 2019, p. 74).

Dentre os entraves encontrados, afirma-se que em muitas situações a falta de documentação impede este acesso, a falta de recursos financeiros para atendimento desta demanda também é um fator determinante e ainda pode-se considerar a falta de empatia de muitos profissionais que por se tratar de estrangeiros acreditam que não tenham “direito” de serem atendidos. A Lei da Migração é clara na promulgação dos direitos, porém contraditória na prática, pois o Estado não está garantindo esses mínimos sociais, uma vez que não trazem a responsabilidade de provisão de recursos para o financiamento do acesso à documentação, nas três esferas do governo.

Segundo Santos e Alves (2022), é de conhecimento universal a necessidade de intervenções para viabilizar melhores condições de migração entre os países, que segundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (criado pela Organização das Nações Unidas para atender os apelos globais nas diferentes expressões e vulnerabilidades), consta que até 2030 os Estados nacionais deverão criar condições para facilitar o trânsito das pessoas, garantindo a ordem, a segurança, a regularidade e a responsabilidade, além de promover políticas públicas eficientes que contemplem questões relacionadas a migração. Pensando neste fluxo, o município de Foz do Iguaçu construiu em parceria com outros equipamentos públicos (das três esferas de governo) e Conselhos de Direitos, organizado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), financiado pela União Europeia (UE), um guia denominado “Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade” com o objetivo de aprimorar os serviços de assistência a esta população vulnerável (FOZ DO IGUAÇU, 2018).

O mencionado documento prevê ações no campo das políticas públicas de assistência social, saúde, habitação, segurança alimentar e nutricional, educação, emprego e renda, entre outros. Mais adiante, mesmo não sendo este o objeto central de estudo desta pesquisa, pode-se perceber, a partir dos achados qualitativos, se de fato este fluxo está sendo eficaz ao público

em questão, bem como cumprindo com as ações propostas pelo poder público no âmbito da assistência social.

4.6 DESIGUALDADE SOCIAL E ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Entende-se por desigualdade social quando uma determinada classe social está em desvantagem em relação a outras. Historicamente, desde a instituição dos direitos sociais este problema permeia a vida de muitas pessoas na sociedade, sendo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista o tornou mais aparente. A fome, a pobreza, a desigualdade social e seus desdobramentos são consideradas como expressões da Questão Social, ao passo em que continuam se manifestando e causando vastos sofrimentos nas classes menos favorecidas, onde a exploração de uma minoria sobre a maioria tende a reduzir as perspectivas na vida das pessoas (YAZBEK, 2004).

Os profissionais que atuam nos equipamentos dos CRAS, em especial os assistentes sociais, convivem diariamente com situações de desigualdades sociais e suas inúmeras subjetividades. Yazbek (2004) afirma que a pobreza no Brasil é reflexo das relações desiguais, que a acumulação de capital acentuou a miséria, fazendo com que ela se produza e reproduza na sociedade. Nesse sentido:

A pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YAZBEK, 2004, p. 153).

Diante disso, é essencial para o profissional que atende indivíduos sometidos a essas realidades, analisar o contexto em que o sujeito está inserido, ter um olhar para além daquilo que se vê, abrangendo a totalidade do indivíduo, de modo que possa estar contemplando suas necessidades. Quanto mais o profissional for capaz de compreender os fundamentos que produzem e reproduzem a desigualdade (segundo a ideologia do capitalismo) e a pobreza e suas múltiplas expressões sociais, melhores serão as condições de intervenção, bem como terá maior capacidade para produzir respostas sob a lógica teórica, política, ética e técnica. Assim, a assistência social é a política social que dará direcionamento aos direitos e garantias sociais dos usuários conforme suas necessidades. O CRAS, pelo seu enfoque na proteção social básica, é o equipamento que vai ofertar serviços, atendimentos, acesso à programas e projetos sociais de caráter protetivo ao indivíduo, família e comunidade.

Inúmeras são as demandas que diariamente surgem no âmbito da assistência social. Na sua grande maioria são de responsabilidade desta política, mas muitas delas emergem de outras políticas que, por falta de conhecimento por parte dos usuários, ocorrem encaminhamentos equivocados por parte da rede socioassistencial e/ou recursos humanos insuficientes nas demais áreas, como saúde, educação, entre outras, acabam procurando os CRAS para resolvê-las. Dos benefícios eventuais disponíveis, o auxílio alimentação é disparadamente o mais solicitado. Aguiar e Padrão (2022) trazem a reflexão que o acesso à alimentação permanente é um direito humano e intransferível para a subsistência dos indivíduos.

Saciar a fome com alimentos de qualidade permite que a pessoa exerça sua cidadania e possa ir em busca de outros direitos sociais que lhe são devidos. Tradicionalmente, a insegurança pela privação dos alimentos foi marcada pela desigualdade na distribuição de terras, ainda quando os homens viviam como nômades, perpassando pelas fases de pequenas aldeias, quando iniciaram atividades agrárias de pequeno porte e posteriormente, na sociedade feudal com grandes porções de terras. Esse período foi marcado por crises de subsistência, pela escassez de alimentos (AGUIAR; PADRÃO, 2022).

A pobreza e a fome, como já dito anteriormente, são algumas das expressões da Questão Social e a falta de acesso aos alimentos de qualidade, pode causar danos prejudiciais à saúde dos indivíduos. É necessário satisfazer as necessidades humanas básicas, para que estes possam recorrer as demais políticas conforme suas necessidades. Silva, Camargo e Monteito (2017, p.214) discorrem sobre a alimentação adequada ser um direito fundamental do ser humano. Para elas “O Direito Humano a Alimentação Adequada faz-se integrante elementar do rol dos direitos humanos, uma vez que a alimentação constitui uma necessidade básica do ser humano”. Frizam ainda, sobre a responsabilidade do Estado em prover meios de acesso à alimentação adequada na esfera nacional e internacional, minimizando os impactos da Questão Social. A partir disso, compreende-se que o CRAS tem papel fundamental na garantia dos direitos humanos e sociais, inclusive quanto à segurança alimentar e nutricional dos indivíduos.

A desigualdade social está relacionada a questão da territorialidade no município. A concentração de recursos geralmente apresenta-se nas áreas centrais e arredores, ficando descoberta as regiões periféricas. É justamente nestes espaços, onde há maior concentração de vulnerabilidades (BRASIL, 2009), que os CRAS devem estar inseridos, de modo a garantir o acesso aos direitos sociais dos indivíduos e famílias. Os CRAS devem estar inseridos em regiões de maior concentração de vulnerabilidades, de modo que o acesso aos equipamentos

seja capaz de reduzir os riscos sociais de acordo com as particularidades de cada região. Estes riscos “estão atrelados aos processos de pobreza e exclusão social, aos riscos ligados ao ciclo de vida, principalmente infância, adolescência e velhice, e aqueles ligados à violência e negligência familiar” (FREIRE, 2020, p. 35). Assim, o objetivo de fortalecimento de vínculos e prevenção de riscos deve ser de fato realizado pelos CRAS, que além de identificar as fragilidades dos indivíduos e famílias, deverão estimular as potencialidades dos mesmos para que estes possam ser protagonistas de suas histórias e realidades.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e transversal. Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com a situação problema, com a finalidade de torná-la mais evidente e/ou construir pressuposições. Para esse tipo de pesquisa é necessário “desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar” (KÖCHE, 2011, p. 127). Os estudos transversais objetivam coletar dados em um determinado ponto do tempo, fornecendo um retrato da situação em momento específico.

5.2 CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa teve como campo os cinco CRAS do município de Foz do Iguaçu/PR, sendo eles: CRAS Norte (Jardim Almada), CRAS Sul (Profilurb I), CRAS Leste (Morumbi I), CRAS Nordeste (Jardim Bandeirantes/Três Lagoas) e CRAS Oeste (Região Central).

O município localiza-se na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e possui uma população estimada de 258.248 pessoas (IBGE, 2020). Foz do Iguaçu possui uma localização privilegiada por se tratar de região de tríplice fronteira. No meio turístico, possui belezas naturais como as Cataratas do Iguaçu, e construídas pelo homem, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu/Itaipu Binacional, entre outros atrativos turísticos com milhares de visitantes anualmente. (CIDADE-BRASIL, 2020).

Com relação ao perfil socio-sanitário, Foz do Iguaçu possui um coeficiente de desenvolvimento humano municipal de 0,788 e um índice de urbanização de 99,17%. A rede local de saúde se encontra estruturada por 29 unidades básicas de saúde, conformadas por 70 equipes de profissionais da atenção primária à saúde (GUTIÉRREZ-MURILLO *et al.*, 2021). A cobertura da atenção básica é significativamente alta, com 87% da população cadastrada em, ao menos, um programa assistencial. Recentemente, Gomes *et al.*, (2022) analisaram o índice de recadastramento da população iguaçuense nos serviços locais de saúde, apontando os seguintes percentuais de sucesso, segundo distrito sanitário visitado: Leste 55,4%, Nordeste 82,8%, Norte 55%, Oeste 16%, e Sul 64,7%.

Martins e Ruschmann (2010) apontam que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, com início em 1974, foi um divisor de águas no processo de desenvolvimento do município, tendo em vista os fluxos migratórios oriundos de vários estados brasileiros,

principalmente das regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que vieram com suas famílias para trabalhar na construção da usina e por aqui permaneceram. Estima-se que aproximadamente 40.000 trabalhadores participaram da construção da Usina e isso contribuiu para elevar o contingente populacional, mas também os problemas sociais que o acompanham, quer seja durante a construção, como os posteriores, aumentando a demanda por serviços públicos, como saneamento básico, educação, habitação, assistência social e saúde.

A tríplice fronteira, em especial o município de Foz do Iguaçu, é um território de convivência entre pessoas de origens distintas, se caracterizando como um espaço de acolhimento de migrantes, embora estes possam estar sujeitos a diferentes formas de preconceitos e sofrimentos (MARTINS; RUSCHMANN, 2010). Geralmente, as regiões de fronteira constituem-se em espaços periféricos onde predominam desigualdades sociais. Deste modo, são por meio de particularidades específicas atribuídas às questões políticas, culturais e econômicas que retratam o contexto de determinada realidade (SACHINI; RIBEIRO, 2021).

Considerando a desigualdade social, a proximidade e viabilidade da população no acesso ao Brasil, como uma das especificidades dos espaços fronteiriços, favorecem que muitos imigrantes busquem atenção às suas necessidades no âmbito da assistência social, do outro lado do país. Ademais, é na complexidade observada em região de fronteira, somada à insuficiência financeira que acomete muitos dos imigrantes, que se intensifica por parte dos Estados nacionais, a necessidade de que as políticas públicas absorvam toda demanda que se apresenta, uma vez que é frequente a dinâmica de recorrer aos serviços socioassistenciais, ofertados pela política de assistência social do Brasil (SACHINI; RIBEIRO, 2021).

5.3 COLETA DE DADOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em dois momentos; um primeiro que considerou uma de abordagem quantitativa com dados secundários e um segundo, constituído através de uma pesquisa de campo.

5.3.1 Coleta dos dados secundários

Os dados foram coletados por meio dos sistemas de informação do governo federal. Foi utilizado como base as seguintes fontes: 1) *Sistema do Cadastro Único para Programas Sociais*, que foi acessado pelo Gestor do Cadastro Único (sistema de acesso restrito ao

Gestor), que gerou os relatórios com os filtros solicitados e disponibilizado para o tratamentos dos dados; 2) *Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico* (CECAD 2.0), cujo acesso se dá pelo link <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>, que é a ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de informações do Cadastro Único; 3) *CAD SUAS (Sistemas de Cadastro)*, acesso em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html>, que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais e; 4) *RMA* que registra as informações relativas aos serviços ofertados e o volume de atendimentos nos CRAS, cujas informações foram repassadas em formato de relatório, pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial, que gere o sistema, uma vez que o site utilizado para alimentação destas informações é de uso exclusivo deste departamento. Em complemento aos sistemas citados, foram utilizadas informações do NEPO, que é uma unidade de pesquisa interdisciplinar e multidisciplinar na área de Demografia e Estudos de População da UNICAMP.

Nessas fontes buscou-se dados relacionados à criação e distribuição dos CRAS no município de Foz do Iguaçu, contingente de pessoas atendidas por cada CRAS, número de atendimentos e encaminhamentos individuais e coletivos realizados, total da população inscrita em programas sociais, quantitativo e características da população imigrante residente em Foz do Iguaçu, perfil de brasileiros e estrangeiros com registro na CadÚnico e beneficiários (brasileiros e estrangeiros) de programas de transferência de renda. Essas informações foram utilizadas para responder aos objetivos específicos de caracterizar a política de assistência social de Foz do Iguaçu com base na oferta de serviços socioassistenciais e de identificar os serviços e benefícios sociais solicitados e recebidos por imigrantes permanentes residentes no município de Foz do Iguaçu.

Sistema do Cadastro Único

Este sistema é o mais amplo em termos de informações sobre os usuários cadastrados. O cadastro é realizado por etapas que compreendem os dados pessoais, residenciais, composição familiar, dados individuais em suas particularidades, onde nesta aba existe um campo o qual o entrevistador assinala o local de nascimento do usuário, se é brasileiro ou estrangeiro, sendo o filtro utilizado, o país de nascimento. Ainda, foi possível delimitar se algum membro da família possuía alguma deficiência, informações quanto a escolaridade e ao trabalho. Importante ressaltar que a qualidade dos resultados obtidos nos sistemas, depende da

veracidade das informações por parte de quem os informa e de quem os alimenta.

Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – CECAD 2.0

Com este sistema, com acesso em modo público, foram emitidos relatórios de informações acerca do Cadastro Único, de acordo com as variáveis: número de famílias cadastradas, renda, atualização cadastral, indivíduos cadastrados, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e valores repassados. Esses dados possibilitaram realizar um comparativo do município de Foz do Iguaçu/PR com dados nacionais.

Sistema de Cadastro do SUAS – CADSUAS

O acesso ao sistema CAD - Suas de acesso público permite extrair informações referentes aos dados cadastrais e gerenciais dos CRAS pesquisados, bem como outros elementos relativos às prefeituras, órgão gestor, fundos, conselhos municipais de direitos, além de instituições que prestam serviços socioassistenciais que estejam referenciadas em algum dos equipamentos públicos (BRASIL, 2022). Para a presente pesquisa, do referido sistema foram extraídas informações acerca da data de implantação dos CRAS e dados de cofinanciamento dos equipamentos.

Sistema de Registro Mensal de Atendimento (RMA)

Cada coordenador de CRAS, no início de cada mês preenche um formulário com dados quantitativos que se referem aos atendimentos realizados pelos técnicos e demais servidores, referente ao mês anterior. Após este preenchimento, enviam o formulário para a Vigilância Socioassistencial, que registra estas informações no sistema, quanto ao volume de atendimentos mensais dos CRAS, CREAS e Centros POP (Unidade pública de atendimento especializado à população em situação de rua), de modo a quantificar o número de atendimentos e criar os indicadores sociais para diagnóstico e acompanhamento no SUAS, visando fortalecer a PNAS.

A vigilância sócio-assistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (BRASIL, 2011). No acesso ao RMA, pode ser verificado de modo geral, quais são as informações que os coordenadores destes equipamentos deverão preencher mensalmente

para enviar ao órgão gestor/vigilância socioassistencial. Estes dados permitem comparar o número de atendimentos de cada CRAS, considerando o território que ele está inserido.

5.3.2 Pesquisa de campo

O segundo momento foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, com realização de entrevistas com imigrantes residentes em Foz do Iguaçu, usuários da política de assistência social do município, conforme roteiro semiestruturado (Anexo 1). Os dados permitiram identificar aspectos da imigração, condição socioeconômica e itinerário percorrido pelos imigrantes residentes no município de Foz do Iguaçu no acesso a benefícios da política de Assistência Social, que compõe o terceiro objetivo específico.

O procedimento de amostragem escolhida, para a abordagem qualitativa, foi intencional não-probabilística. Este tipo de amostragem permite que o pesquisador use “o seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa” (OLIVEIRA, 2001, p. 3). Desse modo, como critério de inclusão foram considerados para a amostra, imigrantes legalizados maiores de 18 anos, com cadastro ativo nos equipamentos dos CRAS e com histórico de atendimentos. Foram excluídas na pesquisa, sujeitos com idade inferior a 18 anos e com ausência de documentação legal. No total foram entrevistados dez imigrantes, legalizados e referenciados em algum CRAS do município. A limitação da amostra se deu por dificuldades na coleta de dados que ocorreu durante a ocorrência da pandemia da COVID-19.

Para a coleta dos dados qualitativos, foram realizadas entrevistas com os sujeitos participantes. A ideia inicial era utilizar os espaços dos CRAS para entrevistá-los, porém, dada a extensão dos territórios, distância entre os equipamentos e residência dos indivíduos, somadas ao fechamento dos CRAS para atendimento presencial durante a pandemia da COVID-19, apenas quatro entrevistas foram realizadas de forma presencial, sendo duas delas realizadas nas dependências do CREAS II e duas por meio de visita domiciliar. As outras seis entrevistas foram realizadas de modo remoto, por meio de chamada de vídeo do aplicativo *WhatsApp*, em horário previamente combinado com os entrevistados.

As entrevistas presenciais foram agendadas conforme disponibilidade dos participantes e gravadas mediante autorização dos sujeitos, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Nas entrevistas realizadas de modo remoto, do mesmo modo foram agendadas previamente e a autorização foi de maneira oral, onde após leitura do TCLE, eles eram perguntados se aceitavam participar da entrevista, sendo que a

concordância ficou gravada em áudio. Neste caso foram utilizados dois equipamentos audiovisuais (aparelho celular e/ou notebook) para abertura do aplicativo de conversas e outro celular para gravação. As entrevistas ou materiais verbais foram transcritas na íntegra constituindo arquivos digitais. A média de duração das entrevistas foi de 16:05mins.

5.4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados objetivos foram sistematizados em planilha *Microsoft Excel*, com posterior análise estatística descritiva e discussão com a literatura pertinente. Os dados resultantes das entrevistas foram sistematizados e analisados de acordo com a análise temática dialógica. Para Silva e Borges (2017), é na transcrição das entrevistas que o pesquisador começa a adentrar e a se familiarizar com os dados obtidos, mesmo que ele mesmo tenha sido o interlocutor no momento da coleta de dados.

A análise temática dialógica “caracteriza-se como um método de análise de informações produzidas em contextos de interação dialógica como entrevistas (individuais ou em grupo), grupos focais e rodas de conversa” (FERNANDES; RIBEIRO; BORGES, 2020, p. 2). Deste modo, ela nos permite refletir e problematizar aspectos observados durante as entrevistas por meio da interação com o outro e interpretando sua história pelo viés sócio histórico e cultural. Foram identificadas quatro temas que compuseram itens de análise: 1) Razões e motivações para a imigração, 2) Serviços de assistência social para imigrantes em Foz do Iguaçu, 3) Acesso a benefícios sociais por imigrantes e 4) vulnerabilidades do imigrante.

5.5 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, utilizando-se de entrevista com os usuários, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa, juntamente com o TCLE para apreciação e aprovação. O projeto foi encaminhado em 01/04/2021 e foi aprovado em 27/04/2021, sob o parecer circunstanciado nº 4.674.170.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 OFERTA DE SERVIÇOS E ATENDIMENTOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS EM FOZ DO IGUAÇU/PR

A política de assistência social tem grande demanda de usuários que buscam por atendimento ou serviços para atender necessidades individuais ou familiares, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, que se encontram passando por algum grau de vulnerabilidade social. O Quadro 1 mostra a localização dos cinco CRAS existentes no município, bem como a data e fonte dos recursos para a sua implantação.

Quadro 1. Nome do CRAS, data de implantação, localização e fonte de financiamento para implantação, Foz do Iguaçu, 2022.

Nome do CRAS	Data implantação	Área geográfica que pertence	Recursos utilizados para implantação
CRAS NORDESTE	05/08/2006	Urbana periférica	Municipal e Federal
CRAS NORTE	26/06/2008	Urbana periférica	Municipal e Federal
CRAS LESTE	01/08/2008	Urbana periférica	Municipal
CRAS SUL	28/06/2013	Urbana periférica	Municipal e Federal
CRAS OESTE	10/08/2017	Urbana central	Municipal

Fonte: CAD SUAS. Acesso em 28 de abril de 2021.

O primeiro equipamento foi criado em 2006 e o último em 2017, na região central da cidade. Durante 11 anos, essa região ficou desprovida de um equipamento sócio-assistencial, implicando no deslocamento das pessoas para outros territórios. Os CRAS Leste e Oeste não receberam financiamento do Governo Federal para sua implantação. Segundo informações repassadas pela DVVA (2022), a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos é tripartite, mas, especificamente para os CRAS, nunca houve repasse estadual. Outrossim, recursos repassados pelo Governo Federal não apresentam regularidade, já que as parcelas frequentemente sofrem atrasos. O CRAS Oeste está localizado na região central, situado em uma das regiões nobres da cidade. Os demais CRAS estão localizados em locais com maiores índices de vulnerabilidade social, econômica e habitacional, necessitando de maior oferta de serviços públicos.

De acordo com a instrução normativa denominada “Manual de Instruções para o Registro das Informações Especificadas na Resolução n.º 04/2011 alterada pela Resolução n.

º 20/2013 da CIT”, posteriormente alterada pela Resolução n. º 2, de 22 fevereiro de 2017, foram instituídos os parâmetros nacionais com a finalidade de contabilizar o volume de atendimentos dos CRAS, CREAS e Centros POPs, a partir das atribuições da CIT. De acordo com o documento:

O Registro Mensal de Atendimentos é um sistema onde são registradas informações sobre o volume de atendimentos e alguns perfis de famílias e indivíduos atendidos/acompanhados nos CRAS. O registro das informações busca uniformizar os dados das atividades realizadas nas unidades CRAS em âmbito nacional e, dessa forma, proporcionar informações consistentes que contribuam para o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na medida em que tais informações são registradas mensalmente pelas unidades, é possível mapear tanto a oferta de determinados serviços, quanto o volume de atendimentos (BRASIL, 2018, p. 3).

Os dados que alimentam o sistema servem de base para a Vigilância Socioassistencial elaborar os relatórios de gestão, pensando em estratégias para aprimorar e melhorar a qualidade na oferta dos serviços e benefícios. Para esta análise, foi considerado o Bloco I – Famílias em acompanhamento pelo PAIF/ Ítem A – Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF; Bloco II – Atendimentos individualizados realizados no CRAS/ Ítem C – Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência e Bloco III - Atendimentos Coletivos realizados no CRAS/ Ítem D – Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS.

Cumprе ressaltar que o período em questão se refere a um momento atípico, pois coincidiu com o início da pandemia da Doença do Novo Coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil, perpassou por todo período em que esteve no auge da doença e o período de retomada das atividades. Deste modo, os dados e informações registradas podem não revelar a realidade em termos quantitativos, uma vez que inúmeros serviços foram reduzidos e/ou não foram realizados, em seguimento às orientações técnicas do Ministério da Saúde que puniam aglomerações de pessoas. Desse modo, os equipamentos tiveram que se reorganizar e readequar seus atendimentos, para de alguma forma atender as necessidades da população. Importante enfatizar que dentro da política de assistência social existe uma diferença entre atendimento e acompanhamento de famílias.

Ambos, segundo o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012b), norteiam a metodologia de trabalho utilizada com as famílias inseridas, de acordo com a avaliação da equipe técnica disponível em cada CRAS, cuja família está referenciada. Assim, considera-se atendimento toda e qualquer escuta pontual, seja individual ou coletiva, realizada

pela equipe de referência. O acompanhamento pode ser individual ou familiar e acontece quando há necessidade de realizar um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), por meio do qual ações são planejadas para que sejam realizadas em parceria com os usuários. Trata-se de uma ação que demanda maior aproximação com o indivíduo ou a família, a fim de estabelecer metas a serem cumpridas.

Visando quantificar o número de pessoas referenciadas em cada CRAS, para compreender a extensão dos territórios, foram solicitadas à Secretaria Municipal de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica tais informações. Utilizando como referência o mês de julho/2022, o resultado destes dados pode ser observado no Quadro 2. Tais informações permitiram identificar os serviços e benefícios solicitados pelos imigrantes nos CRAS de Foz do Iguaçu.

Quadro 2. Região do CRAS, abrangência, número e porcentagem de brasileiros e imigrantes atendidos no mês de referência, Foz do Iguaçu, 2022.

Região	Bairros abrangidos	Atendimentos em julho de 2022	%
Sul	Porto Meira, Três Fronteiras, Bourbon, Carimã, Mata Verde, Remanso, Parque Nacional e Cataratas.	8.952	18,2
Norte	Cidade Nova, Itaipu Binacional, Itaipu C, Pólo Universitário, Itaipu A, Itaipu B, Porto Belo, Lancaster, KLP e Ipê.	12.033	24,4
Leste	Morumbi, Portal da Foz, Panorama, São Roque, Campus do Iguaçu, Cognópolis e Lote Grande.	12.184	24,7
Oeste	Jardim América, Monjolo, Portes, Maracanã, Yolanda, Pólo Centro e Centro Cívico	6.702	13,6
Nordeste	Alvorada, Náutica, Três Bandeiras e Três Lagoas	9.379	19,1
TOTAL		49.250	100

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica (2022).

Conforme exposto no Quadro 2, o CRAS Oeste possui menor número de pessoas referenciadas 13,6% (n= 6.702), o que reforça a ideia de que, por se tratar de território central no município, a busca por serviços ofertados neste equipamento público são menores do que nas regiões periféricas. Pode-se considerar a hipótese de que na região central há maiores possibilidades para inserção no mercado de trabalho, o que faz com que as pessoas consigam manter-se por meio da venda de sua força de trabalho, buscando o CRAS apenas em situações eventuais e pontuais. A maior quantidade de famílias atendidas está no CRAS Leste com

24,7% (n= 12.184) e no CRAS Norte, com 24,4% (n= 12.033).

Segundo Souza e Bronzo (2019), a discussão acerca da territorialização começou a ser mais difundida a partir da PNAS, quando passou-se a considerar elementos centrais e particulares para provisão de proteção social básica aos indivíduos. O plano permitiu identificar as particularidades de cada região, elencar as necessidades dos sujeitos em suas regiões de residência e pensar políticas, benefícios e serviços que possam atender estas demandas. Corroborando esta afirmativa, Cabanha (2019, p. 253) afirma que a “territorialidade está no centro do turbilhão das relações sociais, sendo definida como um conjunto de relações que se origina num sistema entre sociedade, espaço e tempo, com o objetivo de atingir a maior autonomia possível”. O termo ‘turbilhão’ utilizado pelo autor indica que o conceito da territorialidade vai muito além de um espaço geográfico propriamente dito, pois existem muitos interesses subjetivos que estão materializados e visualmente falando, necessitam de muitas estratégias para contemplar toda a jurisdição.

O DVVA local construiu ao longo de 2019 o “Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social: Informações Sociais dos Territórios”, com o objetivo de nortear profissionais, trabalhadores, gestores, conselhos de direitos e usuários, de modo a disseminar informações acerca dos territórios e da política pública no município iguaçuense. Portanto, o diagnóstico serviu de base para análise das informações quantitativas e qualitativas, uma vez que são escassas as produções científicas acerca da política de assistência social relacionada às particularidades da fronteira (FOZ DO IGUAÇU, 2022).

De modo a explicitar os serviços e benefícios ofertados nos CRAS, a seguir são apresentados dados da realidade local relacionadas aos atendimentos individuais além de benefícios solicitados pelos brasileiros e imigrantes, em algum dos cinco equipamentos públicos existentes no município. Na Tabela 1 são apresentados dados referentes às famílias acompanhadas pelo PAIF e aos atendimentos individualizados (atendimentos pontuais) realizados pelos cinco CRAS do município. O “N” corresponde ao quantitativo dos atendimentos realizados no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021 e “M” a Média mensal (resultado da soma dividido por 24 meses).

Analisando as informações contidas na Tabela 1, pode-se visualizar as particularidades de cada território. O CRAS Norte, apresentou média mensal de 138 famílias em acompanhamento particularizado (quando há necessidade de planejar ações e metas a ser realizadas pelos sujeitos acompanhados). Este território abrange, além de diversos bairros, o Pólo Universitário, que possui alta demanda de estrangeiros que estudam na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), bem como possui população com alta

vulnerabilidade social localizada em uma das periferias da cidade. Sendo assim, demandam maior atenção por parte do poder público, pois apresentam maiores necessidades. Já o CRAS Sul apresentou o menor quantitativo no mesmo período, com média mensal de 15 famílias acompanhadas pelo PAIF. Quanto às novas inclusões (pessoas e/ou famílias inseridas para acompanhamento particularizado), os CRAS Norte, Sul e Nordeste foram os únicos a incluírem novas famílias no período analisado.

Quanto ao contingente populacional que utilizou dos serviços, perpassando por atendimentos particularizados, o CRAS Norte foi o equipamento que mais contabilizou demandas, com uma média mensal de 8.603 atendimentos que correspondem à maior demanda por território. Os demais CRAS ficaram abaixo de dois mil atendimentos mensais, sendo o CRAS Oeste o que registrou o menor fluxo de atendimentos, com uma média mensal de 610 (Tabela 1). Considerando o recorte de tempo utilizado nesta pesquisa (01/2020 a 12/2021) estar relacionado ao momento pandêmico da COVID-19 e o Governo Federal estar disponibilizando Auxílios Emergenciais, uma das condicionalidades para que a população pudesse ser beneficiada era estar com Cadastro Único atualizado. Em relação aos usuários encaminhados para inclusão no Cadastro Único, o CRAS Leste encaminhou o maior número de famílias, sendo 156 e o Oeste o menor quantitativo com 71 encaminhamentos. Se considerada a somatória das variáveis “famílias encaminhadas para inclusão” e “famílias encaminhadas para atualização do cadastro único”, o CRAS Norte somou 9.462 famílias e o CRAS Oeste apenas 4.252 famílias (Tabela 1).

Tabela 1. Número e média de famílias acompanhadas, atendidos e benefícios liberados nos CRAS, Foz do Iguaçu, 2020-2021.

VARIÁVEIS	CRAS NORDESTE		CRAS LESTE		CRAS SUL		CRAS NORTE		CRAS OESTE		TOTAL
	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N do período
Famílias em acompanhamento pelo PAIF	2.518	104,92	1.385	57,71	370	15,42	3.322	138,42	573	23,88	8.168
Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante os meses de referência	13	0,54	0	0,00	7	0,29	9	0,38	0	0,00	29
Atendimentos particularizados realizados nos meses de referência	26.002	1.083,4	31.433	1.309,71	33.156	1.381,50	206.486	8.603,58	14.640	610,0	311.717
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	2.230	92,92	3.754	156,42	1.994	83,08	3.586	149,42	1.695	70,63	13.259
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	5.854	243,92	5.217	217,38	3.841	160,04	5.876	244,83	2.557	106,54	23.345
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	8	0,33	88	3,67	58	2,42	879	36,63	410	17,08	1.443
Famílias encaminhadas para o CREAS	50	2,08	7	0,29	0	0,00	21	0,88	7	0,29	85
Visitas domiciliares realizadas	443	18,46	459	19,1	433	18,04	222	9,25	171	7,1	1.728
Auxílios-natalidade concedidos e entregues durante os meses de referência	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Auxílios-funeral concedidos/entregues durante os meses de referência	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Outros benefícios eventuais concedido e entregues durante os meses de referência	9.742	405,92	10.024	417,67	10.198	424,92	11.401	475,04	6.777	282,38	48.142
TOTAL	48.860	1.952,51	52.367	2.181,98	50.057	2.085,71	231.802	9.658,43	26.830	1.117,93	407.916

Fonte: DVVA e Sistema CADSUAS. Acesso em 28/04/2022.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 1, considerando o quantitativo de pessoas com Cadastro Único, as regiões Sul e Oeste parecem menos e as regiões Norte, Nordeste e Leste mais vulnerabilizadas, ou ainda, podemos pensar que fatores geográficos de acesso e/ou desconhecimento de onde buscar auxílios para minimizar a situação de vulnerabilidade social, possam estar contribuindo para este território apresentar menor quantidade de atendimentos.

A média mensal de visitas domiciliares realizadas foi maior no CRAS Leste, 19 (459 visitas), seguidas pelos CRAS Nordeste 18 (443) e CRAS Sul 18 (433). Os CRAS Norte e Oeste foram os que menos realizaram este serviço, sendo a média de 9 (222) e 7 (171), respectivamente. Em nenhum dos CRAS pesquisados foi ofertado auxílio natalidade. Entende-se que, ou não houve liberação deste benefício de fato, ou não foram registradas estas informações no RMA nos meses de referência, ou ainda, podem ter sido liberados, porém não registrados no sistema. Quanto aos benefícios eventuais, o CRAS Norte realizou uma média de 475 liberações (11.401), enquanto o CRAS Oeste liberou uma média de 282 (6.776) no período de 24 meses estudados (Tabela 1). As particularidades e os números de benefícios disponibilizados nos CRAS apresentam diferenças quanto às regiões, uma vez que o território em que estes equipamentos estão inseridos, características dos usuários e áreas de abrangência têm relação direta com os dados.

No que se refere ao encaminhamento de BPC, os maiores valores foram registrados no CRAS Norte com média mensal de 37 (879) encaminhamentos e CRAS Oeste com 17 (410) pessoas encaminhadas para acesso a este benefício (Tabela 1). Não foi possível diferenciar quantos deles foram encaminhados às pessoas idosas, pessoas com deficiências e se eram brasileiros ou estrangeiros, pois os números mostram dados brutos. A busca por auxílio de transferência de renda pode ter aumentado no período, uma vez que muitas pessoas perderam seus empregos e/ou tiveram dificuldade de mantê-los por causa da pandemia da COVID-19.

O BPC possibilita que as pessoas tenham acesso à renda mensal fixa, minimizando a situação de vulnerabilidade vivenciada, bem como garante o direito de ter renda uma vez que se enquadrem nos critérios de concepção. Cabe lembrar que o “BPC contempla idosos cuja trajetória laboral foi marcada por forte precariedade e Pessoas com Deficiências (PcD), com limitada possibilidade de exercício do trabalho” (JACCOUD; MESQUITA; PAIVA, 2017, p. 3501). A categoria PcD engloba também pessoas com doenças incapacitantes para atividade laboral. Considerando que a maioria dos imigrantes que reside em Foz do Iguaçu são de perfil jovem, supõe-se que poucos encaminhamentos realizados nesta modalidade sejam de imigrantes. Embora o volume total (1.443 pessoas) que requereram este benefício ao longo do período analisado não significa que todos foram deferidos.

Outro fato a ser analisado é o quantitativo de encaminhamentos realizados para o CREAS, período em que a pandemia esteve em evidência. No período em questão 85 pessoas foram referenciadas por situações de violações de direitos e/ou situações de violência. Destes, a média foi de 2,08 (50 famílias) encaminhamentos pelo CRAS Nordeste. O CRAS Oeste e CRAS Leste foram os que tiveram menor demanda, somando apenas 0,29 (7 famílias) encaminhamentos neste período (Tabela 1). Segundo Siegfried (2020), o isolamento social (*lockdown*) fez com que muitos casos de violência doméstica viessem à tona, sendo visualizadas de distintas maneiras (física, psicológica, verbal, sexual, patrimonial). O profissional do CRAS que ao tomar conhecimento de alguma situação de violência e/ou violação de direitos, tem o dever de encaminhar o usuário para acompanhamento no CREAS. Para a autora, o fato de ‘forçar’ as pessoas a permanecerem em casa sem que pudessem sair para realizar suas atividades laborativas, educacionais, religiosas, entre outras, possibilitou que situações de violências ocorressem com frequência e de maneiras mais intensas:


Descobertas semelhantes estão surgindo em outros países com populações significativas de pessoas deslocadas. O Global Protection Cluster – uma rede liderada pelo ACNUR de ONGs e agências da ONU que fornece proteção às pessoas afetadas por crises humanitárias - observou em agosto que a violência de gênero estava ocorrendo com uma incidência maior em 90 por cento de suas operações, incluindo no Afeganistão, Síria e Iraque (SIEGFRIED, 2020, p. 1).

A autora cita situações e relatos de pessoas que foram vítimas de violência durante a pandemia, considerando que muitos estrangeiros e refugiados também vivenciaram tais episódios. Os dados dos relatórios não permitiram tipificar o percentual de brasileiros e imigrantes, dentre o total de encaminhamentos realizados ao CREAS. Uma das metodologias de trabalho utilizada pelos CRAS são as atividades coletivas (em grupos do PAIF). Considerando o período analisado, percebe-se que os números oscilaram consideravelmente entre os cinco territórios. Enquanto o CRAS Norte somou 2.531 famílias em acompanhamento, média mensal de 105, no CRAS Oeste não houve registro de família acompanhada durante o período de dois anos (Tabela 2).

Tabela 2. Atendimentos coletivos realizados nos cinco CRAS, Foz do Iguaçu, 2020-2021.

VARIÁVEIS	CRAS NORDESTE		CRAS LESTE		CRAS SUL		CRAS NORTE		CRAS OESTE		TOTAL
	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N do período
	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	90	3,75	10	0,42	31	1,29	2.531	105,46	0	0,00
Crianças/adolescentes de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	0,38	9
Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,17	4
Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	24	1,00	24
Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	27	1,13	0	0,00	42	1,75	0	0,00	0	0,00	69
Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	61	2,54	0	0,00	40	1,67	0	0,00	8	0,33	109
Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	3	0,13	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3
TOTAL	181	7,55	10	0,42	113	4,71	2.531	105,46	45	1,88	2.880

Fonte: DVVA e Sistema CADSUAS. Acesso em 28/04/2021.



Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) consistem na oferta de atividades realizadas em grupos divididos por faixa etária, que visam complementar o trabalho social com as famílias de modo a prevenir situações de risco. Dito serviço pode ser executado por unidades públicas ou por entidades prestadoras de serviços sócio-assistenciais. Em relação aos SCFV, nota-se que nas faixa etária de 0 a 17 anos apenas o CRAS Oeste realizou encaminhamentos para os serviços num total de 35, com média mensal de 2 atendimentos. No segmento populacional envolvendo aos idosos, somente os CRAS Nordeste (27 atendimentos) média mensal de 1 e Sul (42) média de 2 atendimentos. Ainda pelos dados da Tabela 2, apenas os CRAS Nordeste, Sul e Oeste realizaram alguma ação coletiva de caráter não continuado, com a média mensal de 3, 2 e 0,33, respectivamente. Outrossim, somente no CRAS Nordeste houve participação de três pessoas com deficiência.

Por se tratar de público prioritário de atendimento, pelo menos duas hipóteses podem ser consideradas, uma delas pode ser pelo fato de não ter havido oferta de grupos, atividades e/ou encaminhamentos para este público por parte dos CRAS neste período, ou ainda, devido à distância da residência do sujeito até o CRAS de referência, que pode ter dificultado o acesso para participação nas ações ofertadas.

6.2 POPULAÇÃO INSCRITA EM PROGRAMAS SOCIAIS: BRASIL E FOZ DO IGUAÇU

Neste ítem visualizam-se informações acerca do Cadastro Único em nível nacional e local, de modo a contextualizar o panorama geral de pessoas inscritas, beneficiárias de programas sociais, bem como perfil socioeconômico. A Tabela 3 mostra o perfil das famílias que estão cadastradas no CadÚnico, usando como fonte de dados o CECAD 2.0 e mês de referência 04/2022. De acordo com o sistema CECAD 2.0, o total de famílias inscritas é de 35.086.638 em nível nacional e 47.838 famílias no município de Foz do Iguaçu/PR.

Tabela 3. Pessoas inscritas no Cadastro Único, Brasil e Foz do Iguaçu, segundo grau de vulnerabilidade.

GRAU DE VULNERABILIDADE	BRASIL		FOZ DO IGUAÇU	
	N	%	N	%
Extrema pobreza	18.214.051	52,0	15.042	31,4
Em situação de pobreza	3.136.245	8,9	6.112	12,8
Acima de ½ salário mínimo	6.975.504	19,8	13.506	28,2
Baixa renda	6.760.838	19,3	13.178	27,6
TOTAL	35.086.638	100,0	47.838	100,00

Fonte: Cadastro Único. Acesso em 03 jul. 2022.

A Tabela 3 mostra que tanto no Brasil (52,0%) como em Foz do Iguaçu (31,4%), a maior porcentagem se refere às pessoas em situação de extrema pobreza, mas a situação de vulnerabilidade das famílias cadastradas é relativamente melhor em Foz do Iguaçu do que em nível nacional, uma vez que o maior contingente somado (55,8%) se encontra nos graus acima de meio salário mínimo e baixa renda. Segundo dados do Ministério da Cidadania, vinculado ao Governo Federal, considera-se em situação de extrema pobreza famílias cuja renda percapita mensal seja igual ou inferior a 89,00 reais.

Ainda usando como referência o Ministério da Cidadania, as famílias em situação de pobreza, são as que possuem renda percapita por mês entre 89,01 e 178,00 reais (BRASIL, 2022a). Os dados em relação às famílias em situação de extrema pobreza, afirmam a realidade de desigualdade social do país, que contribui para a insegurança alimentar de milhares de pessoas no território brasileiro. A desigualdade social no Brasil está intimamente relacionada com a má distribuição de renda e a falta de acesso às políticas públicas que possam garantir mínimas condições de vida. Destaca-se que esses números se referem às famílias brasileiras e de imigrantes. Especialmente em região de fronteira, o cadastramento de

estrangeiros que visam o reconhecimento de seus direitos sociais e acesso às políticas públicas de acordo com sua necessidade é maior que em outras regiões do país.

Brito e Baptista (2021) fazem um resgate histórico relacionado à fome como disputa política no Brasil, onde contextualizam entre os anos de 1995-2002 a trajetória política da corrida presidencial e seus planos de governo que visavam a “erradicação da fome”. Os autores iniciam contextualizando o pleito presidencial de 1994, em relação às propostas de FHC do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cuja apostava era em uma política econômica pautada no aumento da produção industrial e de infraestrutura, tendo o Estado como base econômica aliada e participação ativa. O plano de governo “trazia como estratégia a modernização agrícola e a produção em grande escala, focando o acesso ao alimento e sinalizando também para manutenção da lógica assistencialista na distribuição de alimentos” (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 9).

Outro candidato neste pleito era Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que também tinha os mesmos moldes desenvolvimentistas de FHC, porém o diferencial de sua proposta era o enfrentamento das desigualdades sociais como eixo central, visando combater a fome e a miséria e fortalecendo a política de segurança alimentar. Nesta disputa presidencial a vitória foi de FHC, que em seu governo promoveu o enxugamento do Estado e como estratégias de combate à fome e miséria realizou ações pouco efetivas, como “a extinção do Consea, a criação do Programa Comunidade Solidária (1995) e a extinção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (1997), com a criação da área técnica no Ministério da Saúde” (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 09).

O Programa Comunidade Solidária foi a principal estratégia de combate à fome e a miséria, porém além da junção das três esferas do governo, buscou parcerias com Organizações não Governamentais (ONG’s) que reproduziam ações assistencialistas com disponibilização de alimentos, neste caso o sujeito só era atendido de modo pontual. Em 1998, num segundo pleito eleitoral, FHC foi reeleito para mais quatro anos de mandato. Desta vez, conforme relatam os autores, o projeto de governo:

Trouxe novamente para centralidade a situação da fome no país. FHC reconheceu a situação de miséria e fome, mantendo a diretriz de parceria com a sociedade e estabilização econômica para realização de políticas mais distributivas. Outra vez não se comprometeu com as pautas de segurança alimentar e nutricional, mantendo a orientação das políticas agrária e agrícola (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 10).

Assim, segundo relatos de Brito e Baptista (2021) houve a necessidade de reformular e

reestruturar as políticas sociais, em especial de assistência social, no sentido de trazer como centralidade as questões relativas ao combate da fome, pobreza e a miséria, porém, ainda sem aprofundar na parte estrutural e na gênese desta problemática. Medidas foram tomadas e programas de cunho assistencialistas foram extintos, tendo maior visibilidade os projetos que buscavam emancipação dos usuários, como garantia de transferência de renda por meio dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás.

Em 2002, novamente ano político, o candidato Lula trouxe à tona questões relativas ao enfrentamento da fome e da miséria, enfatizando a necessidade de se construir uma política pública de segurança alimentar e nutricional, atrelada às discussões da reforma agrária, de modo a garantir aos brasileiros que necessitavam, o direito de terem alimentos adequados e saudáveis diariamente em sua mesa (BRITO; BAPTISTA, 2021). Neste pleito eleitoral ele foi eleito como Presidente do Brasil. Autores como Brito e Baptista (2021) e Guerra (2022) abordam a questão estrutural da desigualdade social no Brasil, com impactos diretos na fome e miséria. É possível visualizar esta problemática em distintas regiões do país, nos centros urbanos e regiões periféricas, em comunidades tradicionais e originárias, onde situações de déficit nutricional são percebidas tanto em situações de sobrepeso como a obesidade, fazendo com que a ausência de alimentos adequados e saudáveis e/ou o consumo em excesso de maneira desregrada impactem no processo saúde-doença da pessoa, uma vez que a alimentação se torna um dos determinantes fundamentais deste movimento (BRITO; BAPTISTA, 2021; GUERRA, 2022).

Entendendo a alimentação como direito fundamental do ser humano, a partir de 2003, esta temática passou a ser prioridade do governo do então Presidente Lula, visto que em inúmeras falas manifestou o desejo de garantir a toda população brasileira o direito de se ter alimentos com, no mínimo, três refeições ao dia (BRITO; BAPTISTA, 2021). Com isso, criou o Programa Fome Zero, substituto do Programa Comunidade Solidária, que tinha como eixo central a “conjugação de políticas estruturais (redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária) e emergenciais, apontando para a construção de “um novo Brasil” (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 10). Desse modo:

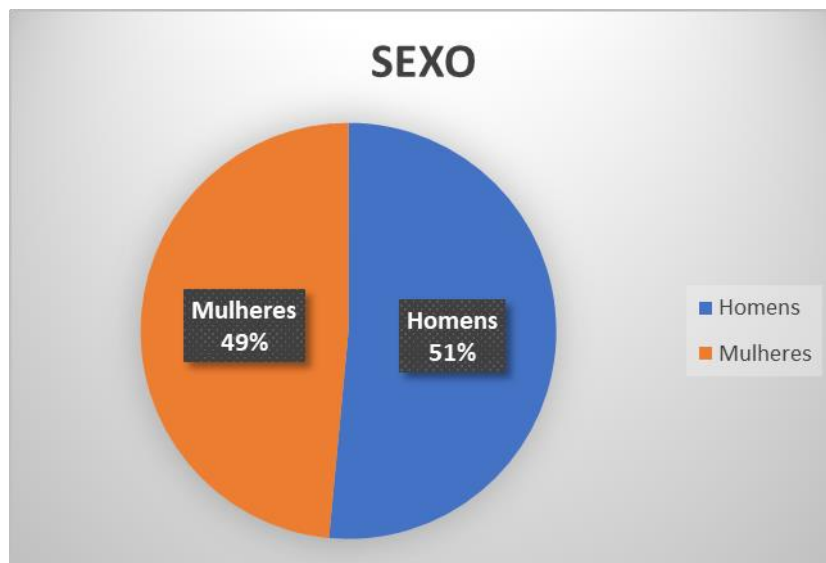
Para implementar o Programa Fome Zero, criou o Ministério Extraordinário de Combate à Fome e (re)criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Inicia-se uma mobilização política em torno do Programa Fome Zero, com incentivo para que estados e municípios formassem conselhos, visando aumentar a participação e o controle social (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 11).

Analisando as prerrogativas do Programa Fome Zero, a proposta foi estruturada de modo a contemplar os anseios quanto a segurança alimentar e nutricional dos atendidos, garantindo assim o direito à alimentação adequada. O que deixou a desejar, segundo Yasbek (2004), foi a falta de articulação entre as demais políticas públicas, em especial as que formam o tripé da seguridade social. Isto é, o programa falhou no sentido de atuar nos desdobramentos estruturais relacionado à desigualdade social. Ademais, o Fome Zero voltou sua atenção ao cumprimento de seus objetivos e deixou lacunas no que se refere as causas da desigualdade social no país (YASBEK, 2004). Entre erros e acertos, o programa em questão beneficiou milhares de pessoas e famílias ao longo do período de vigência (2003-2016), inicialmente pelo governo do ex-Presidente Lula e, posteriormente, dando continuidade com a ex-Presidenta Dilma Roussef. Entretanto, a partir de 2016 a questão estrutural da desigualdade social foi se intensificando e a crise econômica foi novamente estreitando as possibilidades para milhares de famílias, que atualmente vivem à margem da sociedade e com necessidade do recebimento dos benefícios sociais.

6.3 POPULAÇÃO IMIGRANTE EM FOZ DO IGUAÇU

Em Foz do Iguaçu/PR, segundo informações do Banco Interativo (2020), constam 13.976 registros de imigrantes; 49% (n= 6.780) são do sexo feminino e 51% (n= 7.196) masculino (Gráfico 1). Embora se observe uma pequena diferença entre homens e mulheres, de apenas 416 pessoas, mostra que ambos os sexos migram mais ou menos na mesma proporção, não sendo este um fator determinante na decisão de migrar.

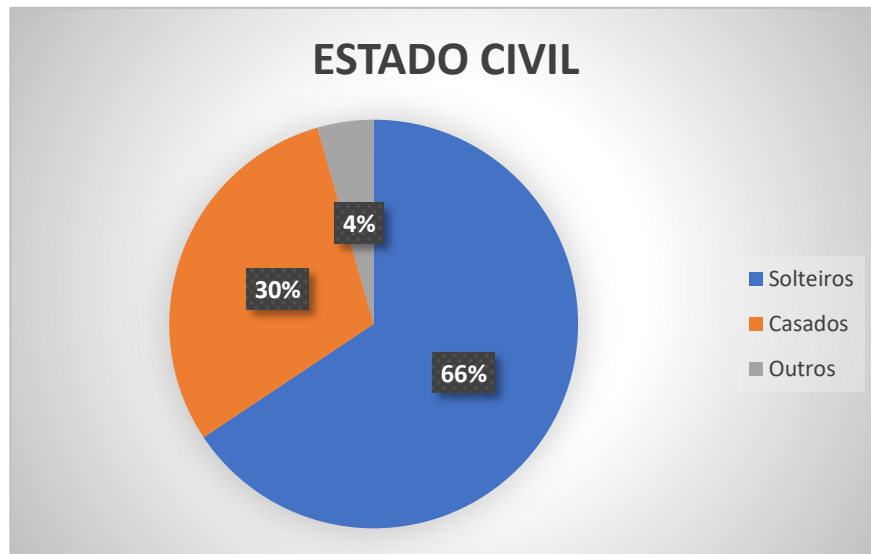
Gráfico 1. Imigrantes residentes em Foz do Iguaçu, segundo o sexo, 2022.



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Acesso em 20/01/2021.

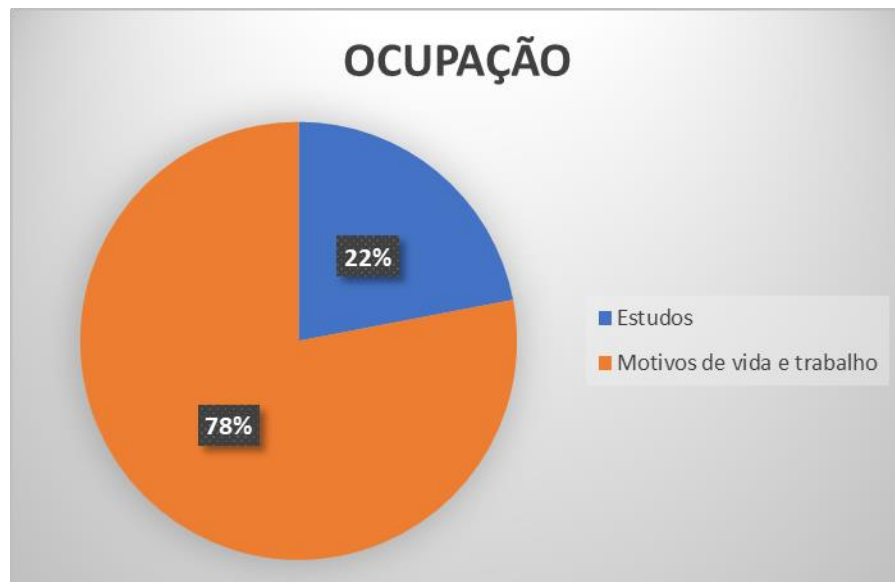
Quanto ao estado civil, 66% (n= 9.174) declaram-se solteiros e 30% (n= 4.181) casados, entre viúvos, outras situações e/ou sem informação, houve 4% (n= 621) registros (4,44%). Os dados apontam que a quantidade de imigrantes solteiros é mais que o dobro dos casados. (Gráfico 2). Outro aspecto a ser considerado no processo de migração é o motivo que propiciou o deslocamento. Conforme exposto no Gráfico 3, a maioria 78% (n= 10.938) imigrou por razões de vida e trabalho e 22% (n= 3.038) para estudar.

Gráfico 2. Imigrantes residentes segundo estado civil, Foz do Iguaçu, 2022.



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Acesso em 20/01/2021.

Gráfico 3. Motivos que favoreceram a migração, Foz do Iguaçu, 2022.



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Acesso em 20/01/2021.

Uma causa frequente para a imigração é a pretensão de realizar estudos, o Observatório das Migrações em São Paulo, vinculado ao NEPO, realizou estudo comparativo de 2010 a 2018 em relação ao perfil dos imigrantes que buscam acesso ao ensino superior no Brasil. No Quadro 3 observa-se o perfil dos indivíduos, bem como o quantitativo que Foz do Iguaçu absorve nas universidades públicas existentes.

Quadro 3. Dados sobre imigração de estudantes para o ensino superior no Brasil e Foz do Iguaçu.

Variável observada	2010	2018
Estudantes no Brasil	11.999	17.061
Idade predominante	20 a 29 anos	20 a 34 anos
Sexo	Feminino: 3.692 Masculino: 4.117	Feminino: 5.861 Masculino: 7.287
Número de países de origem	150	177
Matriculados em Foz do Iguaçu	648	1.303

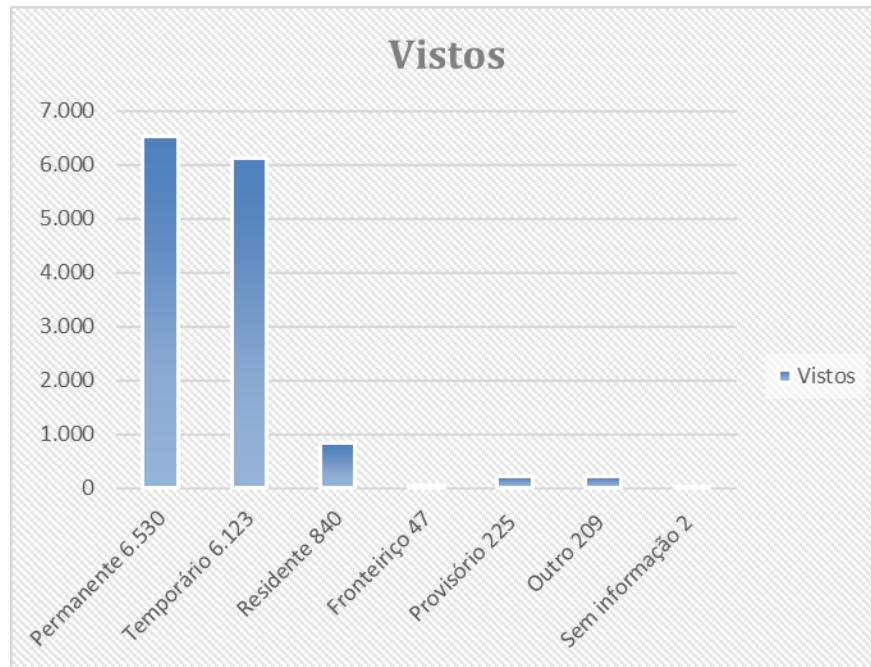
Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Acesso em 18 set. 2022.

Com relação à idade do imigrante, observa-se ligeiro aumento na idade de 29 para 34 anos e manteve-se a maioria masculina ($n= 7287$) no período. O número de matriculados em Foz do Iguaçu em 2018 somou mais que o dobro do número em 2010, passando de 648 para 1.303 imigrantes, isto é, um aumento de mais de 110%. O estudo também demonstrou que a maior procura foi para as universidades, seguidas pelas faculdades e centros universitários (NEPO, 2022). Em Foz do Iguaçu, a UNILA e a UNIOESTE recebem o maior contingente de estudantes universitários anualmente. Pela sua característica de acolher até 50% de estudantes latino-americanos, a UNILA se posiciona como fator determinante para a vinda de imigrantes no município.

Em relação ao status migratório, a maioria 46,72% ($n= 6.530$) possui visto permanente, 43,81% ($n= 6.123$) temporário, seguido de 9,47% ($n= 1.323$) que pertencem a outras categorias, como mostra o Gráfico 4. O residente permanente é aquele estrangeiro que pretende fixar residência definitiva no Brasil, conforme Decreto 86.715/1981 (Brasil, 1981). Segundo a Lei da Migração (Lei 13.445/2017), o visto temporário para acolhida humanitária:

Poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento (BRASIL, 2017, p. 8).

Gráfico 4. Imigrantes residentes segundo tipo de visto, Foz do Iguaçu 2022.



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Acesso em 20/01/2021.

Considera-se refúgio migratório à “proteção legal que o Brasil oferece a cidadãos de outros países que estejam sofrendo perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda, que estejam sujeitos, em seu país, a grave e generalizada violação de direitos humanos” (BRASIL, 2022, p. 1).

6.3.1 Brasileiros e estrangeiros inseridos no Cadastro Único em Foz do Iguaçu/PR

A seguir são apresentados dados extraídos do Cadastro Único, relacionados ao número de pessoas inscritas de acordo com a nacionalidade. Estas informações são oriundas do relatório emitido pela Gestora do Cadastro Único do município, que empregou os filtros solicitados para a pesquisa.

O filtro utilizado para fazer a busca possibilitou elencar o número de pessoas cadastradas de modo geral, compreendendo brasileiros e estrangeiros, além de informações referente ao sexo, faixa etária, parentesco com o responsável familiar, raça/cor, nacionalidade e se o usuário recebe ou não benefício do Programa Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil). Na Tabela 4 observa-se que, do total de pessoas com registro no Cadastro Único em Foz do Iguaçu, 95,5% (n= 94.792) são brasileiros e 4,5% (n= 4.442) estrangeiras. Dentre os estrangeiros foram identificadas 58 nacionalidades.

Conforme dados do Cadastro Único (Tabela 4), predomina o sexo feminino, tanto entre os brasileiros 56,89% (n= 53.930) como entre os estrangeiros 57,99% (n= 2.576). Em relação à raça/cor de pele, os brasileiros somam 59,53% (n= 56.439) e estrangeiros 2,24% (n= 2.131) se autodeclararam de cor branca, seguido da cor amarela 36,70% (n= 34.798) entre brasileiros e 2,09% (n= 1.988) entre estrangeiros. No tangente à faixa etária, entre os brasileiros as maiores frequências foram de pessoas entre 7 e 15 anos 17,13% (n= 16.235), 25 a 34 anos 13,20% (n= 12.517) e acima de 65 anos 11,94% (n= 11.315). Já entre os estrangeiros a faixa etária predominante foi de pessoas com idade entre 25 e 34 anos, com 27,26% (n= 1.211), seguido pela idade de 18 a 24 anos 14,76% (n= 656) e 7 a 15 anos 12,76% (n= 567). Acerca do parentesco, tanto entre brasileiros como estrangeiros, a categoria Responsável Familiar somou 41,61% (n= 39.445) e 51,69% (n= 2.296), respectivamente, seguido de filha(o) com 39,33% (n= 37.282) entre brasileiros e 23,48% (n= 1.043) entre estrangeiros.

Tabela 4. Perfil dos brasileiros e estrangeiros com registro no Cadastro Único, Foz do Iguaçu, 2022.

Variáveis		Brasileiros		Estrangeiros	
		N	%	N	%
Sexo	Masculino	40.862	43,1	1.866	42
	Feminino	53.930	56,9	2.576	58
Total		94.792	100,0	4.442	100,0
Raça/Cor	Branca	56.439	59,54	2.130	47,95
	Preta	3.263	3,44	240	5,40
	Parda	226	0,24	52	1,17
	Amarela	34.795	36,70	1.989	44,78
	Indígena	42	0,04	31	0,70
	Sem marcação	42	0,04	0	0
Total		94.792	100,0	4.442	100,0
Faixa etária	0 a 4 anos	9.526	10,05	94	2,12
	5 a 6 anos	3.970	4,19	67	1,50
	7 a 15 anos	16.235	17,13	567	12,76
	16 a 17 anos	3.298	3,48	127	2,85
	18 a 24 anos	9.889	10,43	656	14,76
	25 a 34 anos	12.517	13,20	1.211	27,26
	35 a 39 anos	5.338	5,63	398	8,95
	40 a 44 anos	5.046	5,32	277	6,23
	45 a 49 anos	4.716	4,97	209	4,70
	50 a 54 anos	4.460	4,71	144	3,24
	55 a 59 anos	4.158	4,39	125	2,81
	60 a 64 anos	4.324	4,56	115	2,58
	Acima de 65 anos	11.315	11,94	455	10,24
Total		94.792	100	4.442	100
Parentesco	Responsável familiar (RF)	39.445	41,61	2.296	51,69
	Cônjuge	11.284	11,90	732	16,48

Filha (o)	37.282	39,33	1.043	23,48
Enteada (o)	249	0,26	19	0,43
Neta/Bisneta (o)	2.247	2,37	44	0,99
Pai/mãe	1.718	1,81	104	2,34
Sogra (o)	86	0,09	14	0,32
Irmã (o)	978	1,03	78	1,76
Genro/nora	146	0,15	11	0,25
Outro parente	759	0,80	57	1,28
Não parente	262	0,28	30	0,68
Sem marcação	336	0,35	14	0,32
Total	94.792	100	4.442	100

Fonte: Cadastro Único (referência mês de junho/2021).

A maior porcentagem de mulheres 56,9% (n= 53.930) entre brasileiras e 58% (n= 2.576) para estrangeiras, pode ser decorrente de que, tanto o Cadastro Único como o Programa Bolsa Família, a titularidade é voltada preferencialmente para a mulher, uma vez que o programa dispõe de condicionalidades (quando a família é beneficiária) que acabam beneficiando mais à mulher. Além disso, em muitos arranjos familiares o responsável familiar é a mulher, ou ainda a hipótese de omissão de informações e/ou irregularidade no cadastramento dos membros da composição familiar. Isso reforça o que Pinto *et al.*, (2014) colocam que a mulher com frequência é responsável em prover a família e ainda manter o cuidado dos filhos.

Considerando a contextualização realizada pelo IBGE (2008) no que se refere à raça/cor de pele e as informações demonstradas na Tabela 4, percebe-se que os que se autodeclararam como brancos, seguido pela raça/cor de pele amarela, categorizam e diferenciam à população oriental. Para Ferreira (2020), o número de pessoas que se autodeclararam amarelas subiu consideravelmente no período de uma década, usando como base o Censo Demográfico de 2010. Segundo o autor, foi realizada uma pesquisa pela Universidade Federal Fluminense, que buscou quantificar as múltiplas faces do racismo, considerando que a raça/cor de pele amarela, sofre preconceitos em relação aos estereótipos físicos e culturais.

O autor refere que questões étnico-raciais relacionados à raça/cor de pele amarela ainda são pouco exploradas com defasagem de produções científicas acerca desta categorização. Isso faz com que muitas pessoas não tenham clareza quanto à autodeclaração. De acordo com o autor, a ideia da pesquisa, além de produzir conhecimento científico, é dissimular questões de preconceitos quanto à esta parcela da população, bem como promover debates em meio acadêmico sobre o continente asiático e seus distintos contextos de modo a promover militância relacionada a esta questão de raça/cor. Essa discussão é

pertinente, especialmente em Foz do Iguaçu que abriga muitas comunidades de origem asiática.

O número de idosos também é expressivo, tanto entre brasileiros (16,5%) como estrangeiros (12,82%) (Tabela 4), uma vez que é necessário que estes mantenham seu Cadastro Único atualizado para fins de acessos aos benefícios sociais, como: 1) BPC a partir dos 65 anos, dentre os objetivos da assistência social, segundo a LOAS (1993), está a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993); 2) Tarifas sociais de água e energia elétrica - benefício concedido às famílias que possuam renda familiar percapita inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, idosos acima de 65 anos que recebem o BPC/88 e/ou pessoas com deficiência que recebam o BPC/87; e/ou famílias que possuam até 3 salários-mínimos desde que possuam pessoa com deficiência ou doença incapacitante. O valor do desconto varia entre 10% e 65% sobre o consumo de cada família (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, 2022); 3) Carteira do Idoso - benefício concedido ao idoso a partir de 60 anos, com renda individual igual ou inferior a dois salários-mínimos, que garante o direito de o mesmo realizar viagens terrestres gratuitas para fora do seu estado de origem (são duas vagas por veículo), ou pagando 50% do valor da passagem quando não houver mais disponibilidade de assentos (ESTATUTO DO IDOSO, 2003).

Uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família é manter o Cadastro Único sempre atualizado. O parentesco das famílias inseridas visa compreender a realidade familiar de cada inscrito. De acordo com o Ministério da Cidadania (2022), esse processo é permanente, tendo em vista que a realidade das famílias pode se alterar com frequência e necessitam serem atualizadas a cada alteração, garantindo assim a confiabilidade das informações. O Quadro 4 apresenta o número de inscritos segundo a nacionalidade, bem como a distribuição por sexo e quantitativo de pessoas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Entre os estrangeiros, o maior número de pessoas registradas no cadastro Único (n= 2.609) e beneficiadas com Bolsa Família (n= 1450) é do Paraguai, seguido da Venezuela, com 622 pessoas registradas no Cadastro Único e 278 beneficiárias do Bolso Família e Argentina, com 261 pessoas registradas no Cadastro Único e 158 beneficiárias do Bolsa Família.

Quadro 4. Número de inscritos, sexo e beneficiários do Bolsa família, segundo país de origem, Foz do Iguaçu, 2022.

País de origem	Total de inscritos	Homens	Mulheres	Beneficiários do Bolsa Família
Brasil	94.792 pessoas	40.862	53930	57.068
Paraguai	2.609 pessoas	918	1691	1.450
Venezuela	622 pessoas	302	320	278
Argentina	261 pessoas	121	140	158
Colômbia	216 pessoas	102	114	186
Haiti	122 pessoas	79	43	100
Cuba	124 pessoas	71	53	57
Peru	82 pessoas	40	42	59
Líbano	65 pessoas	44	21	48
Bolívia	47 pessoas	22	25	39
Chile	42 pessoas	25	17	26
China	32 pessoas	16	16	28
Equador	21 pessoas	11	10	19
Japão	19 pessoas	11	8	18
El Salvador	15 pessoas	8	7	14
Síria	29 pessoas	16	13	10
Uruguai	14 pessoas	9	5	9
Espanha	11 pessoas	8	3	7
Honduras	07 pessoas	3	4	7
Portugal	09 pessoas	4	5	5
Coréia do Sul	08 pessoas	4	4	3
Jordânia	06 pessoas	2	4	1
Angola	05 pessoas	3	2	5
Bangladesh	05 pessoas	3	2	3
República Dominicana	05 pessoas	3	2	4
Guatemala	04 pessoas	4	0	4
Guiné Bissau	04 pessoas	3	1	3
Marrocos	04 pessoas	4	0	3
Paquistão	04 pessoas	2	2	1
Taiwan	04 pessoas	2	2	3
Benin	03 pessoas	2	1	2
Costa Rica	03 pessoas	2	1	3

Inglaterra	03 pessoas	1	2	1
Nicarágua	03 pessoas	1	2	2
Arábia Saudita	02 pessoas	1	1	0
Egito	02 pessoas	2	0	0
França	02 pessoas	1	1	2
Holanda	02 pessoas	1	1	2
Irlanda	02 pessoas	0	2	2
Itália	02 pessoas	1	1	1
México	02 pessoas	2	0	2
Palestina	02 pessoas	1	1	0
Panamá	02 pessoas	2	0	2
Alemanha	01 pessoa	1	0	1
Áustria	01 pessoa	0	1	1
Bélgica	01 pessoa	0	1	1
Congo/Rep. Democrática	01 pessoa	0	1	0
Congo/República	01 pessoa	0	1	0
Gana	01 pessoa	1	0	1
Índia	01 pessoa	1	0	1
Liechtenstein	01 pessoa	0	1	0
Ilhas Macdonal e Head	01 pessoa	1	0	1
Moçambique	01 pessoa	0	1	1
Nigéria	01 pessoa	1	0	1
Romênia	01 pessoa	1	0	1
Senegal	01 pessoa	1	0	1
Togo	01 pessoa	1	0	1
Ucrânia	01 pessoa	1	0	1
TOTAL	4.442	1.866	2.576	2.579

Fonte: Cadastro Único (referência mês de junho/2021).

O Programa Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil) é um programa vinculado à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais para o acesso: transferência/complementação de renda, acesso aos direitos sociais e articulação com outras políticas de modo a promover o desenvolvimento das famílias. Para ter

acesso, a família necessita ter renda familiar *percapita* de 89,00 a 178,00 reais, desde que contenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Para os contemplados com este benefício, é necessário manter a frequência escolar assídua, calendário vacinal, peso e altura acompanhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), inclusive informações de mulheres em idade fértil, além de manter o Cadastro Único atualizados (BRASIL, 2005).

Considerando que para acesso ao Programa Bolsa Família, é necessário atender ao critério de renda, pode ocorrer de algumas informações serem omitidas por parte dos usuários, para ter acesso aos benefícios. Com isso, as informações contidas no Cadastro Único podem não expressar a veracidade tal como é. Entretanto, “as mulheres representam um importante aspecto em discussões sobre o Programa Bolsa Família, no que se refere à crítica sobre a sobrecarga de responsabilidades vinculadas à reprodução social que recai sobre o gênero feminino” (BRITO; COSTA, 2015, p. 4). O acesso de paraguaios ao Cadastro Único e a concessão de determinados benefícios sociais se dão pela facilidade do trânsito livre, que faz com que a cidade de Foz do Iguaçu (Brasil) e Cidade de Leste (Paraguai) sejam conhecidas como Cidades Gêmeas. Em regiões como esta:

O constante fluxo de cidadãos transfronteiriços, bem como o compartilhamento de problemas sociais, exige ações do campo da Política de Assistência Social (PAS) e requer o atendimento a cidadãos, sem nacionalidade brasileira, mas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social (SILVA; UGOSKI, 2013, p. 228).

Isso se torna um desafio bilateral, uma vez que ambos países carecem de acordos, tratados e/ou convenções que possibilitem o atendimento aos imigrantes com todos os seus direitos fundamentais garantidos. O MERCOSUL abriu portas para o livre comércio, a Lei da Migração dispõe sobre os direitos sociais, de saúde, assistência social, educação e previdência social, no entanto, Silvia e Ugoski (2013) frisam que os acordos vigentes estão relacionados apenas ao setor previdenciário, ou seja, apenas vinculados às questões trabalhistas.

Quanto às situações de vulnerabilidade e/ou risco social, “a desigualdade social é um fenômeno histórico e se manifesta de várias formas (classe, étnica, racial, sexo etc). São diferenças hierárquicas evitáveis e moralmente injustificadas” (SILVIA; ALMEIDA, 2019, p. 717). Deste modo, a realidade na região de tríplice fronteira possibilita o acesso dos imigrantes às políticas públicas do município de Foz do Iguaçu e outros municípios próximos, para suprir suas necessidades e prover melhores condições de vida para o indivíduo e/ou sua família.

Cesário *et al.*, (2015) fazem referência à vulnerabilidade social no processo

migratório, destacando que até certo tempo era relacionada em função de pobreza, marginalidade e exclusão social. No novo modelo conceitual, a partir de seus estudos, afirmam que os indivíduos se colocam em situações de risco, logo, se tornam vulneráveis de acordo com as condições do cotidiano, questões culturais, atitudes, valores e crenças. Esta afirmação vai depender da condição social que o imigrante estava inserido em seu país de origem e do contexto pós migração (CESÁRIO *et al.*, 2015). Além disso, referem que a própria condição social que os indivíduos pertencem determina as distintas formas de enfrentar as situações de risco. Outro ponto importante é em relação aos costumes, hábitos e tradições que as pessoas que migram acabam perdendo com este deslocamento. Dessa mescla de costumes, a essência do país de origem vai desaparecendo e aos poucos vai dando espaço aos novos costumes e culturas, dada a nova configuração territorial. Cabe ao sujeito, compreender esta nova realidade de modo a saber identificar potenciais situações que possam colocá-lo em risco, ameaçando sua sobrevivência, seja social, física ou psicológica (CESÁRIO *et al.*, 2015).

De acordo com informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Brasil foi um dos pioneiros na proteção internacional aos refugiados, sendo o “primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados em 1951, no ano de 1960” (ACNUR, 2022). Existe cerca de 6,6 milhões de refugiados sírios espalhados pelo mundo. Destes, em torno de 5,6 milhões estão em países nos arredores da Síria. Na presente pesquisa, 29 pessoas oriundas da Síria estão registradas no Cadastro Único e 10 recebem o Bolsa Família (Quaro 4). O Líbano também chama a atenção, tendo em vista que Foz do Iguaçu possui uma comunidade libanesa fortemente constituída, oferecendo aos seus nacionais possibilidades no campo educacional (Escola Libanesa Brasileira e Escola Árabe Brasileira), espiritual (Centro Cultural Islâmico - Mesquita Omar Ibn Al-Khatab), além do comércio que possui um quantitativo expressivo de empresários do ramo de alimentação, clubes, vestuário entre outros segmentos (OLIVEIRA, 2015).

Os dados do presente estudo mostram que 65 libaneses têm registro no Cadastro Único e 48 recebem Bolsa Família. Os primeiros imigrantes libaneses chegaram em Foz do Iguaçu por volta de 1940 e atualmente, segundo estimativa da própria comunidade libanesa, cerca de 15.000 pessoas residem em Foz do Iguaçu (CARDOZO, 2016). Esses dados são baseados em estudos de 2016, porém, provavelmente este número seja bem maior nos dias atuais. A autora refere que não existe dados oficiais e precisos do número de membros e sim uma estimativa. Ainda de acordo com informações do ACNUR, em 2021 de cada 10 libaneses refugiados, nove viviam em situações de extrema pobreza, mas essa não parece ser a realidade dos

libaneses residentes em Foz do Iguaçu (ACNUR, 2022).

Por outro lado, o Haiti possui 122 pessoas inscritas no Cadastro Único (79 do sexo masculino e 43 do sexo feminino) e 100 recebem auxílio do Programa Bolsa Família. Ao buscar informações do contexto que motivou a migração de haitianos para o Brasil, podem-se considerar os desastres naturais como uma das razões que levou estas pessoas a saírem do país em busca de melhores condições de vida. Caso análogo é o terremoto de 2010, na cidade de Porto Príncipe, que deixou o país em situação de calamidade estrutural e governamental, onde muitas pessoas morreram e outras milhares ficaram à margem da pobreza (CIVIDINI, 2018). Deste modo, a escassez de trabalho e a proximidade dos haitianos com as Tropas brasileiras de Paz enviadas pela ONU, fizeram com que os haitianos vislumbrassem o Brasil como um país acolhedor, próspero, com possibilidades e oportunidades de ofício o que motivou muitos haitianos a migrar. O deslocamento haitiano foi amplamente noticiado nos meios de comunicação e estes se instalaram em distintos estados e cidades do país. “Os primeiros haitianos chegaram por via terrestre, através das fronteiras do Peru e Bolívia, nas cidades de Assis Brasil no estado do Acre e Tabatinga, no Amazonas” (CIVIDINI, 2018, p. 28).

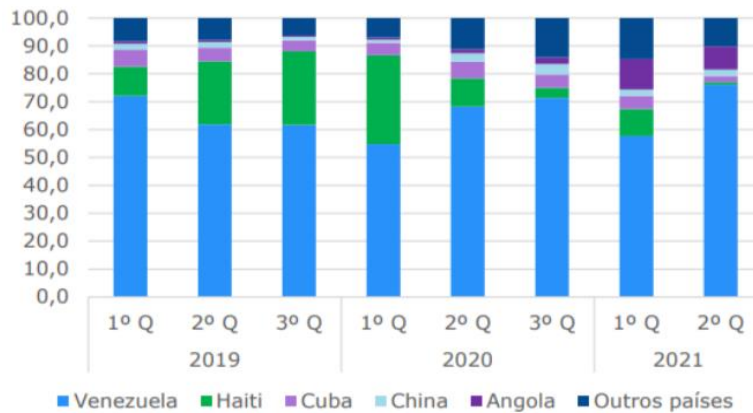
Ainda complementa que “segundo a mídia analisada, chegavam em torno de 40 haitianos por dia em Brasiléia e o abrigo do município não comportava a quantidade de haitianos que estavam ali” (CIVIDINI, 2018, p. 50). Houve a necessidade do governo do Acre solicitar auxílio do governo federal em recursos financeiros para custeio com alimentação básica, água e luz. Com esse amplo contingente de pessoas em deslocamento, somado às pessoas residentes nos municípios, gerou-se uma crise humanitária, fazendo com que o estado corresse o risco de disseminação de epidemias, considerando que muitos haitianos viviam em situações insalubres com propensão a contrair doenças.

Para Baeninger e Peres (2017), a chegada do contingente haitiano no Brasil forçou o governo, a sociedade e as instituições acadêmicas a pensar estratégias para acompanhar este público de modo a retratar a realidade e as condições de vida que estes se encontravam. A decisão de permanência dos imigrantes no país se deu pelo meio político com o visto humanitário, fazendo com que outras medidas legais fossem tomadas. Como exemplo disso, tem-se a criação da Lei da Migração de 24 de maio de 2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, criado pela Lei nº 6815/80 (BAENINGER; PERES, 2017).

Com base no Portal da Imigração, vinculado ao Ministério de Justiça e Segurança Pública (2022), o Gráfico 5 mostra a distribuição percentual dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados por quadrimestres segundo principais países no período de 2019 a 2021. De forma geral, a Venezuela oscilou o quantitativo ao longo deste

período, mas manteve os índices acima da média. Já os demais países, em especial o Haiti, apresentou entre o 2º quadrimestre de 2019 até o 1º quadrimestre de 2020 maior movimentação.

Gráfico 5. Solicitantes de reconhecimento de condição de refúgio – 2019 a 2021, segundo alguns países.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio.

Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2022).

Cuba é outro país que apresentou maior demanda. Ao todo, 124 pessoas estão cadastradas; dessas 71 são do sexo masculino, 53 do sexo feminino e 57 pessoas recebem o benefício do Programa Bolsa Família (Quadro 4). De acordo com Coelho (2020), as condições migratórias dos cubanos demandam maior atenção, tendo em vista que pelo fato do país não fazer parte MERCOSUL, não possuem os mesmos direitos de trânsito livre como os outros países da América Latina. Um exemplo disso é que os cubanos não contam com o visto humanitário, logo, não possuem as mesmas garantias jurídicas de haitianos e sírios. No tocante à regularização documental, o processo acaba sendo moroso, dificultando o acesso a direitos básicos. Brito (2018) discorre sobre o número de cubanos que pediram reconhecimento da condição de refúgio no Brasil entre os anos 2000 e 2018, que somaram mais de 5.700 pessoas. Não se sabe ao certo se esse número sofreu alterações após o Presidente Jair Messias Bolsonaro dar fim ao Acordo de Cooperação do Programa Mais Médicos. Esse público em si, é uma soma entre médicos e comunidade geral que necessitava de refúgio.

Segundo estudos de Pinto *et al.*, (2014), as categorias mais vulneráveis da população são em sua grande maioria chefiadas por mulheres, que além de ser a provedora da família,

mesmo sendo ou estando em situações de vulnerabilidade social ou econômica, são responsáveis pelo cuidado e orientação dos filhos, que muitas vezes ainda estão em idades que demandam muita atenção.

6.4 O QUE DIZEM OS IMIGRANTES ENTREVISTADOS ACERCA DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO, ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS E PERMANENCIA NO BRASIL

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa de campo cujo objetivo era identificar aspectos da imigração, conhecer o itinerário percorrido pelos imigrantes residentes no município de Foz do Iguaçu no acesso a benefícios da política de assistência social e identificar os benefícios recebidos. Participaram do estudo dez imigrantes oriundos da Venezuela (n= 5), Haiti (n= 2), Paraguai (n= 2) e Argentina (n= 1). Aspectos relacionados ao tempo para a realização da pesquisa, coleta de dados durante a pandemia e rejeições para participar, talvez por receio de perder algum benefício, limitaram a amostra do estudo.

Os resultados são apresentados em cinco unidades de discussão: 1) caracterização dos sujeitos da pesquisa; 2) razões e motivações para a imigração; 3) itinerário dos imigrantes aos serviços de assistência social em Foz do Iguaçu; 4) o acesso dos imigrantes aos benefícios assistenciais em Foz do Iguaçu e; 5) vulnerabilidade do imigrante.

6.4.1 Breve caracterização dos sujeitos entrevistados

Mesmo se tratando de pessoas beneficiárias de programas sociais, o Quadro 5 mostra que os imigrantes possuem alto grau de escolaridade, uma vez que dos dez entrevistados sete tinham ensino superior completo ou acima, os demais possuíam ensino médio completo. Também são pessoas jovens, em sua maioria entre 20 e 40 anos, considerando a idade atual e o tempo de residência no Brasil.

Quadro 5. Características sociodemográficas e profissionais dos imigrantes entrevistados, Foz do Iguaçu, 2022.

Participante/país origem	Sexo	Idade em anos	Escolaridade	Ocupação no País de Origem	Ocupação no Brasil	Tempo residência no Brasil
P1 Venezuela	F	64	Pós-graduação	Professora de Geografia e História, com Pós-graduação em Geografia	Ministrou aulas de violão e atualmente faz diárias	3 anos e meio
P2 Haiti	M	30	Ensino médio completo	Estudante	Estudante do curso superior em Serviço Social e autônomo	10 anos
P3 Venezuela	F	43	Superior completo	Engenheira Química	Auxiliar de Serviços Gerais (emprego	3 anos

					formal)	
P4 Venezuela	F	37	Pós-graduação	Engenheira Agrônoma com Pós-graduação em Finanças	Do lar. Estudante de Marketing Digital	3 anos e meio
P5 Paraguai	F	39	Superior incompleto	Estudante	Desempregada	12 anos
P6 Venezuela	F	53	Mestrado	Professora acadêmica e Policial Municipal	Auxiliar de Produção em Frigorífico (emprego formal)	3 anos
P7 Venezuela	F	39	Superior Completo	Professora	Do lar	3 anos e 3 meses
P8 Haiti	F	33	Superior completo	Administrativo estadual	Estudante e autônoma	4 anos e 5 meses
P9 Paraguai	F	42	Ensino médio completo	Do lar	Do lar	3 anos
P10 Argentina	F	23	Superior completo	Cabeleireira	Do lar	9 meses

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

O fato de nove entre os dez entrevistados ser do sexo feminino, pode significar que as mulheres recorrem mais aos serviços sociais e estão mais abertas a participarem de pesquisas. Chama a atenção os dados acerca da ocupação, as quais tinham uma boa inserção profissional no seu país de origem, mas nenhuma delas conseguiu ocupação similar no Brasil e acabaram realizando trabalhos incompatíveis com sua escolaridade. Apenas duas pessoas entrevistadas atualmente trabalham com contrato formal, as demais estão, ou na informalidade, ou em processo de formação acadêmica, mantendo suas despesas com auxílios disponibilizados pelo Governo Federal (Quadro 5).

Zunino (2021) afirma que a expansão do capitalismo implica em diversas formas de desigualdades sociais e concentração de riquezas. O próprio processo migratório expressa desigualdades, uma vez que quem imigra precisa dispor de algum recurso financeiro suficientes para permitir seu deslocamento internacional, com exceção para as fronteiras terrestres. Ou seja, migrantes não são as pessoas mais pobres do país, mas pessoas mais jovens, com certo nível de formação educacional, rede de apoio e capacidade de articular elementos que contribuam para certa segurança no país acolhedor.

Marcon e Nora (2020) destacam que na última década, houve grande expansão de

trabalhadores estrangeiros que optaram pelo Brasil para residir e trabalhar. Os autores citam como exemplos, argentinos, senegaleses, haitianos, colombianos, peruanos, venezuelanos, bolivianos, uruguaios e paraguaios. A migração ilegal é um dos fatores que contribuem para que situações análogas à escravidão possam ocorrer, devido à ausência de documentação legal no país que possibilite o acesso ao mercado de trabalho formal (MARCON; NORA, 2020). Baseando-se nas ideias de Kant, “a definição de dignidade concebe o indivíduo como aquele que age com humanidade, isto é, que utiliza a razão e, portanto, ocupa um lugar privilegiado em relação aos demais seres vivos” (MARCON; NORA, 2020, p. 484). Elas frizam sobre a necessidade de ser considerado o valor intrínseco da pessoa e não o preço, pois são seres únicos que não podem ser reduzidos a valores econômicos.

No que se refere à dignidade da pessoa humana e às relações de trabalho, o fato de o sujeito possuir um meio de sobrevivência remunerado não significa que seja um trabalho digno. Isso vai ocorrer se o trabalho lhe oferecer remuneração de acordo com o serviço executado, que lhe permita ter acesso a direitos básicos, como educação, saúde, moradia e condições de subsistência para si e sua família (MARCON; NORA, 2020). Conforme o Quadro 5, a maioria dos imigrantes entrevistados trabalhava em seu país de origem em funções superiores às que atualmente exercem no Brasil. Tal aspecto é considerado pelos entrevistados como um fator negativo da migração, a falta de reconhecimento acadêmico e profissional no país:

Acho que também para agregar uma coisa, muitas pessoas que vem de outros países, vou falar de caso de Venezuela, são profissionais. São de diferentes cidades, é um bom recurso, que o Brasil, se desse conta e aproveitar isto, claro que o custo da nossa formação foi do nosso país, decidimos sair, mas vocês podem aproveitar, nós temos muita carreira a nível profissional para podermos exercer aqui nossa profissão. (P4)

O Ministério da Educação aprovou a Resolução nº 3 de 22 de junho de 2016, que trata sobre “normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior” (BRASIL, 2016b, p. 1). A referida resolução trata dos procedimentos que o sujeito deve realizar para ter o direito de reconhecimento acadêmico no Brasil. Em relação aos cursos de graduação, o Capítulo II, Art. 3º diz que “os diplomas de graduação obtidos no exterior poderão ser revalidados por universidades públicas brasileiras, regularmente credenciadas, criadas e mantidas pelo poder público, que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente” (BRASIL,

2016b, p. 1).

Cabe às universidades elaborar os critérios e procedimentos e dar publicidade a elas. Já em relação aos diplomas de pós-graduação *stricto sensu*, a orientação no art. 17º, dispõe que

Os diplomas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por universidades estrangeiras, só poderão ser reconhecidos por universidades brasileiras regularmente credenciadas que possuam cursos de pós-graduação avaliados, autorizados e reconhecidos, no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), na mesma área de conhecimento, em nível equivalente ou superior (BRASIL, 2016b, p. 5).

Nesse caso, a tramitação fica a cargo do “Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cabendo às universidades a organização e publicação de normas específicas” (BRASIL, 2016b, p. 5). Em situações que o imigrante não encontre universidade com cursos de graduação compatíveis com sua formação, conforme os termos da resolução, deverão requerer junto à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. No caso dos cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, os procedimentos serão de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Na teoria, imigrantes com formação acadêmica no exterior teriam a possibilidade de revalidar seu diploma no Brasil, para obterem o direito de exercer a profissão no país, mas na prática, os dados mostram que isso não ocorreu com as entrevistadas que relatam dificuldades com os trâmites legais e burocráticos, que somados à ausência de documentos comprobatórios e/ou recursos financeiros insuficientes para obtê-los, contribuem para que o reconhecimento não se efetive.

6.4.2 Razões e motivações para a imigração

Do ponto de vista do fluxo migratório, Silva e Baeninger (2021) referem que este processo pode ser concebido como uma imigração involuntária, geralmente provocada por fatores políticos, religiosos, econômicos ou sociais. Entre os venezuelanos entrevistados, fatores ideológicos, políticos e socioeconômicos foram determinantes na decisão de imigrar. “*Eu sou venezuelana e todos os venezuelanos estamos fugindo do comunismo da Venezuela*”. (P1). O anticomunismo é uma doutrina contrária aos princípios do comunismo, considerado como “um fenômeno histórico que remonta ao século XIX, sendo encontrado tanto na Europa quanto na América. (...) pregam a perseguição de comunistas, (...) conjunto de ideais em

defesa da propriedade privada que colocam o comunismo como uma ameaça à democracia” (SAMWAIS, 2018, p. 1). Para o discurso liberal, a democracia só poderia ser alcançável pela lógica capitalista. Logo, o anticomunismo não pode ser resumido apenas a um movimento político ideológico, devendo ser entendido como um fato complexo em sua diversidade. A deterioração das condições de vida na Venezuela, decorrentes da crise econômica que assola o país há mais de uma década, com redução drástica no poder de compra, desabastecimento, na capacidade de oferta de serviços públicos e consequente aumento da pobreza e da violência se mostraram decisivos para a imigração:

A condição do meu país. A situação era muito difícil no acesso aos serviços públicos, a água, a luz, alimento, para poder fazer mercado tinha que ficar na fila desde a noite anterior (...) E a água onde eu morava, vinha a cada três ou quatro meses. (P3)

Nós vínhamos há bastante anos passando necessidades, como fome. Eu tenho 3 crianças, uma delas, a mais velha ficou doente, ficou em hospitalização (...) foi quase 1 mês no hospital e nós tínhamos que comprar antibióticos, não tinha especialista, todo dia trocava o medicamento (...) meu irmão comprava para ele, para meu filho, nós não tínhamos! (...) de noite não tinha pessoal de enfermagem para colocar o tratamento... Então meu marido não queria sair, mas depois dessa experiência nós viemos para o Brasil. (P7)

Santos (2020) destaca que a crise socioeconômica e política iniciada em 2014 na Venezuela deixou o país em uma situação muito difícil. A dívida externa e interna, a oscilação no preço do petróleo e o bloqueio de bens do país em bancos estrangeiros não permitiu a estabilização econômica do país com prejuízos à população. Um dos efeitos foi a insuficiência de alimentos para o abastecimento dos mercados, os serviços públicos ficaram ineficientes e não chegavam ao alcance de todos. A fome, miséria, criminalidade, ausência de atenção à saúde, entre outros motivos, foram motivadoras para a migração de milhares de venezuelanos para diferentes países, incluindo o Brasil. Nesse sentido, a crise econômica venezuelana atingiu de forma distinta todas as classes sociais, fazendo com que milhares de pessoas migrassem para garantir a sua sobrevivência, como pode ser constatado na fala a seguir:

Nós tínhamos lá um negócio há mais de 20 anos na área de presunto e queijos, e nós tínhamos essa distribuidora, era para varejo e atacado, tudo mudou, a gasolina, as coisas aumentaram, muitos clientes quebraram, e nós também porque trabalhamos um tempo com crédito para os clientes. (P4)

Vasconcelos e Machado (2021) pontuam que a crise econômica que assolou o país fez

com que pessoas em distintas situações (solteiros, casados, jovens, idosos, homens, mulheres, famílias, pessoas com deficiência, entre outros) cruzassem as fronteiras até o Brasil nesta onda migratória. O exército brasileiro teve papel importante no acolhimento dos imigrantes venezuelanos e/ou que solicitaram refúgio e que entravam no país pelo estado de Roraima, na capital Boa Vista. Direcionaram os imigrantes para outras regiões do Brasil, uma vez que a capital do estado não tinha condições de acolher tantas pessoas chegando de uma vez só (VASCONCELOS; MACHADO, 2021). A segurança da família é um motivador importante na decisão de imigrar. *“Então minha mãe falou: tem que pensar no futuro das crianças! (...) tentaram nos sequestrar e nos roubar em mais de duas oportunidades (...) e decidimos partir da Venezuela”*. (P4)

De acordo com o Observatorio Venezolano de Violencia – OVV, no documento denominado “Informe Anual de Violência” de 2020 houve mais mortes devido às situações de violência do que de vítimas da pandemia da COVID-19, sendo que a Venezuela teve mais mortes violentas da região e do mundo. A criminalidade foi tão intensa, os números apontam 45,6 mortes violentas por cada 100.000 habitantes (OVV, 2022). O documento mostra que a Venezuela passou de ser um dos países mais ricos da América Latina, que sempre ajudou outros países, para se tornar uma nação que necessita ajuda humanitária para garantir o básico, como a alimentação de sua população. No ano de 2021, dados do OVV mostram que houve 72,5 mortes por cada cem mil habitantes, bem acima da taxa do ano anterior (OVV, 2022). Estes dados que correspondem ao período de 2020-2021 referem-se aos seguintes indicadores: Homicídios, mortes por resistência às forças de segurança, mortes em averiguação e desaparecimentos. A situação econômica que acometeu o país nas últimas décadas contribuiu para o aumento das taxas de violência. Igualmente, a desigualdade social, a má distribuição de renda e a falta de condições de sobrevivência fazem com que muitas pessoas vejam na criminalidade uma forma de garantir seus ‘mínimos sociais’.

A formação educacional frequentemente é razão para deslocamentos migratórios, mesmo que temporários. *“A gente veio para o Brasil, porque meu filho mais novo, ele ganhou vaga na faculdade, na UNILA, então ele queria fazer formatura na área de economia, está fazendo agora, então eu vim para ajudar um pouco ele, acompanhar assim”*. (P6) A UNILA foi criada em 12 de janeiro de 2010, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 12.189. A ideia central, segundo Souza e Rizzotto (2022) era promover a integração latino-americana, ofertando a possibilidade do ensino superior em uma universidade federal, possibilitar intercâmbio cultural, educacional e científico, garantindo 50% das vagas para estrangeiros e 50% para brasileiros, tanto para discentes como para docentes.

Pensando na garantia da permanência dos estudantes oriundos de regiões mais distantes, a UNILA disponibiliza assistência estudantil, repassando recurso financeiro aos estudantes em situações mais vulneráveis, nas seguintes modalidades: Auxílio Saúde; Apoio pedagógico; Serviço de psicologia; Auxílio moradia; Auxílio instalação; Auxílio alimentação; Auxílio transporte e Auxílio creche. Com isso, anualmente muitos estudantes são atraídos para Foz do Iguaçu na expectativa de formação acadêmica com suporte estudantil (BRASIL, 2022c).

Ainda sobre a migração venezuelana “o fluxo migratório originado na Venezuela com destino a diversos países, principalmente latino-americanos, é a mobilidade humana mais expressiva das Américas na contemporaneidade” (SILVA; BAENINGER, 2021, p. 124). Os autores afirmam que milhares de imigrantes venezuelanos se encontram atualmente, fora do seu país de origem, sejam com visto de residência ou em situação de refúgio. Entre os haitianos, os desastres naturais, como o terremoto que assolou o país em 2010 e o contato com brasileiros por meio das chamadas missões de paz, enviadas pela ONU, influenciaram a decisão de migrarem para o Brasil.

O Haiti em 2010 vivenciou um terremoto que provocou uma onda migratória (...), o Brasil estava à frente da missão de paz, aí assinaram um acordo com o governo do Haiti para facilitar o visto humanitário. Isso, motivou um pouquinho a minha chegada no Brasil. (P2)

Eu conheci amigos brasileiros lá no meu país (...) tem uma escola lá, onde os brasileiros ensinam a língua portuguesa, a cultura do Brasil e eu frequentei essa escola. Aí eu tive uma grande vontade de conhecer o Brasil e também eu sou uma amante do futebol brasileiro. (P8)

A existência de pessoas da mesma nacionalidade morando no país acolhedor cria comunidades de ajuda (vínculos e redes sociais) que contribuem para a realização de projetos pessoais, ampliando os horizontes restritos que muitas vezes se apresenta ao migrante:

Cheguei aqui no Brasil em março de 2018, em Santa Catarina (...) fiquei 5 meses sem trabalho, gastei o dinheiro que eu tinha e não consegui voltar mais e resolvi ficar no Brasil. Depois de 6 meses achei um trabalho em um restaurante, fiquei 18 meses nesse trabalho. Aí eu falei: Eu não vou ficar nesse restaurante. Então eu tinha um amigo que estudava aqui em Foz na Unila, conversei com ele: Como posso ganhar uma bolsa também para estudar? Porque eu queria desistir desse trabalho. Então ele me explicou tudo certinho, eu estava com quase todos os documentos na minha mala. Eu fiz minha inscrição no edital em 2018, mas eu não consegui porque eu estava com menos de 1 ano aqui no Brasil. Aí eles falaram pra mim que eu tinha que esperar ter 1 ano aqui no Brasil, pra ter o ‘Estatuto de Imigrante’ pra conseguir uma vaga na UNILA. Eu esperei até março de 2019, pra novo edital aí consegui uma vaga. (...) Eu desisti do trabalho no começo de 2020

pra estudar aqui em Foz do Iguaçu, na UNILA onde que estudo o Serviço Social. Agora eu tô no quarto período”. (P8)

Baeninger e Peres (2017) reforçam a ideia de que a presença das tropas militares brasileiras no Haiti, no período pós-terremoto, abriu portas e o Brasil se constituiu em destino visado para o fluxo migratório. Para as autoras, este processo “pegou” o país despreparado para receber o contingente que ora estaria chegando, no sentido da falta de legislação que garantisse de fato, condições dignas de moradia e emprego, com direitos assegurados em distintas políticas sociais. Além disso, o preconceito e a xenofobia que emergiu no país contra os haitianos se revelou uma triste realidade vivida pelos imigrantes.

Moura (2021) relata que, mesmo o Brasil não estando preparado para abranger todo contingente de haitianos que migraram a partir de 2010, é do interesse das grandes empresas que estes fixem residência no país para que possam utilizar a mão de obra de baixo custo na construção civil e nos frigoríficos, além da contratação em grandes eventos sediados no país, como a Copa do Mundo realizada em 2014 e as Olimpíadas em 2016. O autor frisa que “o migrante era o trabalhador ideal para as empresas brasileiras. Não falava a língua, não podia se sindicalizar, não tinha uma rede de apoio e, logo, era muito fácil de se explorar” (MOURA, 2021, p. 1).

Pesquisa realizada por David (2021) com o título “condições de vida e trabalho de imigrantes haitianos residentes no município de Cascavel/Paraná”, concluiu que em trabalhos realizados em indústrias frigoríficas e/ou construção civil, possibilitaram maiores desgastes à saúde dos imigrantes e são espaços de trabalho que mais contratam mão de obra de estrangeiros, reforçando a ideia da exploração da força de trabalho apontada por Moura (2021). Por outro lado, as paraguaias que decidiram fixar residência no Brasil também foram impulsionadas por questões familiares e laborais:

É mais questão de trabalho (...) eu morava lá no Paraguai, tinha toda minha família lá. Depois, primeiro veio meu marido, depois veio minha filha trabalhar aqui, eu fiquei sozinha no Paraguai. Aí me falaram para eu vir morar aqui no Brasil né, para ficarmos todos juntos, porque era um pouco difícil no Paraguai, então por causa do trabalho e também pela família estar aqui. (P9)

A expectativa de uma vida melhor sempre está presente nas motivações “*por motivo de criar meus filhos aqui, eu queria criar raiz em um canto, não viver mais, vir pra cá ir para lá, sabe?! Ai eu decidi ficar aqui, dar uma vida melhor para elas*”. (P5) A mesma motivação apareceu na fala da imigrante argentina:

Eu estava lá na Patagônia Argentina e soube que estava grávida de um mês, então eu deixei tudo. (...) porque eu já tenho família aqui em Foz (...) sempre gostei daqui, eu já conhecia de pequena (...) meu marido queria ter uma filha brasileira e eu também. (...) queria trocar a vida delas para um melhor futuro. (P10)

O reconhecimento por parte dos imigrantes da realidade em que se encontravam em seu país de origem e o desejo de proporcionar melhores condições de vida para seus filhos e/ou familiares, ficaram explícitos nas entrevistas. Para estas participantes, a expectativa de buscar melhores possibilidades aos seus foi fundamental para a decisão de migrar. Assim, pode-se afirmar que distintos fatores contribuíram para o processo de migração. Cada um realizou este percurso de modo a atender suas necessidades e interesses pessoais e/ou familiares. Nesse sentido, serve lembrar que:

Ao adentrar em outro país, o imigrante insere-se em novos círculos sociais, profissionais e acadêmicos, e passa a vivenciar o luto e a necessidade de reconfiguração da sua identidade profissional e social. Isso relaciona-se a uma possível perda de diferentes funções e papéis que desempenhava no país de origem, o que gera um importante impacto na subjetividade dessas pessoas (FERREIRA; LODETTI; BORGES, 2021, p. 144).

O fato de muitos imigrantes renunciarem a suas formações acadêmicas e/ou carreiras profissionais em seu país de origem, os obriga a se desafiarem na busca de alternativas que possam suprir as carências provocadas pelas mudanças vivenciada no país que os acolhe. Do ponto de vista sociológico, “os processos migratórios sempre alimentaram o crescimento das cidades e, conseqüentemente, seus desenvolvimentos econômico e político”, ademais, “à medida que o capitalismo se expandiu, também reestruturou as formas urbanas e organizou novas e numerosas ondas de migração até elas” (ESCUADERO, 2021, p. 194).

6.4.3 O itinerário dos imigrantes no acesso a serviços socioassistenciais em Foz do Iguaçu

A falta de informações sobre serviços e programas sociais existentes no país que possam assegurar direitos básicos, como o direito à alimentação adequada, (no caso o benefício eventual em forma de auxílio alimentação) é frequente tanto entre brasileiros, como para os estrangeiros: “quando viemos aqui para o Brasil, nós não sabíamos nada do CRAS (...) há mais ou menos dois anos comecei a participar do CRAS, estava meio complicado para mim e minha família. (P9)

Os vizinhos se constituem em importante fonte de informação e direcionamento como afirma **P5**: “Foi o vizinho meu que orientou (...) eu fui lá no Centro, CRAS do Centro. Daí eles me passaram para o Três Lagoas, porque daí eles falaram que cada CRAS tem a região deles né”. Reforçando esse argumento, **P1** comenta: “Meu filho e eu nos mudamos de casa três vezes. Quando estávamos morando na segunda casa, uma vizinha me falou do CRAS e me indicou que pela zona que estamos morando eu teria que ir no CRAS Oeste (...) e aí fui muito bem atendida”.

As comunidades de imigrantes e igrejas configuram redes de apoio aos imigrantes recém-chegados ao país:

Na verdade, quem me orientou foi a Sra. Maria (nome fictício) esse foi nosso contato pelo whatsapp, que fez pela comunidade de Venezuelanos, que estava aqui organizada. Ela conhecia os recursos e me orientou com a Igreja que ela frequenta (...). Me ajudou com recursos, comida nos primeiros dias e ainda me orientou de programa social, Cadastro Único. E assim, eu fiz o cadastro, porém antes disso minha irmã me orientou para fazer o CPF”. (P3)

Outra fonte de informação são os próprios familiares já residentes no país de destino, que diante de necessidades emergenciais demandam os serviços sociais, como por exemplo, diante da necessidade de documentação para ingresso das crianças na escola:

Minha filha não tinha documento para entrar na escola, aí eu tinha medo que na escola eles reclamasse que não tinha documento. O filho do meu marido comentou para irmos pro CRAS, para poder entrar na escola, que as crianças tinham direito de entrar na escola”. (P9)

A garantia de direitos no âmbito da assistência social passa a ter reconhecimento, transferindo a responsabilidade de sua efetivação ao Estado, que deverá promover a universalização de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos nas três esferas do governo (BRASIL, 1993). Assim, a política pública de assistência social é a garantia de acesso a todo cidadão brasileiro, naturalizado e/ou estrangeiro residente conforme legislação. A PNAS configura a política pública a partir dos princípios, diretrizes e objetivos. Nesse sentido, em relação aos princípios democráticos, destaca-se o Art. 4º, “divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão” (BRASIL, 2005, p. 32).

No que se refere à ampla divulgação dos benefícios, é notório (não sendo uma realidade única de Foz do Iguaçu) que falta informação por parte do poder público aos

usuários desta política, quanto à publicização dos recursos disponíveis da política de assistência social que os usuários possam se beneficiar, nas falas acima, fica evidente que muitos deles, desconheciam a finalidade e os objetivos dos CRAS enquanto porta de entrada para a política de assistência social. Outro elemento abordado na PNAS é a centralidade da família (BRASIL, 2005). Neste sentido, ações de emancipação e empoderamento familiar devem ser ofertadas nos territórios, de modo que estes usuários possam se tornar protagonistas de sua história e não meros figurantes. Porém, esta discussão recai em outros pormenores que envolvem particularidades administrativas e de recursos humanos, cuja realidade da maioria dos municípios é de insuficiência de recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos para a demanda referenciada.

Note-se que nenhum dos entrevistados foi encaminhado ao CRAS por algum serviço público como saúde, educação ou outro. Isso mostra ausência de intersectorialidade, que nos faz pensar que possa ser, ou uma das particularidades de cidade de grande porte, ou ainda pelo desconhecimento do fluxo de serviços por parte dos profissionais das demais políticas públicas e/ou sociedade civil.

6.4.4 O acesso dos imigrantes aos benefícios assistenciais em Foz do Iguaçu/PR

Após a família e/ou indivíduo estarem devidamente referenciados ao CRAS (independente de qual região), eles passam por atendimento técnico assistente social ou outro profissional de nível superior, para escuta qualificada. A partir daí, de acordo com o conhecimento técnico e recursos disponíveis, o profissional informará o sujeito quanto aos seus direitos, além de realizar os encaminhamentos necessários de acordo com a demanda apresentada. Entende-se por escuta qualificada o ato de acolher e ouvir o usuário, compreendendo suas “narrativas complexas e múltiplas” (SANCHES; SILVA, 2019, p. 3). É o olhar técnico do profissional sobre a demanda que o sujeito está trazendo.

Embora seja o primeiro contato entre o técnico e o usuário, o profissional vai realizar uma leitura da realidade que o outro está inserido, compreender as vulnerabilidades e as inúmeras expressões da ‘Questão Social’, bem como elencar suas potencialidades. Com isso é possível identificar o diagnóstico familiar e/ou individual e traçar um plano de metas em conjunto com o sujeito. O caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009), em relação a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais, traz alguns direitos que devem ser respeitados no que se refere às famílias atendidas nos CRAS, como:

- Conhecer o nome e a credencial de quem o atende (profissional técnico, estagiário ou administrativo do CRAS);
- Direito à escuta, à informação, à defesa, à provisão direta ou indireta ou ao encaminhamento de suas demandas de proteção social asseguradas pela Política Nacional de Assistência Social;
- Dispor de locais adequados para seu atendimento, tendo o sigilo e sua integridade preservados;
- Receber explicações sobre os serviços e seu atendimento de forma clara, simples e compreensível;
- Receber informações sobre como e onde manifestar seus direitos e requisitos sobre o atendimento socioassistencial;
- Ter seus encaminhamentos por escrito, identificados com o nome do profissional e seu registro no Conselho ou Ordem Profissional, de forma clara e legível;
- Ter protegida sua privacidade, dentro dos princípios e diretrizes da ética profissional, desde que não acarrete riscos a outras pessoas;
- Ter sua identidade e singularidade preservadas e sua história de vida respeitada;
- Avaliar o serviço recebido, contando com espaço de escuta para expressar sua opinião;
- Acesso ao registro dos seus dados, se assim o desejar;
- Acesso às deliberações das conferências municipais, estaduais e nacionais de assistência social (BRASIL, 2009, p. 14).

O respeito aos direitos elencados acima garantem a promoção da família e/ou indivíduo proporcionando a eles o acesso aos benefícios sociais da proteção social básica. No Quadro 6 são descritos os benefícios federais e outros relacionados à esfera municipal, como benefícios eventuais e serviços da rede de proteção socioassistencial.

Quadro 6. Descrição dos benefícios recebidos pelos sujeitos da pesquisa e renda, Foz do Iguaçu, 2022.

Participante/ país origem	Benefícios	Renda
P1 Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa Família, valor de duzentos e vinte reais - Tarifa social que é o benefício de desconto da luz - Aulas grátis, dois anos de estudos de português, no CEEBJA¹ - Cartão do Idoso isenta ônibus urbano - As vezes eles me dão a cesta básica 	R\$ 800,00 (familiar)
P2 Haiti	Não recebe benefícios	R\$ 2.000,00 (individual)
P3 Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa Família para compra de alimento (trabalho por fora fazendo diária) - Na pandemia recebi uma cesta de alimentos 	R\$ 1.500,00 (individual)

¹ Centros Estaduais de Educação Básica de Jovens e Adultos - CEEBJA.

	- Atividade esportiva para minha filha ² - Encaminhamento para o SCFV.	
P4 Venezuela	- Bolsa Família até atualização do cadastro daí saí do programa - Recebi três parcelas do Auxílio Emergencial	R\$ 4.500,00 (familiar)
P5 Paraguai	- Bolsa Família de R\$ 400,00 - Tarifa Social - Cesta de alimentos a cada dois meses	R\$ 400,00 (Bolsa Família/Auxílio Brasil)
P6 Venezuela	- Uma cesta básica - Bolsa Família por 1 ano e meio que já não recebo mais	R\$ 1.930,00 (familiar)
P7 Venezuela	- Bolsa Família de R\$ 400,00 - Tarifa social para luz	R\$ 1.900,00 (familiar)
P8 Haiti	Não recebe benefícios	R\$ 1.000,00 (individual)
P9 Paraguai	- Bolsa família de R\$ 400,00 - Cesta básica a cada dois meses	R\$ 400,00 (Bolsa Família/Auxílio Brasil)
P10 Argentina	- Auxílio Brasil de R\$ 400,00. - Cesta básica só uma vez e não voltei a pegar mais	R\$ 2.100,00 (familiar)

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

Os dados apontam que alguns dos sujeitos receberam o benefício do Bolsa Família por um período determinado e posteriormente foi cessado. Importante ressaltar que o recebimento deste benefício está vinculado ao cumprimento de condicionalidades, e qualquer alteração em alguma dessas situações pode implicar na interrupção do benefício. Além da obrigatoriedade de manter o Cadastro Único ativo e atualizado, outras condicionalidades são exigidas.

Do total de entrevistados, atualmente oito são beneficiados com o Bolsa Família ou tarifas sociais, benefícios de transferência de renda que possibilita garantir sua sobrevivência no país e/ou possuem descontos nas tarifas de água ou energia elétrica, respectivamente. Apenas dois participantes declararam não terem sido beneficiados com nenhum tipo de direito da política de assistência social, mesmo assim buscam manter o Cadastro Único ativo e atualizado, visto que atualmente são estudantes da UNILA, com bolsa que exige esta condição. Entre os não beneficiados observa-se certa frustração: *"eu não sei quais são os benefícios que eu posso receber do CRAS. Só que, na verdade eu penso se não fosse por causa do auxílio da UNILA, eu iria receber alguma coisa sim. Eu tenho cadastro e por isso, eu posso ter o direito a ter esses benefícios"*. (P8)

² Encaminhamento para outras políticas, como esporte e lazer.

A fala anterior denota a falta de informação por parte da usuária, que não sabe quais os benefícios teria direito. Em sua concepção, reconhece ter direito a algum benefício social, mas não sabe dizer qual e nem menos ter sido orientada sobre essa questão. Considerando o recorte de renda para acesso aos programas sociais do Governo Federal bem como a composição familiar, ou considerando a legislação vigente, nenhum dos sujeitos teria perfil para o recebimento de benefícios de transferência de renda. Contudo, há de se considerar as informações que foram declaradas pelos usuários no ato do cadastro, que podem ter apresentado realidades diferentes da atual.

Quando questionados se os benefícios recebidos no CRAS conseguem atender as necessidades pessoais e familiares, entre os que recebem os auxílios a resposta foi positiva, revelando que os benefícios recebidos são essenciais para a satisfação das necessidades básicas:

Eu acho que sim (...) meu filho e eu comemos do que o CRAS nos dá. E graças ao CRAS, temos luz. E graças ao CRAS estou falando português. E cada vez que vou, eles me falam com muito carinho e se há um curso eles me oferecem o curso, já me ofereceram um como fazer meu currículo, por que é diferente em cada país e assim eu recebo muita chuva de graças. Eu estou muito agradecida. (P1)

O acolhimento e amparo dos imigrantes na assistência social é fundamental para que possam buscar a emancipação pessoal e familiar. A oferta de serviços e benefícios, principalmente aos recém-chegados no país, lhes possibilita ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos. As parcerias com instituições de ensino para oferta de capacitação e qualificação profissional, encaminhamentos para Secretaria do Trabalho ou Agências do Trabalhador, auxiliam os imigrantes no acesso ao mercado de trabalho. Como citado anteriormente, o recorte de renda para acesso aos benefícios sociais é baixo e nem sempre abrange toda demanda que se apresenta para a política. A entrevistada **P4** retoma uma questão bastante discutida no âmbito das políticas de transferência de renda: “*A faixa para entrar dentro das possibilidades dos benefícios é muito baixa, tem que ser um pouco mais realista, (...) o período econômico que está atravessando o Brasil, assim acho que o salario minimo, de vocês teria que aumentar*”. (**P4**) Quanto ao ‘realismo’ citado pela entrevistada, é fato que atualmente, devido à crise econômica que o país está passando, reduzir a vulnerabilidade social individual ou familiar a uma renda percapita baixa, é não considerar que pessoas que estão acima deste recorte de renda, também possam estar desprotegidos econômico e socialmente.

A gênese das políticas de transferência de renda não considera às particularidades e

especificidades para além da renda. É necessário ter esse olhar para realizar uma leitura da realidade do usuário que busca pelos serviços. Isso significa que um sujeito possa estar necessitando de auxílio temporário, mas que sua renda esteja acima da renda *percapita* do programa solicitado, porém, isso não desmerece suas necessidades naquele momento. São necessárias políticas públicas que abranjam o perfil acima da *percapita* atual, para que outras pessoas também pudessem ter acesso, mesmo que fossem com auxílio temporário. “*então, as necessidades nesse momento não, eu precisava de cesta básica, (...) não deram para mim, não consegui, eu não tinha serviço arrumado, meu filho não ganhou bolsa, só um ano depois*”. (P6). Situação de vulnerabilidade provocada pela crise socioeconômica e política, desastres naturais e/ou o fato de não se sentirem protegidos em seu país de origem, foram fatores determinantes para o processo de migração.

O desconhecimento por parte dos imigrantes sobre seus direitos ou o não acesso aos mesmos, dificultou a sua estabilidade no período imediato da migração. A falta de empatia em alguns momentos por parte dos profissionais ou a ausência de recursos disponíveis para liberação de benefícios permitiu que muitos tivessem que contar com o apoio da comunidade, grupos organizados (no caso os venezuelanos), igrejas, amigos e familiares para garantir sua subsistência até que conseguissem se organizar no município,

Não deram seguimento depois, e eu creio que sim deveriam (...) quando o familiar apresenta o caso, assim dar mais continuidade, e na verdade não pude continuar com minha filha, porque já estava encerrado pela pandemia, e não estava atendendo, como pude conversei com minha filha para não cair mais nessa depressão. (P3)

A falta de continuidade do atendimento ou do acompanhamento familiar foi citada por uma das participantes, que sentiu descaso, como se sua situação não tivesse importância, que na ocasião necessitava de algum serviço para incluir a filha que estava com dificuldade de adaptação posterior a migração.

6.4.5 Vulnerabilidade do imigrante

As situações de xenofobia e discriminações dos brasileiros para com os que pertencem a outras nacionalidades têm tomado proporções maiores nos últimos anos. Segundo Árabí (2020), muitos imigrantes sentem-se desprotegidos e desamparados em relação às possíveis situações de violência que não estão livres de vivenciar. O autor pontua que vivemos em um país democrático, mas que com frequência nos deparamos com discursos políticos carregados

de ódio e preconceito, que aparentemente validam a xenofobia e a discriminação, proporcionando sua propagação em desfavor do outro, neste caso, o imigrante. Deste modo, “*la perfección de una sociedad democrática, igualitaria y que respete la diferencia y la diversidad sigue siendo una utopía política de difícil alcance*” (ÁRABI, 2020, p. 171).

Considerando as especificidades relacionadas ao preconceito e discriminação, os sujeitos entrevistados foram questionados se já haviam sido discriminados em algum espaço público do município de Foz do Iguaçu, cujos relatos revelam sofrimento:

Eu me senti discriminada poucas vezes aqui, e eu não dou importância a isso, porque pessoas ruins há em todos os países do mundo. Em geral aqui as pessoas são muito, muito queridas; (...) na questão do trabalho normalmente, as pessoas abusam da condição do imigrante, então tem que limpar coisas terríveis, porque isso não faz uma faxineira brasileira, (...) é uma forma de discriminação, mas necessidade é necessidade. (P1)

Nesse caso, a discriminação e a exploração da força de trabalho se configuram numa linha tênue, se consideramos a vinculação entre ambas. Em outros moldes, de acordo com relatos de **P1**, ser imigrante facilita a exploração. Ao ser questionada se ela se considerava explorada no trabalho que executa, ela pontua que “*sim, é claro! Muitas vezes trabalho por nove horas e o que me pagam é R\$ 70,00/R\$ 50,00, depende, mas eu faço*”. (**P1**)

Deste modo, a necessidade econômica, faz com que não somente os imigrantes, mas inúmeras pessoas aceitem condições de trabalho insalubres e de cunho exploratório, de acordo com as condições precárias de vida e vulnerabilidades que estão inseridos. Outros posicionamentos foram mais duros na denúncia compreendendo que a tríplice fronteira se situa numa região mais conservadora do que outras regiões do país e onde o preconceito fica mais evidente:

Aqui é uma cidade intolerante contra os imigrantes, paraguaio, haitiano... entendeu? Então, é um problema nacional, mas aqui (...) existe e não tem diálogo entendeu? A gente não consegue debater essas questões (...) O que a gente estudou do Brasil, a gente sabe que historicamente, é uma região muito intolerante assim, muito conservadores, muito xenofóbicos, então acho que isso não é porque é uma região de fronteira, acho que por ser uma região mais pro sul, (...) cultural mesmo. (P2)

Hum, eu acho que eles não gostam muito de estrangeiros... Mas deram pra mim cesta básica, porque eu era prioridade, eu tava grávida. (P10)

Só o que eu gostaria de falar é de Saúde mesmo, já aconteceu que eu ia no posto, eu chegava primeiro eles faziam passar todas aquelas pessoas que

são residentes aqui e me deixava por último, daí aquilo lá me incomodou um pouquinho né, aí as meninas que estavam junto lá falaram que tinha que reclamar, daí eu deixei quieto, de repente eu vou reclamar daí vou passar alguns momento, aí fiquei quieta né, aconteceu , algumas vezes comigo.
(P5)

Sobre as dificuldades no acesso aos direitos sociais, duas situações foram destacadas, possibilitando pensar nas formas nas quais o imigrante pode estar sendo discriminado em espaços públicos e/ou com seus direitos cerceados. No campo do direito, “a lei migratória existe, mas não cobre a maioria das coisas das quais o imigrante precisa. Até porque poucos sabem da lei. Se nem o próprio presidente reconhece os direitos dos imigrantes, quem é que vai respeitar?” (MOURA, 2021. p. 1), numa referência à saída do presidente Bolsonaro do Pacto de Migração da ONU, logo no começo de seu mandato.

De acordo com a Agência Senado, os imigrantes saem do seu país de origem para escapar de um cenário de desigualdade social, vulnerabilidades e miséria, mas acabam chegando ao Brasil e encontram brasileiros preconceituosos e políticas sociais ineficazes para realizar o devido acolhimento (BRASIL, 2022d). Se não bastasse isso, o atual Governo Federal não demonstra interesse na promoção de políticas que possam contribuir para resolver esta problemática. Em razão disso, “na contramão de muitos países mundo afora, o governo brasileiro está destruindo espaços legítimos que foram construídos para discutir, criar e fiscalizar políticas sociais que visavam, sobretudo, garantir o direito à vida, à dignidade e à liberdade” (BRASIL, 2022d, p. 1).

Embora não tenham sofrido manifestações explícitas de preconceito nos serviços públicos, gestos e palavras são sentidos como tais, conforme expressa **P6**: “*eu acho que tem, não falam, mas tem atitude que demonstram. Pelo menos os funcionários que estavam no dia que fui lá*”. Já **P4** relativiza: “*diretamente não, mas tem prejuízos, preconceitos das pessoas com respeito aos imigrantes, já quando escutam nossa fala, nosso sotaque, já tem um pouco de receio, mas também eu acho que é por conta de desconhecimento*”.

A saúde foi citada como um setor onde há tratamento diferenciado para brasileiros e estrangeiros: “*um pouquinho na saúde, nos postinhos, eles não te dão a mesma prioridade que um brasileiro que mora aqui. Isso que eu sinto entendeu, eu tenho que ficar pedindo as coisas, tenho que ficar em cima, para ter as coisas. Só isso que falta, melhorar um pouquinho*”. (P5) Uma das falas apresentou certo conformismo em relação ao preconceito vivenciado, como se fosse ‘natural’ que isso acontecesse “*mas é normal, porque a gente tem*

que se colocar no lugar também. Um brasileiro mora aqui toda sua vida e a a gente vem de fora e pega tudo mais rápido, é ruim né. Então eu compreendo também essa parte”. (P10)

No acesso ao mercado de trabalho os estrangeiros também estão sujeitos a discriminação:

Sim, eu me senti muito discriminada. (...) faz pouco tempo eu escrevi para uma loja de móveis e ela falou pra mim: Eu não trabalho com gente estrangeira. Eu só trabalho com gente que tem RG. Eu falei pra ela: Nossa, eu já tenho documentação tudo certo, por que você está me discriminando? Eu trabalho, meu marido trabalha aqui, a gente tem uma filha, eu pago imposto, tudo certo (...) tenho conta no banco. Aí depois ela mudou de atitude”. (P10)

Para mim foi muito complicado para conseguir arrumar emprego certinho, passei 07 meses procurando emprego com meu protocolo de refúgio”. (P6)

Por gente que tem lojas de móveis, (...) também eu fui na Caixa Econômica e a gente se sentiu discriminada. Eles não queriam dar nada pra nós porque, eu falei para uma menina e ela colocou ‘travas”, falou pra mim: Não, você é estrangeira, não é brasileira, então a gente não pode fazer nada. (P10)

De acordo com o referencial do Materialismo Histórico Dialético, Vendramini (2018, p. 241) afirma que “o trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal para vender sua força de trabalho onde houver procura. Torna-se assim totalmente disponível ao mercado de trabalho, tendo que se deslocar com mais frequência, exigindo desprendimento e adaptabilidade” (VENDRAMINI, 2018, p. 241). Essa é uma realidade que ficou visível na pesquisa, pois como já dito anteriormente, a grande maioria dos entrevistados possui formação profissional com qualificações complementares, mas que não são aproveitadas no Brasil. Isso faz com que muitos deles tenham que trabalhar em condições de superexploração laboral em favor do sistema capitalista.

De modo geral, o sentimento de exclusão ocasionado pelos brasileiros nos distintos espaços faz com que muitos imigrantes se sintam diminuídos e prejudicados em relação ao acesso aos direitos sociais. Além disso, conforme constatado por Granada *et al.*, (2021, p. 216) “os imigrantes já estavam em condições precárias de trabalho e moradia, uma vez que não possuem fiadores locais para alugar melhores residências, o que lhes obriga a dividir uma casa entre várias famílias e estar em lugares insalubres”.

Por outro lado, mesmo alguns imigrantes enfrentando dificuldades no seu cotidiano, outros expressaram gratidão ao povo brasileiro, evidenciando o lado humano das pessoas em

prestar assistência ao outro, mesmo que este seja desconhecido e de outra nacionalidade. Assim, destaca **P6**: “*eu sou muito grata com o Brasil, (...) pelo menos essa cidade tem gente amável, é isso... Talvez quando a gente está chegando, ter condições de refugiados*”.

Nós ficamos muito gratos, pela oportunidade de estar neste país. Nunca... sabe, imaginamos vir aqui, pelo idioma e tudo, mas é um país muito lindo, as pessoas também. Nós oramos sempre, para que Deus abençoe esse país grandemente, porque merece. Nossa, nos sentimos como em casa sabe, então...temos amigos, os brasileiros são muito queridos, então, tudo ok. (P7)

Assim, mesmo que muitos possam se considerar discriminados, outros conseguem focar no lado positivo e extrair o melhor das situações vivenciadas. Não é romantizar e nem muito menos naturalizar a xenofobia, já que não se pode generalizar esse contexto. Aqueles que se sentem gratos o fazem por terem se sentido acolhidos pelo povo brasileiro, no momento marcado por inúmeras vulnerabilidades.

Um destaque a ser feito diz respeito à dificuldade em quantificar o público imigrante em Foz do Iguaçu. A ausência de um sistema de controle migratório prejudica contabilizar o quantitativo geral deste público. O Cadastro Único se revelou o único sistema capaz de gerar alguns dados acerca do quantitativo de pessoas estrangeiras que residem no município que recorrem aos serviços de atendimento no âmbito da política de assistência social. O IBGE também não expressou com precisão as informações, tendo em vista que os dados disponíveis são do último Censo Demográfico realizado em 2010.

Ainda em relação ao quantitativo, no sistema do Governo Federal, RMA preenchido pelos Coordenadores dos CRAS não contempla informações em relação ao público estrangeiro e referenciado nos equipamentos. Se considerar o CRAS como porta de entrada da política de assistência social, não faz sentido, principalmente em região de fronteira, não contabilizar os estrangeiros. O sistema faz a soma do número geral de atendimentos, sem distinguir brasileiros de estrangeiros. Deste modo, a Vigilância Socioassistencial não tem números exatos de quantos imigrantes são atendidos nos CRAS mensalmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados em ambas pesquisas, quantitativa e qualitativa, evidenciam que os imigrantes se constituem em um grupo socialmente vulnerável, devendo ser objeto da política de assistência social, com especial consideração em município de fronteira internacional como Foz do Iguaçu. Do total de 58 nacionalidades, verificou-se que o público imigrante de maior referência na política de assistência social, com maior número de registros e de pessoas beneficiadas com Bolsa Família, é oriundo do Paraguai, seguido de venezuelanos, argentinos colombianos e haitianos.

Todos os entrevistados manifestaram ter tido apoio para migrar, sendo esse processo precedido de certo planejamento. As dificuldades vivenciadas no país de origem, seja em função de desastres naturais ou devido à situação econômica desfavorável, favoreceram o desejo de migrar para outro país e ter a oportunidade de criar novos laços e reconstruir sua vida em melhores condições. As razões para migrar se mostraram divergentes entre os participantes, entretanto, problemas econômicos, sociais e de violência foram decisivos no caso dos venezuelanos, trabalho no caso dos paraguaios, estudos para os haitianos e por escolha familiar no caso dos argentinos. Ademais, ficou explícito que imigrantes com alto grau de escolaridade exercem no Brasil atividades laborativas incompatíveis com as funções que exerciam lá, percebendo remuneração insuficiente para sua manutenção e de sua família e com vínculos de trabalho precários.

A pergunta de pesquisa que norteou esta pesquisa foi respondida, tanto por meio dos dados quantitativos, como nas entrevistas realizadas. Os serviços mais acessados pelos imigrantes nos CRAS foram, em geral, a inclusão e/ou atualização do Cadastro Único, para posteriormente, acessar os programas de transferência de renda (Bolsa Família/Auxílio Brasil/Auxílio Emergencial/BPC), tarifas sociais (energia elétrica/água) além dos benefícios eventuais, sendo o auxílio alimentação, o mais acessado para momentos de necessidade temporária. Os resultados apontam para o desconhecimento por parte do público imigrante acerca do que há disponível em termos de direitos assistenciais, para que estes possam requerer de acordo com suas demandas e avaliação técnica do profissional do CRAS.

O estudo constatou a inexistência de mecanismos de divulgação dos benefícios assistenciais e eventuais disponíveis à população que deles necessita. Assim, ficou claro que pelo porte do município, somado às particularidades da fronteira, além do alto índice populacional por território, os cinco equipamentos de CRAS parecem não ser suficientes para atender a demanda existente e que funcione como disposto no Caderno de Orientações do

PAIF, com as atividades de grupos de famílias e/ou acompanhamento individual ou familiar com Plano de Acompanhamento, em conformidade com a legislação pertinente. Entretanto, para que novas unidades possam ser construídas são necessários investimentos e cofinanciamento do Governo Federal e Municipal, além de ampliação dos recursos humanos para atender as necessidades das populações que vivem nos territórios de sua área de abrangência.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se a amostra da pesquisa de campo dificultada pela mudança frequente de endereço dos usuários e pela coincidência do período da coleta de dados com a ocorrência da pandemia da COVID-19. A pesquisa permitiu conhecer aspectos relevantes da realidade dos imigrantes, indicando a necessidade de pesquisas futuras que considerem o período pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico para identificar oscilações na demanda de serviços sócio-assistenciais, bem como o aperfeiçoamento dos sistemas de registro que permitam identificar a demanda e a assistência realizada para o público estrangeiro, especialmente por se tratar de região de fronteira. A política de assistência social relacionada ao imigrante em região de fronteira configura um campo vasto de pesquisa, com possibilidades para estudos futuros, uma vez que possui baixa produção científica relacionadas a esta temática.

REFERÊNCIAS

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Agência da ONU para refugiados**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

AGUIAR, O. B.; PADRÃO, S. M. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 121-139, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.274>

ALBUQUERQUE, J. L. C. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). **Geopolítico**, Madri, v. 3, n. 2, 2012. http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2012.v3.n2.40040

ALMEIDA, L. P.; SILVA, A. M. V. Fronteiras, mobilidades e desigualdades: Uma reflexão sobre a escola de/na fronteira. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 707-724, 2019. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p707-724>

AIKES, S.; RIZZOTTO, M. L. Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, e00182117, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00182117>

ARENHART, C. G. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; CARRIJO, A. R. Concepções de formadores de opinião sobre cidadania e direito à saúde na fronteira trinacional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.32 n. 4, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312022320406>.

ARABI, H. El discurso xenófobo en el ámbito político y su impacto social. **Estudios Políticos**, Entramado v. 16, n. 1, p. 166-175, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/entra/v16n1/2539-0279-entra-16-01-166.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: A migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos e População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>

BALLER, L. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 297, 2012. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v5i2.150>

BARBOSA, R. F. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 197, 2017a. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/36374/20807>. Acesso em: 17 mai. 2022.

BARBOSA, M. T. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017b. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48900/R%20-%20T%20->

%20MICHELE%20TUPICH%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 mai. 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília, DF, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 09 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Lei 8.080, que regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde do SUS**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. **Decreto 86.715/1981, que regulamenta a Lei 6.815/1980, que define a situação jurídica o estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências**. Brasília, DF, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715impressao.htm#:~:text=Do%20Visto%20Permanente,pretenda%20fixar%2C%20definitivamente%20no%20Brasil.&text=V%20II%20%2D%20contrato%20de%20trabalho%20visado,Trabalho%2C%20quando%20for%20o%20caso. Acesso em jan, 2023.

BRASIL. Senado. **Mercado Comum do Sul**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/04/27/mercado-comum-do-sul-foi-criado-em-1991>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Lei 12.435 de 06 de julho de 2011. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – CECAD 2.0 – 2012**.

Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1a ed. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Ministério Especial do Desenvolvimento Social. **Registro Mensal de Atendimentos**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial/registro-mensal-de-atendimentos-2013-rma#:~:text=O%20Registro%20Mensal%20de%20Atendimentos,e%20Centro%20de%20Refer%C3%Aancia%20Especializado>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016. **Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior**. Brasília, DF, 2016b. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.199 de 27 de novembro de 2017. **Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei de Migração**. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Registro Mensal de Atendimentos CRAS. **Manual de Instruções para Registro das Informações Especificadas na Resolução nº04/2011, alterada pela Resolução nº20/2013 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_RMA_CRAS2018.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Sistema de Cadastro cadSUAS. Brasília, DF, 2022a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html;jsessionid=FDA7FD08BEFF17F45B39DD085D67DC12>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **MERCOSUL**. Composição, objetivos e estrutura institucional. Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Universidade Federal de Integração Latinoamericana – UNILA. **Assistência Estudantil**. Foz do Iguaçu, PR, 2022c. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/prae/auxilios>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Senado. **Intolerância e falta de políticas estimulam violência contra imigrantes, aponta debate**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/08/intolerancia-e-falta-de-politicas-estimulam-violencia-contr-imigrantes-aponta-debate#:~:text=Na%20contram%C3%A3o%20de%20muitos%20pa%C3%ADses,%C3%A0%20dignidade%20e%20%C3%A0%20liberdade>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BIONDI, P. **Capitalismo, migrações e racismo: uma análise marxista**. IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. Síntese Eventos, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com/site/iassc/GT5/GT5-01-Pablo.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. S. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 37, n. 10, e00308220, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00308220>

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: Questões de gênero e segurança alimentar. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, Rio Branco, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CABANHA, S. **Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social: Informações sociais dos territórios**. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. 1a ed. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://www5.pmf.pr.gov.br/pdf-1705&publicacao>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CABIESES, B.; GÁLVEZ, P.; AJRAZ, N. Migración internacional y salud: el aporte de las teorías sociales migratorias a las decisiones em salud pública. **Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública**, Lima, v. 35, n. 2, p. 285-91, 2018. <http://dx.doi.org/10.17843/rpmesp.2018.352.3102>

CAMPOS, V. C. **O que o Marxismo diz a respeito das migrações internacionais?** Migramundo Equipe, 2021. Disponível em <https://migramundo.com/o-que-o-marxismo-diz-a-respeito-das-migracoes-internacionais/>. Acesso em: 27 mai. 2022.

CARDIN, E. G. Lahistoria de una vida em situación de frontera: migración, superación y trabajo em el “circuito sacoleiro”. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 48, p. 105, 2013. <http://dx.doi.org/10.7440/res48.2014.08>

CARDOZO, P. F. Visibilidade e invisibilidade da Comunidade Libanesa de Foz do Iguaçu: Identidade em Debate. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 2, n. 3, p. 43-59, 2016. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo1031409-turismo-em-foz-do-igua%C3%A7u-pr-o-patrim%C3%B4nio-cultural-liban%C3%AAs. Acesso em: 19 jun. 2022.

CARVALHO, A. C. A Metamorfose do Sistema Capitalista e as Leis do Movimento do Capital. **Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**, Belém, v. 2, n. 7, 2013.

<http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v2i7-12.6862>

CASTILHA, E. D. A construção histórica das políticas sociais no Brasil. **Revista Gestão Universitária**, v. 9, 2018. <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v18i34.19621>

CESÁRIO, R. R.; FABRINI, C. B.; CESÁRIO, M. Migração peruana no Acre, Amazônia:determinantes, vulnerabilidades e oportunidades para promoção de saúde. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, 2015. <https://doi.org/10.31406/relap2015.v9.i1.n16.5>

CIDADE-BRASIL. **Cidades do Brasil**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-foz-do-iguacu.html#municipio>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CIVIDINI, F. R. **Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): Tensões e fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Culturas e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3841/5/Fatima_Regina_Cividini_2018.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

COELHO, J. P. R. **Especificidades da imigração cubana para o Brasil**. OEstrangeiro.org, 2020. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/category/quem-somos/>. Acesso em: 26 jun.2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Regulamentação da Profissão**. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>. Acesso em: 29 abr. 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatoria sobre los Derechos de las Personas Migrantes**. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/jsform/?File=/es/CIDH/r/DM/default.asp>. Acesso em 19 de jan. 2023.

CURY, M. J. F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguazu (BR), Ciudad Del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24222/tese-territorialidadestransfronteiricasdoiguassu-maurojoseferreiracury07-07-2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2021.

DAVID, J. B. **Condições de vida e trabalho de imigrantes haitianos residentes no município de Cascavel/PR**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguazu, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5435>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DONÁRIO, A. A.; SANTOS, R. B. **A teoria de Karl Marx**. Centro de Análise Económica de Regulação Social - Universidade Autónoma de Lisboa, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ESCUADERO, C. Os imigrantes e a cidade de São Paulo: Modos de interação e sociabilidade. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 30, n. 64, p. 191-208, 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006412>

FAVERI, J. E. Conceito de desenvolvimento Nacional a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Profanações**, Concórdia, v. 6, p. 27-69, 2019. <https://doi.org/10.24302/prof.v6iEd.%20esp..2514>

FERNANDES, L. K.; RIBEIRO, L. D. M.; BORGES, F. T. Análise Temática Dialógica aplicada a uma roda de conversa com crianças: uma explanação baseada em relato de pesquisa. **Revista Teias**, v. 22, nº 64, Teias 20 anos, 2020. <http://doi: 10.12957/teias.%Y.50727>

FERNANDES, C. "O que foi o Estado Novo?". Brasil Escola, 2021. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>. Acesso em: 09 mai. 2021.

FERREIRA, A. V. S.; LODETTI, M. B.; BORGES, L. M. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 141-158, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>

FERREIRA, Y. **As múltiplas faces do racismo: projetos da UFF levam a história e a cultura da Ásia para a esfera acadêmica**. Universidade Federal Fluminense – UFF, 2020. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/22-01-2020/multiplas-faces-do-racismo-projetos-da-uff-levam-historia-e-cultura-da-asia-para#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Censo%202010,Leste%20Asi%C3%A1tico%20para%20o%20Brasil..> Acesso em: 03. jul. 2022.

FIALHO, J. Assistência social x Assistencialismo. **GESUAS Blog/2017**. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/assistencia-social-x-assistencialismo/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FLORENZANO, L. S.; RIBEIRO, R. M. T. Da cor à imagem urbana: paradigmas contemporâneos nas cores do patrimônio cultural brasileiro. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29, p. 1-45, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e55>

FOZ DO IGUAÇU. **Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade**. Organização Internacional para as Migrações (OIM). Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/OIM_Protocolo_1.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

FRANCO, P. M. Dialética em Marx: Uma perspectiva a partir de seus elementos centrais, **Cadernos de Campo**. Bolsista CPNq. Mestrando em Sociologia. Unesp- Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara/SP, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7315/5177>. Acesso em 18 de jan. 2023.

FREIRE, C. R. G. **A importância da territorialização das políticas públicas a partir do estudo de caso do CRAS Norte – Foz do Iguaçu.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5955/A%20import%C3%A2ncia%20da%20territorializa%C3%A7%C3%A3o%20das%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas...?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mai. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 35. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>

GINDRI, V. **Fronteiras fechadas: Quando o Coronavírus impede a volta para casa.** Humanista - jornalismo e direitos humanos, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2020/12/03/fronteiras-fechadas-quando-o-coronavirus-impede-a-volta-para-casa/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GIOVANELLA, L. et al. Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, p.251-266, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400014>

GOMES, M.M.F., et al. Recadastramento da população residente em Foz do Iguaçu, Brasil, em atendimento à Política de Atenção Primária à Saúde. **Rev Panam Salud Publica**, v. 46, n. 1, p. 1-10, 2022. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.158>

GRANADA, D. et al. Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 59, p. 207-226, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832021000100011>

GUERRA, L. D. S. ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 2, e210370pt, 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210370pt>

GUTIERREZ-MURILLO, R.S., et al. Mapeamento e impacto do envelhecimento populacional na estratégia saúde da família: Contributos à gestão sanitária em um município brasileiro de tríplice-fronteira. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 11, p. 51411-51420, 2021. <https://doi.org/10.37118/ijdr.23036.11.2021>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html?>. Acesso em: 12 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Características Étnico-Raciais da População – Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Municípios de faixa de fronteira.** Brasília, DF, 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre>. Acesso em: 22 dez. 2020.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS - IMDH. **Migrantes: Quem são?**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-quem-sao/#:~:text=Migrante%20%C3%A9%20pois%20toda%20a,um%20pa%C3%ADs%20regi%C3%A3o%20ou%20lugar>. Acesso em: 14 ago. 2022.

JACCOUD, L. B.; MESQUITA, A. C. S.; PAIVA, A. B. O BPC: dos avanços na seguridade aos riscos da reforma da previdência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3499-3504, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.22412017>

KÖCH, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LANZA, L. M. B.; RIBEIRO, P. B. A.; FAQUIN, E. C. Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p271>

LISBOA, M.; PERON, V. Cooperação internacional e políticas públicas no GT-ITAIPU/Saúde. **Estudios Sociales**, Santa Fé, v. 56, n. 1, p. 179-202, 2019. <https://doi.org/10.14409/es.v56i1.7547>

MARCON, F. A.; NORA, G. A. M. Trabalhador imigrante e condição análoga de escravo: Uma análise comparativa entre o Estatuto do Estrangeiro e a atual Lei de Migração. **Revista Jurídica Cesumar**. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 481-500, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/8727/6501>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUES, D. K. A.; MOREIRA, G. A. C.; NÓBREGA, M. M. L. Análise da Teoria das Necessidades Humanas Básicas de Horta. **Revista de Enfermagem UFPE OnLine**, Recife, v. 2, n. 4, p. 486, 2008. <https://doi.org/10.5205/reuol.336-11493-1-LE.0204200820>

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 7-21, 2015. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10517>

MARTINS, L. R. M.; RUSCHMANN, D. V. M. **Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu/PR**. In: Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/Desenvolvimento%20Historico%20Turistico%20Estudo%20de%20Caso%20Foz%20do%20Iguacu.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1867. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

MENIN, D. A historicidade dos direitos humanos e os pensamentos de Bobbio e Arendt na construção do direito ao trabalho e ao lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, 2018. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1950>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Sistema de Cadastro do SUAS – CAD Suas.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MOURA, S. M. Mesmo com cenário desfavorável, imigrantes haitianos seguem buscando o Brasil. Por quê? **Jornal da USP**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/mesmo-com-cenario-desfavoravel-imigrantes-haitianos-seguem-buscando-o-brasil-por-que/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 set. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** Editora Expressão Popular, 1 ed. São Paulo: Expresso popular, 2011.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA - OVV. **Laboratorio de Ciencias Sociales (LACSO).** Caracas, 2022. Disponível em: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/reportes-de-investigacion-lacso/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

OLIVEIRA, F. F. P. **O Papel dos Libaneses na economia De Foz Do Iguaçu – PR.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) - Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/453/IMIGRACOEMFOZDOIGUACU%2002-02-2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jun. 2022.

OLIVEIRA, M. A. M.; LOIO, J. A. M. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. **Revista Videre**, Dourados, v. 11, n. 21, 2019. <https://doi.org/10.30612/videre.v11i21.9069>

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

PINHEIRO JUNIOR, F. A. F. S. **A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. In: XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2014, Diamantina. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PINTO, R. M. F. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 167-179, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>

POLON, L. C. K. **A fronteira do consumo: relações transfronteiriças entre Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY)**. 101f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

QUADRAGÉSIMO ANNO. **Vaticano, Papa Pio XI, 1931**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 02 nov. 2022.

RERUM NOVARUM. **Vaticano, Papa Leão XIII, 1891**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 02 nov. 2022.

RESENDE, L. F. L. **Comunidade Solidária: uma Alternativa aos Fundos Sociais**. Textos para discussão nº 725. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2346/1/TD_725.pdf. Acesso em: 02 mai. 2021.

RODRIGUES, T.; MACIEL, T.; DUARTE, J. P. Peace Forged by Warfare: The Universal Declaration of Human Rights 70 Years After. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 217-236, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292020000200217&lng=en&nrm=iso. Acesso: 26 abr. 2021.

SACHINI, N. B. R. C.; RIBEIRO, M. A. A identidade de assistente social e atuação profissional em região de fronteira. **Interações**, Campo Grande, v. 22, n. 3, p. 803-817, 2021. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v22i3.2927>

SAMWAYS, D. T. A “**ameaça vermelha**”: medo e paranoia anticomunista. In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANCHES, N.; SILVA, R.B. A escuta qualificada na assistência social: Da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19 n. 3 p. 604-622, 2019. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.46905>

SANTOS, C. M. R. C.; ALVES, M. H. I. Espera, vulnerabilidades e subjugação no contexto das migrações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 145, p. 112 – 131, set/dez 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.295>

SANTOS, L. O. **A crise migratória na Venezuela e os impactos nas políticas públicas brasileiras**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito) – UniEvangélica, Anápolis, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/16877/1/Monografia%20-%20LUCAS%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, T. A. et al. O materialismo dialético e a análise de dados quantitativos. **Texto e Contexto em Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 4, e0480017, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000480017>

SÃO PAULO. Observatório das Migrações em São Paulo. **Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE/ Registro Nacional Migratório/RNM)**. São Paulo, SP, 2022. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SENNE, A. **Políticas Sociais no Brasil: Uma reflexão preliminar**. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2634/senne_andressa_de.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 08 mai. 2021.

SIEGFRIED, K. **Violencia contra a mulher aumenta durante a pandemia do COVID-19**. Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILBER, S. D. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.008>

SILVA, C. C.; BORGES, F. T. Análise Temática Dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 23, n. 51, p. 245-267, 2017. <https://doi.org/10.26512/lc.v23i51.8221>

SILVA, D. N. Golpe Preventivo de 1955. História do Mundo, 2022. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-preventivo-1955.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, J. C. J.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>

SILVA, L. M. M.; LIMA, S. S. Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 2, 2017. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i2.4804>

SILVA, M. G. Proteção social ao migrante fronteiriço e transfronteiriços: Dilemas e desafios. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 1, p. 69-85, 2019. <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2621>

SILVA, J. R. A.; CAMARGO, E. B.; MONTEIRO, R.A. A fome e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em filmes documentários brasileiros. *Com. Ciências e*

Saúde, 2017;28 (2):205-215. Disponível em:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/fome_alimentacao_adequada.pdf.
 Acesso em jan, 2023.

SILVA, V. R.; UGOSKI, D. R. **A política de assistência social em cidades gêmeas da fronteira gaúcha**. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R., orgs. A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, p. 219-232. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>.

SILVEIRA, J. I. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, 2017.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.120>

SOBRAL, O. J. Ensaio sobre o método de pesquisa marxista: Uma perspectiva do materialismo dialético. **Revista Científica FacMais**, Inhumas, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/1.ENSAIO-SOBRE-O-M%C3%89TODO-DE-PESQUISA-MARXISTA-Osvaldo-Jos%C3%A9-Sobral1.pdf>.
 Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, E. B. C.; GEMELLI, V. Território, região e fronteira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2011.
<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p101>

SOUZA, S. P.; BRONZO, C. Os desafios da gestão territorial na proteção básica em uma metrópole. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 54-73, 2020.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.201>

SOUZA, S. R.; RIZZOTTO, M. L. F. O programa de assistência ao estudante da UNILA: uma análise do perfil de estudantes brasileiros e estrangeiros. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 40, n. 1, p. 01-22, 2022.
<http://doi.org/10.5007/2175-795X.2022.e71975>

TOSI, G. **Direitos humanos: História, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

TRUJILLO, A. P. La territorialidad em el proceso de La migración: una cercamiento a la cartografía de proximidad. **Revista Bitacora**, Bogotá, p. 150, 2017.
<https://doi.org/10.15446/bitacora.v27n3.66792>

UNICEF. **Carta das Nações Unidas**. Brasília, DF, 1945. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 26 abr. 2021.
 UNICEF. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pacto-internacional-dos-direitos-econ%C3%B4micos-sociais-e-culturais>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VASCONCELOS, I. S.; MACHADO, I. J. R. Uma missão eminentemente humanitária? Operação acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista/RR. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 107-

122, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006307>

VENDRAMINI, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p239>

VIEIRA, V. C. L. et al. Fatores associados ao nascimento de filhos de imigrantes no sul do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo**, v. 35, eAPE0313345, 2022. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0313345>

YAZBEK, M. C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.03522016>

YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200001>

YAZBEK, M. C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 21, n.1, p. 183-194, 2018. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2018v21n1p183>

ZASLAVSKY, R.; GOULART, B. N. G. Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3981-3986, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.03522016>

ZUNINO, C. I. J. Herramientas metodológicas para el estudio de las migraciones internacionales en tramas de desigualdad social. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá, v. 44, n. 1, p. 289-315, 2021. <https://doi.org/10.15446/rcs.v44n1.79002>

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado em 27 de abril de 2021
Parecer N° 4.674.170

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: **DEMANDAS E ITINERÁRIO PERCORRIDO POR IMIGRANTES NO ACESSO AOS BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR.**

Pesquisador Responsável: Cristina Gramkow

E-mail: crisgramkow83@hotmail.com

Telefone de contato: (45) 9.9115-5327

Pesquisador colaborador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucia Frizon Rizzotto

E-mail: frizon@terra.com.br

Telefone de contato: (45) 9.9973-0876

Convidamos _____ -

_____ a participar de nossa pesquisa que tem como **objetivo** analisar as demandas e o itinerário percorrido por imigrantes residentes no município de Foz do Iguaçu para ter acesso à serviços e benefícios ofertados pela política de assistência social. Dentre seus **benefícios**, pretende-se identificar quais são as demandas e desafios do fenômeno migratório na atenção aos imigrantes legalizados na política de assistência social, mapeando as regiões de Foz do Iguaçu/PR no que se refere a situação socioeconômica e identificar dentre as regiões pesquisadas, se os benefícios e serviços são necessários para suprir as necessidades dos usuários. **O método** de coleta de dados será por meio de pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa e será delineada por meio de estudo de caso. A coleta de dados se dará com acesso aos sistemas de informação da base de dados do Governo Federal, bem como por entrevistas com participantes, utilizando-se de formulário de perguntas semiestruturadas. Caso não seja possível realização de entrevista presencial, buscar-se-á realizar de forma remota, utilizando-se de recursos como e-mail, WhatsApp e/ou ligação telefônica. Durante a execução da pesquisa, os **riscos** que por virtude ocorrer, serão dos participantes se negarem a responder, por se sentir constrangido, inibido ou em situação de desconforto. Sua identidade será mantida no sigilo, de forma alguma será divulgada e seus dados serão tratados com cautela, sendo utilizados apenas para fins científicos. Você não pagará nada e nem receberá por participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa. Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do

Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 - Bairro Universitário, Cascavel/PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente do exposto e **desejo participar** do projeto a participar da pesquisa.

(Indivíduo participante da pesquisa)

Eu, pesquisador, _____, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE B - Formulário de Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Saúde em Região de Fronteira – Nível Mestrado

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

FOZ DO IGUAÇU/PR

FORMULÁRIO DE PESQUISA – INSTRUMENTO PARA ENTREVISTA

CRAS de referência:

Bairro de sua residência:

Nome do Entrevistado:

Tempo de residência no Brasil:

Nacionalidade:

Sexo/gênero:

I- Dos aspectos de migração

- 1- Conte-me o que motivou sua migração?
- 2- Fale-me sobre o percurso que você fez desde a saída de seu país, até a chegada no Brasil. Quais meios de transporte utilizou? Por qual (is) país (es) passou?
- 3- Chegando em Foz do Iguaçu, qual foi o itinerário percorrido dentro do município até o acesso à política de assistência social no CRAS?
- 4- Você foi atendido em alguma instituição ao chegar em Foz do Iguaçu? Qual?
- 5- Conte-me quem lhe orientou a buscar o CRAS para atendimento?
- 6- Qual foi o fator determinante na escolha de Foz do Iguaçu/PR para residir?
- 7- Você gostou desta cidade para residir? Sim/Não/Porque?
- 8- Você pretende permanecer em Foz do Iguaçu ou migrar para outra cidade?
- 9- Você pretende retornar ao seu país de origem? Justifique sua resposta.
- 10- Você já se sentiu discriminado em algum espaço público de Foz do Iguaçu? Comente.
- 11- Em caso de ter sido discriminado em serviços públicos, cite-me em qual política/espaço.

() Assistência Social (CRAS, CREAS, Centros de Convivência, entre outros)

() Saúde (Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades, Hospitais, etc)

() Secretaria do Trabalho (Agência do Trabalhador, espaços de trabalho, etc)

() Outros - Quais:

II- Dados sociodemográficos:

12- Faixa etária:

() entre 18 e 23 anos

() entre 41 e 50 anos

() entre 24 e 29 anos

() entre 51 e 64 anos

() entre 30 e 40 anos

() acima de 65 anos

13- Cor/Raça:

() Branco

() Indígena ou amarela

Preta

Parda

14- Escolaridade:

Não alfabetizado

Superior incompleto

Fundamental incompleto

Superior completo – Qual Curso?

Fundamental completo

Pós-graduação (Latu Sensu) – Qual Curso?

Médio incompleto

Pós-graduação/Mestrado – Qual Curso?

Médio completo

Pós-graduação/ Doutorado – Qual Curso?

III – Dos aspectos sociais

15- Você está cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais?

16- Você é beneficiário do Programa Bolsa Família- PBF? Caso seja beneficiário, qual o valor que recebe?

17- Você é beneficiário de Tarifa Social? Caso não, sabe me dizer o motivo?

18- Sabe como requerer o benefício de Tarifa Social?

19- Você é beneficiário do Benefício de Prestação Continuada - BPC? Se sim, qual modalidade, idoso ou PcD?

20- Você é atendido com benefícios eventuais no CRAS? Sim/Não/Porque?

21- Quais destes benefícios eventuais você já foi atendido?

Auxílio alimentação e higiene – cesta alimentação, kit higiene e kit limpeza.

Auxílio moradia – valores financeiros para custear despesas com moradia.

Auxílio transporte e/ou viagem –concessão de passagens dentro do território nacional.

Auxílio documentação–Certidão de Nascimento, Registro Civil, declarações, averbações e autenticações.

Auxílio natalidade – enxoval, utensílios para alimentação e higiene do recém-nascido.

Auxílio funeral – serviço com urna funeral simples, ornamentação, velório e sepultamento.

Auxílios para atender situações de emergências e calamidade pública –bens materiais e serviços para atender situações anormais.

22- O CRAS de sua referência consegue atender suas necessidades e de sua família? Justifique sua resposta.

23- Você e/ou sua família está em acompanhamento pelo CRAS?

24- Quais programas você está inserido?

IV- Condições de trabalho:

25- Ocupação:

Estudante

Desempregado (a)

Informalidade

Autônomo (a)

Profissional liberal

Outra. Qual?

Assalariado (a)

Aposentado (a)

*Se desempregado (a), quais as dificuldades que você encontrou neste município para inserção no mercado de trabalho?

26- Qual atividade exercia em seu país de origem?

27- Renda:

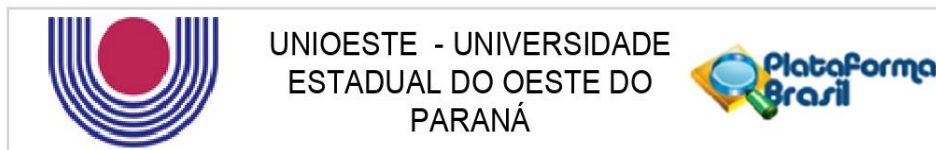
- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sem renda | <input type="checkbox"/> de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 |
| <input type="checkbox"/> até R\$500,00 | <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 2.000,00 |
| <input type="checkbox"/> de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 | <input type="checkbox"/> de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00 |

V- Condições de Saúde**28- Quanto aos aspectos de saúde, como você se considera?**

- Em boas condições de saúde.
- Estou doente mas não estou em tratamento. Qual doença?
- Estou doente mas estou em tratamento. Qual doença?
- Necessito acompanhamento médico mas ainda não consegui atendimento. Para qual doença/especialidade?

29- Você possui doenças crônicas? Qual/Quais?**30- Faz uso de medicação? Quais? Para qual patologia?****31- Ainda quanto ao uso de medicação, você é atendido pelo Farmácia Popular?****32- Faz uso de medicação controlada? Se sim, consegue retirar a medicação na Farmácia Municipal?****33- Faz uso de medicação para doenças crônicas, liberadas pela 9º Regional de Saúde? Caso faça uso e não seja atendido, você sabe como solicitar esta medicação?**

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Demandas e itinerário percorrido por imigrantes no acesso à política de assistência social em Foz do Iguaçu/PR.

Pesquisador: Cristina Gramkow

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46143521.8.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.674.170

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, delineada por meio de estudo de caso. Será realizada nos 05 (cinco) equipamentos dos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social de Foz do Iguaçu/PR. A população a ser pesquisada serão os imigrantes permanentes e legalizados no Brasil, cadastrados nos CRAS. A amostra será definida posteriormente, após acesso aos sistemas de informação. Para coleta de dados serão utilizados sistemas de informação do governo federal e entrevistas. Os dados serão sistematizados em planilha de Excel, para posterior análise estatística descritiva. E os dados subjetivos serão sistematizados e analisados de acordo com a análise temática dialógica. Com este projeto de pesquisa, pretende-se identificar quais são as demandas e desafios do fenômeno migratório na atenção aos imigrantes legalizados na política de assistência social, mapeando as regiões de Foz do Iguaçu/PR no que se refere a situação socioeconômica.

Ainda, identificar dentre as regiões pesquisadas, se os benefícios e serviços são necessários para suprir as necessidades dos usuários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as demandas e o itinerário percorrido por imigrantes residentes no município de Foz do Iguaçu para ter acesso à serviços e benefícios

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

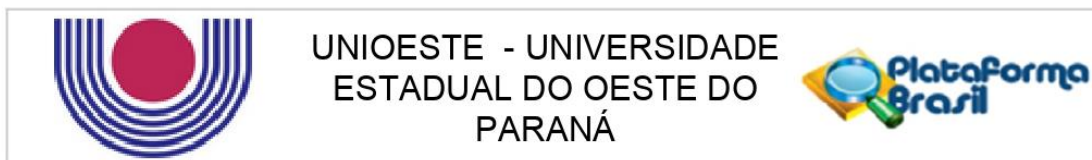
UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 4.674.170

ofertados pela política de assistência social.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar a população imigrante atendida nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS;
- Identificar quais são os serviços e benefícios solicitados pelos imigrantes permanentes no acesso à política de assistência social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Conhecer o itinerário percorrido pelos imigrantes no acesso às políticas de Assistência Social;
- Analisar as condições de vida, de saúde e de trabalho dos imigrantes permanentes atendidos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos que por virtude ocorrer, serão dos participantes se negar a responder, por se sentir constrangido, inibido ou em situação de desconforto.

Benefícios:

Pretende-se identificar quais são as demandas e desafios do fenômeno migratório na atenção aos imigrantes legalizados na política de assistência social, mapeando as regiões de Foz do Iguaçu/PR no que se refere a situação socioeconômica e identificar dentre as regiões pesquisadas, se os benefícios e serviços são necessários para suprir as necessidades dos usuários.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de PósGraduação em Saúde em Região de Fronteira – Nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Área de concentração: Saúde Pública.

Linha de Pesquisa: Políticas de Saúde em Região de Fronteira.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Lucia FrizonRizzotto

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequadamente apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

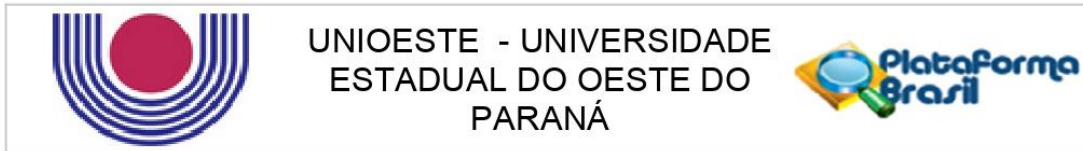
CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 4.674.170

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721759.pdf	27/04/2021 14:37:54		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_apendice_II.pdf	27/04/2021 14:37:28	Cristina Gramkow	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Anexos_Unioeste.pdf	25/04/2021 21:10:19	Cristina Gramkow	Aceito
Declaração de concordância	Apendice_I.pdf	15/04/2021 17:04:06	Cristina Gramkow	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	13/04/2021 17:01:33	Cristina Gramkow	Aceito
Outros	autorizacao_campo_de_pesquisa.pdf	28/03/2021 22:21:38	Cristina Gramkow	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Cristina_Gramkow.pdf	28/03/2021 22:10:19	Cristina Gramkow	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 27 de Abril de 2021

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

ANEXO B – Termo de Ciência



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Aprovado em 27 de abril de 2021
Parecer Nº 4.674.170

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: Demandas e itinerário percorrido por imigrantes no acesso à política de assistência social em Foz do Iguaçu/PR.

Pesquisador (es): Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Frizon Rizzotto e Cristina Gramkow

Local da pesquisa: Secretaria Municipal de Assistência Social/Centros de Referência de Assistência Social dos 05 territórios.

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Secretário Elias de Sousa Oliveira

O(s) pesquisador (es) acima identificado (s) está (estão) autorizado (s) a realizar a pesquisa e a coleta dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa segundo as normas da Resolução 580/2018 CNS/MS e suas complementares.

O início da coleta fica condicionado a aprovação do projeto de pesquisa no comitê de ética em pesquisas com seres humanos.

Foz do Iguaçu, 15 de abril de 2021.

ELIAS DE
SOUSA
OLIVEIRA

Assinado de forma
digital por ELIAS DE
SOUSA OLIVEIRA
Dados: 2021.04.15

09:20:25 -03'00

ANEXO C – Artigo científico

ACESSO DE IMIGRANTES A SERVICOS SOCIASSISTENCIAS EM MUNICIPIO DE REGIÃO DE FRONTERIA

RESUMO: O objetivo foi analisar aspectos da imigração e benefícios sociais solicitados e recebidos por imigrantes residentes em Foz do Iguazu/PR. A pesquisa compreendeu dois momentos, um de abordagem quantitativa, desenvolvido a partir de dados de bancos de acesso público e informações fornecidas pela Secretaria de Assistência Social e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do referido município, outro de abordagem qualitativa, que consistiu em pesquisa de campo com realização de entrevista com imigrantes usuários dos CRAS. Os dados quantitativos foram submetidos a análise estatística descritiva simples e os subjetivos a análise temática dialógica. A perspectiva crítica, orientada pelo materialismo histórico-dialético se constituiu em referencial de análise. Os resultados revelaram imigrantes de 57 etnias distintas registrados no CadÚnico, sendo mais presentes paraguaios, venezuelanos, argentinos, colombianos e haitianos. A imigração decorreu, essencialmente por problemas econômicos, sociais e políticos no caso dos venezuelanos, trabalho no caso dos paraguaios, desastres naturais e estudos pelos haitianos e por escolha familiar no caso dos argentinos. Em geral, estes imigrantes desenvolvem atividades laborais inferiores à formação adquirida no país de origem; reconhecem a existência de preconceito em instituições e serviços públicos; foram acolhidos por rede de apoio constituída por imigrantes de mesma nacionalidade e instituições religiosas. Conclui-se que a população imigrante deve ser objeto da política municipal de assistência social, com aperfeiçoamento dos registros que permitam identificar a demanda e os serviços efetivamente utilizados por este público.

Palavras-chave: Migração, Movimentos Migratórios, Assistência Social.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da migração é observado em toda a história da humanidade e se constitui, para muitos, em imperativo de sobrevivência diante de desastres naturais, problemas políticos, ideológicos, religiosos, raciais, sociais e/ou econômicos. No Brasil, historicamente, observam-se vários fluxos migratórios importantes a começar pelos portugueses e africanos escravizados (até século XIX), italianos e alemães (final do século XIX) japoneses (início do século XX), asiáticos (anos de 1950) (FIGUEIREDO; ZANELATO, 2017).

Nas últimas duas décadas, novos fluxos migratórios compostos majoritariamente por latino-americanos como haitianos, venezuelanos, bolivianos e paraguaios são observados no Brasil. O desenvolvimento econômico e social, a proximidade territorial, o seu reposicionamento geopolítico, as políticas internas para imigrantes e refugiados e a facilidade para concessão de visto humanitário tornaram o Brasil destino atrativo para imigrantes do continente, que antes dirigiam-se aos EUA e Europa (CAVALCANTI, 2015).

Em 2022 viviam no Brasil cerca de 700 mil venezuelanos (BRASIL, 2022) e 150 mil haitianos (FOLHA DE S. PAULO, 2022). Dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico),

principal fonte de informação utilizada pelo Governo Federal para identificação e monitoramento da população de baixa renda no Brasil, incluindo os imigrantes, informam que em 2021 estavam cadastrados 237.776 imigrantes, sendo 42,2% venezuelanos, 16,5% haitianos, 7,9% Bolivianos, 6,8% paraguaios e 26,6% outras nacionalidades (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022).

Com os novos fluxos migratórios, diversos setores governamentais se ocuparam em discutir o seu papel na atenção ao imigrante, como o caso da assistência social, que compreende que “o atendimento aos migrantes deve estar garantido em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas apresentadas”, incluindo programas sociais como o Bolsa Família (BRASIL, 2016, p.11).

No entanto, o reconhecimento do imigrante como sujeito de direitos encontra obstáculos na prática diária dos serviços públicos, uma vez que profissionais e setores da sociedade não reconhecem os imigrantes com os mesmos direitos dos nacionais, embora isso esteja garantido na legislação brasileira (BRASIL, 2017).

Em cidades de fronteira internacional, como Foz do Iguaçu no Paraná (PR), com grande fluxo de estrangeiros e de imigrantes residentes, estudos apontam contradições no exercício dos direitos fundamentais e sociais onde coexistem distintas concepções de cidadania e do seu exercício, indicando que “a noção de cidadania como atributo dos nacionais não é suficiente para a dinâmica que se estabelece nestes territórios”(ARENHART, RIZZOTTO, CARRIJO, 2022; ARENHART, RIZZOTTO, MELARA, CARRIJO, 2022, p. 01).

Os serviços socioassistenciais básicos ou especiais constituem parte importante da política de assistência social, cuja porta de entrada para o acesso são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Assim definiu-se como objetivo identificar aspectos da imigração e benefícios sociais solicitados e recebidos por imigrantes residentes em Foz do Iguaçu (PR) usuário dos cinco CRAS existentes no município.

MATERIAIS E MÉTODO

Pesquisa transversal cujo campo empírico foi o município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O estudo foi desenvolvido em dois momentos: um de abordagem quantitativa, com dados secundários relacionados ao quantitativo e características da população imigrante residente em Foz do Iguaçu inscrita no CadÚnico e beneficiárias de programas de transferência de renda e outro, por meio de entrevistas a dez imigrantes, para identificar aspectos da imigração, condição socioeconômica e itinerário percorrido pelos mesmos no acesso a benefícios da política de Assistência Social.

Os dados secundários foram obtidos em três sistemas de informação: Sistema do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); Sistema de Cadastro nacional do SUAS (CadSuas) e Sistema de Registro Mensal de Atendimento (RMA).

O procedimento de amostragem foi não-probabilística intencional por julgamento

(OLIVEIRA, 2001). Procurou-se contemplar os grupos de imigrantes com maior presença nos registros do CadÚnico identificados na primeira fase da pesquisa: paraguaios, venezuelanos, haitianos e argentinos. Quatro entrevistas foram realizadas de forma presencial, nas residências dos imigrantes, e seis, devido a pandemia da Covid-19, foram por chamada de vídeo do aplicativo *WhatsApp*. As entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade dos participantes e gravadas mediante autorização dos sujeitos e assinatura do TCLE. As entrevistas foram transcritas na íntegra constituindo arquivos digitais. A média de duração das entrevistas foi de 35 minutos.

Os dados quantitativos foram sistematizados em planilha Excel com posterior análise estatística descritiva e discussão com a literatura pertinente. Os dados resultantes das entrevistas, foram analisados de acordo com a análise temática dialógica, (FERNANDES; RIBEIRO; BORGES, 2020). Foram identificados quatro temas que compuseram itens de análise: (1) Razões e motivações para a imigração, (2) Serviços de assistência social para imigrantes em Foz do Iguaçu, (3) Acesso a benefícios sociais por imigrantes e (4) vulnerabilidades do imigrante. A teoria crítica foi adotada como referencial teórico-metodológico para a compreensão da realidade dos imigrantes que buscam acesso a benefícios sociais.

O projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o Parecer nº 4.674.170.

RESULTADOS

Em Foz do Iguaçu (PR), segundo informações do Banco Interativo (2020), constam 13.976 registros de imigrantes, destes, 48,51% (n=6.780) são do sexo feminino e 51,49% (n=7.196) masculino. Quanto ao estado civil, 65,64% (n=9.174) declaram-se solteiros e 29,92% (n=4.181) casados, entre viúvos, outras situações e/ou sem informação, são 4,44% (n=621) registros. Imigraram por razões de vida e trabalho (78%; n= 10.938) e para estudar (22%; n=3.038).

A Tabela 1 mostra a distribuição de imigrantes inscritos no CadÚnico e beneficiários do programa Bolsa Família segundo a nacionalidade. Pessoas de 57 diferentes nacionalidades estavam inscritas e 52 nacionalidades foram contempladas com o programa Bolsa Família no mês de referência (julho de 2021). A maior frequência de registrados é de paraguaios 59,20% (n=2609), seguido de venezuelanos com 14,00% (n=622), argentinos 5,87% (n=261), colombianos 4,85% (n=216), cubanos 2,79% (n=124) e haitianos 2,70% (n=122). As nacionalidades mais atendidas pelo Bolsa Família foram paraguaias 56,21% (n=1450), venezuelanas 10,80% (n=278), colômbianas 7,20% (n=186) e haitianas com 6,12% (n=158).

Tabela 1 – Imigrantes inscritos no CadÚnico segundo nacionalidade, sexo e acesso ao Bolsa

Família. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil (2022)

País de origem (nacionalidade)	Inscritos no CadÚnico		SEXO		Beneficiários do Bolsa Família	
	N	%	Masculino	Feminino	N	%
Paraguai	2.609	59,20	918	1691	1.450	56,21
Venezuela	622	14,00	302	320	278	10,80
Colômbia	216	4,85	102	114	186	7,20
Argentina	261	5,87	121	140	158	6,12
Haiti	122	2,70	79	43	100	3,90
Peru	82	1,86	40	42	59	2,30
Cuba	124	2,79	71	53	57	2,20
Líbano	65	1,46	44	21	48	1,90
Bolívia	47	1,05	22	25	39	1,50
China	32	0,70	16	16	28	1,10
Chile	42	0,95	25	17	26	1,00
Equador	21	0,47	11	10	19	0,73
Japão	19	0,40	11	8	18	0,70
El Salvador	15	0,34	8	7	14	0,54
Síria	29	0,65	16	13	10	0,40
Uruguai	14	0,30	9	5	9	0,34
Espanha	11	0,25	8	3	7	0,30
Honduras	07	0,16	3	4	7	0,30
Angola	05	0,10	3	2	5	0,20
Portugal	09	0,20	4	5	5	0,20
República Dominicana	05	0,10	3	2	4	0,15
Guatemala	04	0,08	4	0	4	0,15
Bangladesh	05	0,10	3	2	3	0,12
Coréia do Sul	08	0,18	4	4	3	0,12
Guiné Bissau	04	0,08	3	1	3	0,12
Taiwan	04	0,08	2	2	3	0,12
Costa Rica	03	0,06	2	1	3	0,12

Marrocos	04	0,08	4	0	3	0,12
Benin	03	0,06	2	1	2	0,08
Nicarágua	03	0,06	1	2	2	0,08
França	02	0,04	1	1	2	0,08
Holanda	02	0,04	1	1	2	0,08
Irlanda	02	0,04	0	2	2	0,08
México	02	0,04	2	0	2	0,08
Panamá	02	0,04	2	0	2	0,08
Jordânia	06	0,13	2	4	1	0,03
Paquistão	04	0,08	2	2	1	0,03
Inglaterra	03	0,06	1	2	1	0,03
Itália	02	0,04	1	1	1	0,03
Alemanha	01	0,02	1	0	1	0,03
Áustria	01	0,02	0	1	1	0,03
Bélgica	01	0,02	0	1	1	0,03
Gana	01	0,02	1	0	1	0,03
Índia	01	0,02	1	0	1	0,03
Ilhas Macdonal e	01	0,02	1	0	1	0,03
Head						
Moçambique	01	0,02	0	1	1	0,03
Nigéria	01	0,02	1	0	1	0,03
Romênia	01	0,02	1	0	1	0,03
Senegal	01	0,02	1	0	1	0,03
Togo	01	0,02	1	0	1	0,03
Ucrânia	01	0,02	1	0	1	0,03
Arábia Saudita	02	0,04	1	1	0	0,00
Egito	02	0,04	2	0	0	0,00
Liechtenstein	01	0,02	0	1	0	0,00
Congo	01	0,02	0	1	0	0,00
Palestina	02	0,04	1	1	0	0,00
TOTAL	4.440	100,00	1.866	2.574	2.579	100,00

Fonte: Cadastro Único (referência mês de junho/2021)

O Quadro 1 apresenta as características dos imigrantes entrevistados, das quais se

destacam a idade, são jovens entre 20 e 40 anos, o alto nível de escolaridade, e a sub-ocupação desempenhada no Brasil em desacordo com a formação e com a ocupação desenvolvida no país de origem.

Quadro 1. Características sociodemográficas dos imigrantes entrevistados. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil (2022)

País origem	Sexo	Idade em anos	Escolaridade	Ocupação no País de Origem	Ocupação no Brasil	Tempo de residência no Brasil
P1 Venezuelana	F	64	Pós-graduação	Professora de Geografia e História, com Pós-graduação em Geografia	Ministrou aulas de violão e atualmente faz diárias em casas de família	3 anos e meio
P2 Haiti	M	30	Ensino médio completo	Estudante	Estudante do curso superior em Serviço Social e autônomo	10 anos
P3 Venezuelana	F	43	Superior completo	Engenheira Química	Auxiliar de Serviços Gerais (emprego formal)	3 anos
P4 Venezuelana	F	37	Pós-graduação	Engenheira Agrônoma com Pós-graduação em Finanças	Do lar. Estudante de Marketing Digital	3 anos e meio
P5 Paraguai	F	39	Superior incompleto	Estudante	Desempregada	12 anos
P6 Venezuela	F	53	Mestrado	Professora acadêmica e Policial Municipal	Auxiliar de Produção em Frigorífico (emprego formal)	3 anos
P7 Venezuela	F	39	Superior Completo	Professora	Do lar	3 anos e 3 meses
P8 Haiti	F	33	Superior completo	Administrativo estadual	Estudante e autônoma	4 anos e 5 meses
P9 Paraguai	F	42	Ensino médio completo	Do lar	Do lar	3 anos
P10 Argentina	F	23	Superior completo	Cabeleireira	Do lar	9 meses

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Dentre os (as) entrevistados(as), oito são beneficiários do Bolsa Família ou de tarifas

sociais e dois são estudantes bolsistas da Universidade Federal de Integração Latinoamericana (Unila) (Quadro 2).

Quadro 2 - Descrição dos benefícios recebidos pelos sujeitos da pesquisa e renda. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil (2022)

Participante/ país origem	Benefícios	Renda em R\$
P1 Venezuela	- Bolsa Família, valor de duzentos e vinte reais - Tarifa social que é o benefício de desconto da luz - Aulas grátis, dois anos de estudos de português, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) - Cartão do Idoso isenta ônibus urbano - As vezes eles me dão a cesta básica	R\$ 800,00 (familiar)
P2 Haiti	Não recebe benefícios	R\$ 2.000,00 (individual)
P3 Venezuela	- Bolsa Família para compra de alimento (trabalho por fora fazendo diária) - Na pandemia recebi uma cesta de alimentos - Atividade esportiva para minha filha -Encaminhamento para o SCFV.	R\$ 1.500,00 (individual)
P4 Venezuela	- Bolsa Família até atualização do cadastro daí saí do programa - Recebi três parcelas do Auxílio Emergencial	R\$ 4.500,00 (familiar)
P5 Paraguai	- Bolsa Família de R\$ 400,00 - Tarifa Social - Cesta de alimentos a cada dois meses	R\$ 400,00 (Bolsa Família/Au xílio Brasil)
P6 Venezuela	- Uma cesta básica - Bolsa Família por 1 ano e meio que já não recebo mais	R\$ 1.930,00 (familiar)
P7 Venezuela	- Bolsa Família de R\$ 400,00 - Tarifa social para luz	R\$ 1.900,00 (familiar)
P8 Haiti	Não recebe benefícios	R\$ 1.000,00 (individual)
P9 Paraguai	- Bolsa família de R\$ 400,00 - Cesta básica a cada dois meses	R\$ 400,00 (Bolsa Família/A uxílio Brasil)
P10 Argentina	- Auxílio Brasil de R\$ 400,00. - Cesta básica só uma vez e não voltei a pegar mais	R\$ 2.100,00 (familiar)

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Tema: Razões e motivações para a imigração

Em geral, os(as) entrevistados(as) relataram que trabalhavam em seu país de origem em funções superiores às que exercem atualmente no Brasil (Quadro 1). Esta falta de reconhecimento acadêmico e profissional foi considerada pelos entrevistados como um fator negativo da migração, “[...] *acho que também para agregar uma coisa, muitas pessoas que vem de outros países, vou falar do caso de Venezuela, são profissionais formados. Seria um bom recurso que o Brasil poderia aproveitar, o custo da nossa formação foi do nosso país, decidimos sair, mas vocês podem aproveitar, nós temos muitas carreiras universitárias e bom nível profissional para podermos exercer aqui nossa profissão.* (P4)

Entre os venezuelanos entrevistados, fatores ideológicos, políticos e socioeconômicos foram determinantes na decisão de imigrar. “*Eu sou venezuelana e todos os venezuelanos estamos fugindo do comunismo da Venezuela*”. (P1)

A deterioração das condições de vida na Venezuela, decorrentes da crise econômica que assola o país há mais de uma década, com redução drástica no poder de compra, desabastecimento, capacidade limitada de oferta de serviços públicos e consequente aumento da pobreza e da violência se mostraram decisivos para a imigração. “*A situação era muito difícil no acesso aos serviços públicos, a água, a luz, alimento, para poder fazer mercado tinha que ficar na fila desde a noite anterior[...] E a água onde eu morava, vinha a cada três ou quatro meses*” (P3). “*Nós vínhamos há bastante tempo passando necessidades, fome. Eu tenho 3 crianças, uma delas, a mais velha ficou doente, foi quase 1 mês no hospital e nós tínhamos que comprar antibióticos, não tinha especialista, de noite não tinha pessoal de enfermagem para colocar os medicamentos [...] meu marido não queria sair, mas depois dessa experiência nós viemos para o Brasil*” (P7).

A crise econômica, na Venezuela, atingiu de diferentes formas as diversas frações da classe trabalhadora, fazendo com que milhares migrassem para garantir a sua sobrevivência. “*Nós tínhamos lá um negócio há mais de 20 anos na área de presunto e queijos, uma distribuidora para varejo e atacado, tudo mudou, a gasolina, as coisas aumentaram, muitos clientes quebraram, e nós também porque trabalhamos um tempo com crédito para os clientes*” (P4).

A segurança da família é um motivo importante na decisão de imigrar. “*...então minha mãe falou: tem que pensar no futuro das crianças! [...] tentaram nos sequestrar e nos roubar em mais de duas oportunidades [...] e decidimos partir da Venezuela*”. (P4).

Entre os haitianos, os desastres naturais, como o terremoto que assolou o país em 2010 e o contato com brasileiros por meio das chamadas missões de paz, enviadas pela ONU, influenciaram a decisão de migrarem para o Brasil. *“O Haiti em 2010 vivenciou um terremoto que provocou uma onda migratória [...], o Brasil estava à frente da missão de paz, aí assinaram um acordo com o governo do Haiti para facilitar o visto humanitário. Isso, motivou um pouquinho a minha chegada no Brasil”* (P2). *“Eu conheci amigos brasileiros lá no meu país [...] tem uma escola onde os brasileiros ensinam a língua portuguesa, a cultura do Brasil e eu frequentei essa escola. Aí eu tive uma grande vontade de conhecer o Brasil”* (P8).

A existência de pessoas da mesma nacionalidade morando no país, facilita a criação de redes comunitárias de ajuda, que contribuem para a realização de projetos pessoais, ampliando os horizontes restritos que muitas vezes se apresenta ao migrante. *“Cheguei aqui no Brasil em março de 2018, fiquei 5 meses sem trabalho, gastei o dinheiro que eu tinha e não consegui voltar mais e resolvi ficar no Brasil. Eu tinha um amigo que estudava aqui na Unila, conversei com ele: Como posso ganhar uma bolsa para estudar? Ele me explicou tudo certinho, eu estava com quase todos os documentos na minha mala. Fiz minha inscrição no edital em 2018, mas eu não consegui porque estava há menos de 1 ano no Brasil. Esperei até março de 2019, pra novo edital aí consegui uma vaga para [o curso de] Serviço Social. Agora eu estou no quarto período”* (P8).

A Unila foi criada em 2010, para promover a integração latino-americana, possibilitar intercâmbio cultural, educacional e científico, garantindo 50% das vagas para estrangeiros e 50% para brasileiros, tanto para discentes como para docentes. Como política de permanência, a universidade disponibiliza Assistência Estudantil (AE), repassando recurso financeiro aos estudantes em situações mais vulneráveis. Com isso, anualmente muitos estudantes são atraídos para Foz do Iguaçu (PR), na perspectiva de formação acadêmica com suporte estudantil (BRASIL, 2022c).

Paraguaias que decidiram fixar residência no Brasil também foram impulsionadas por questões familiares e laborais. *“Eu morava lá no Paraguai, tinha toda minha família lá. Depois, primeiro veio meu marido, depois veio minha filha trabalhar aqui, eu fiquei sozinha no Paraguai. Aí me falaram para eu vir morar aqui no Brasil, para ficarmos todos juntos, porque era um pouco difícil no Paraguai, então por causa do trabalho e também pela família”*(P9).

A expectativa de uma vida melhor sempre está presente nas razões da imigração: *“por motivo de criar meus filhos aqui, eu queria criar raiz em um canto, não viver mais vir pra cá ir para lá, sabe?! Aí eu decidi ficar aqui, dar uma vida melhor para elas”*. (P5). *“A gente veio para o Brasil, porque meu filho mais novo, ele ganhou vaga na faculdade, na UNILA, então ele queria fazer formatura na área de economia, está fazendo agora, então eu vim para*

ajudar um pouco ele, acompanhá-lo” (P6).

A mesma motivação apareceu na fala da imigrante argentina *“eu estava lá na Patagônia Argentina e soube que estava grávida de 1 mês, então eu deixei tudo, porque eu já tenho família aqui em Foz, sempre gostei daqui, [...]meu marido queria ter uma filha brasileira e eu também, queria dar a elas um melhor futuro”.* (P10).

Tema: Serviços de assistência social para imigrantes em Foz do Iguaçu

A falta de informações sobre serviços e programas sociais existentes no País que possam assegurar direitos básicos foi identificada nas falas dos(as) entrevistados(as): *“quando viemos aqui para o Brasil, nós não sabíamos nada do CRAS [...] há mais ou menos 2 anos comecei a participar do CRAS, estava meio complicado para mim e minha família”*(P9).

Os vizinhos se constituem em importante fonte de informação e direcionamento *“Foi o vizinho meu que orientou [...] eu fui lá CRAS do Centro. Daí eles me passaram para o Três Lagoas, porque cada CRAS tem a região deles né”* P5. *“Meu filho e eu nos mudamos de casa três vezes. Quando estávamos morando na segunda casa, uma vizinha me falou do CRAS e me indicou que pela zona que estamos morando eu teria que ir no CRAS Oeste [...] e aí fui muito bem atendida”*P1.

As comunidades de imigrantes e instituições religiosas configuram redes de apoio aos imigrantes recém-chegados ao País. *“Na verdade, quem me orientou foi a Sra. Maria (nome fictício) da comunidade de venezuelanos aqui organizada. Ela conhecia e me orientou com a igreja que frequenta [...]. Me ajudou com recursos, comida nos primeiros dias e ainda me orientou de programa social, Cadastro Único, CPF”* (P3).

Outra fonte de informação são os próprios familiares, já residentes, que diante de necessidades emergenciais demandam os serviços sociais, como por exemplo, a necessidade de documentação para ingresso das crianças na escola. *“Minha filha não tinha documento para entrar na escola e o filho do meu marido comentou para irmos pro CRAS, para poder entrar na escola, que as crianças tinham direito de entrar na escola”.* (P9).

Tema: Acesso a benefícios sociais por imigrantes

Os benefícios sociais recebidos se mostraram essenciais para os entrevistados *“meu filho e eu comemos do que o CRAS nos dá. E graças ao CRAS, temos luz. E graças ao CRAS estou falando português. E cada vez que vou, eles me falam com muito carinho e se há um*

curso eles me oferecem o curso, já me ofereceram um como fazer meu currículo, por que é diferente em cada país e assim eu recebo muita chuva de graças. Eu estou muito agradecida” (P1).

A entrevistada P4, apresenta uma questão bastante discutida no âmbito das políticas de transferência de renda. *“A faixa para entrar dentro das possibilidades dos benefícios é muito baixa, tem que ser um pouco mais realista, [...] o período econômico que está atravessando o Brasil, assim acho que o salário mínimo de vocês teria que aumentar”* (P4).

A interrupção durante a pandemia foi um aspecto relevante na descontinuidade dos serviços públicos, incluindo os socioassistenciais. *“Eu creio que sim deveriam dar mais continuidade, na verdade não pude continuar com minha filha, porque já estava fechado pela pandemia, e não estava atendendo, como pude, conversei com minha filha para não cair mais nessa depressão”* (P3).

Tema: Vulnerabilidades do imigrante

Preconceito e discriminação aumenta o sofrimento e vulnerabilidade dos imigrantes *“eu me senti discriminada algumas vezes [...] na questão do trabalho normalmente, as pessoas abusam da condição do imigrante, temos que limpar coisas terríveis, porque isso não faz uma faxineira brasileira, [...] é uma forma de discriminação. [...] Muitas vezes trabalho por nove horas e o que me pagam é R\$ 70,00/R\$ 50,00, depende, mas eu faço”* (P1). *“Sim, eu me senti muito discriminada. [...] faz pouco tempo eu escrevi para uma loja de móveis e ela falou pra mim: Eu não trabalho com gente estrangeira. Eu só trabalho com gente que tem RG. Eu falei pra ela: Nossa, eu já tenho documentação tudo certo, por que você está me discriminando? Eu trabalho, meu marido trabalha aqui, a gente tem uma filha, eu pago imposto, tudo certo [...] tenho conta no banco. Ai depois ela mudou de atitude”* (P10).

Outros relatos denunciam a percepção que eles(as) têm de que a tríplice fronteira se situa numa região mais conservadora do que outras regiões do Brasil. *“Aqui é uma cidade intolerante contra os imigrantes, paraguaios, haitianos, é um problema nacional, mas aqui existe e não tem diálogo, a gente não consegue debater essas questões [...], é uma região muito conservadora, xenofóbica, acho que isso não é porque é uma região de fronteira, acho que por ser uma região mais pro sul, [...] cultural mesmo”* (P2). A entrevistada P4 relativiza: *“diretamente não, mas tem prejuízos, preconceitos das pessoas com respeito aos imigrantes, quando escutam nossa fala, nosso sotaque, já tem um pouco de receio, mas também eu acho que é por conta de desconhecimento”*.

A saúde foi citada como um setor onde há tratamento diferenciado para brasileiros e estrangeiros; *“na saúde, nos postinhos, eles não te dão a mesma prioridade que um brasileiro que mora aqui. Já aconteceu de eu ir no posto de saúde, eu chegava primeiro, mas eles faziam passar todas aquelas pessoas que são residentes aqui e me deixava por último, daí aquilo lá me incomodou um pouco”* (P5).

Uma das falas apresentou certo conformismo, naturalizando o preconceito vivenciado, *“mas é normal, porque a gente tem que se colocar no lugar também. Um brasileiro mora aqui toda sua vida e a gente vem de fora e pega tudo mais rápido, é ruim né. Então eu compreendo também essa parte”* (P10).

DISCUSSÃO

A expansão do capitalismo implica em diversas formas de desigualdades sociais e concentração de riquezas, e o processo migratório expressa essas desigualdades, uma vez que quem imigra precisa dispor de recurso financeiro suficiente para permitir seu deslocamento internacional, com exceção para as fronteiras terrestres. Ou seja, quem migra não são as pessoas mais pobres do país, mas pessoas mais jovens, com certo nível de formação educacional, rede de apoio e capacidade de articular elementos que contribuam para certa segurança no país acolhedor (Zunino, 2021).

A pequena diferença entre homens e mulheres imigrantes registrada em Foz do Iguaçu/PR mostra que ambos sexos migram quase na mesma proporção, diferente de outras pesquisas que mostram uma maioria de imigrantes do sexo masculino. Autores como Dornelas e Ribeiro (2018, p 249) pontuam que até pouco tempo os homens eram aqueles que migravam por fatores relacionados ao trabalho, mulheres e os filhos eram apenas seus acompanhantes. No cenário atual, a mulher passa a ser vista também como sujeito migratório com distintas motivações, experiências e expectativas.

Vendramini (2018, p. 241) afirma que “o trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal para vender sua força de trabalho onde houver procura. Torna-se assim totalmente disponível ao mercado de trabalho [...] tendo que se deslocar com mais frequência, exigindo desprendimento e adaptabilidade. Assim, na visão de Silva e Beninger (2021), este processo migratório pode ser concebido como uma imigração involuntária, se considerarmos os motivos que originam a mesma, geralmente por fatores políticos, religiosos, econômicos ou sociais.

Moura (2021) relata que grandes empresas da construção civil e frigoríficos têm

interesse na força de trabalho de imigrantes, especialmente por seu baixo custo. O autor frisa que “o migrante era o trabalhador ideal para as empresas brasileiras. Não falava a língua, não podia se sindicalizar, não tinha uma rede de apoio e, logo, era muito fácil de se explorar” (p. 1). Do ponto de vista sociológico, “os processos migratórios sempre alimentaram o crescimento das cidades e, conseqüentemente, seus desenvolvimentos econômico e político. À medida que o capitalismo se expandiu, também reestruturou as formas urbanas e organizou novas e numerosas ondas de migração até elas” (ESCUDERO, 2021, p. 194).

Marcon e Nora (2020) destacam que na última década, houve grande expansão de trabalhadores estrangeiros que optaram pelo Brasil para residir e trabalhar. Destes elas citam argentinos, senegaleses, haitianos, colombianos, peruanos, venezuelanos, bolivianos, uruguaios e paraguaios. As autoras referem que a migração ilegal é um dos fatores que contribuem para que situações análogas à escravidão possam ocorrer, devido ausência de documentação legal no país, que possibilite acesso ao mercado de trabalho formal, submetendo muitos às condições de superexploração do trabalho. A cidade de Foz do Iguaçu (Brasil) e a Cidade de Leste (Paraguai) são conhecidas como cidades gêmeas, devido a facilidade do livre trânsito entre elas, o que facilita o acesso de paraguaios ao Cadastro Único e a concessão de determinados benefícios sociais no Brasil. Em regiões como esta, “o constante fluxo de cidadãos transfronteiriços, bem como o compartilhamento de problemas sociais, exige ações do campo da Política de Assistência Social (PAS) e requer o atendimento a cidadãos, sem nacionalidade brasileira, mas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social” (SILVA; UGOSKI, 2013, p. 228).

Mesmo vivendo em um país democrático, as manifestações de xenofobia e aporofobia (Cortina, 2020) dos brasileiros para com os estrangeiros pobres tem tomado proporções maiores nos últimos anos. Muitos imigrantes sentem-se inseguros, desprotegidos e desamparados em relação às possíveis situações de violência, discursos e crimes de ódio. Deste modo, “*la perfección de una sociedad democrática, igualitaria y que respete la diferencia y la diversidad sigue siendo una utopía política de difícil alcance*” (ÁRABI, 2020, p. 171).

Para Santos (2020), a crise socioeconômica e política iniciada em 2014 na Venezuela, deixou o país em uma situação muito difícil. A dívida externa e interna, a oscilação no preço do petróleo e o bloqueio de bens do país em bancos estrangeiros não permitiu a estabilização econômica do país com prejuízos à população. Um dos efeitos foi a insuficiência de alimentos para o abastecimento dos mercados, os serviços públicos ficaram ineficientes e não chegavam ao alcance de todos. A fome, miséria, criminalidade, ausência de atenção à

saúde, entre outros motivos, foram motivadoras para a migração de milhares de venezuelanos para diferentes países, incluindo o Brasil. De acordo com o *Observatorio Venezolano de Violencia* (OVV) (2022), no documento denominado Informe Anual de Violência (2020), houve mais mortes devido às situações de violência do que de vítimas da pandemia da Covid-19, sendo que a Venezuela teve mais mortes violentas da região e do mundo, os números apontam 45,6 mortes violentas por cada cem mil habitantes. O documento mostra que a Venezuela passou de um dos países mais ricos da América Latina, que sempre ajudou outros países, para se tornar uma nação que necessita ajuda humanitária para garantir o básico, como a alimentação de sua população. A desigualdade social, a má distribuição de renda e a falta de condições de sobrevivência fazem com que muitas pessoas vejam na criminalidade uma forma de garantir os mínimos necessários.

O processo de migração pode se constituir em um dos determinantes sociais para situações de vulnerabilidade e risco social, e a própria condição social que os indivíduos pertencem, e que estavam ineridos em seu país de origem, determinam as distintas formas de enfrentar as situações de risco no país que os acolhe. A perda de parte de valores culturais, hábitos e tradições, na mudança de um país para outro, ao mesmo tempo que pode facilitar sua adaptação, também pode colocá-lo em risco social, físicos e psicológicos (Almeida; Silva; 2019; Cesário *et al*; 2015).

Ao adentrar em outro país, o imigrante insere-se em novos círculos sociais, profissionais e acadêmicos, e passa a vivenciar o luto e a necessidade de reconfiguração da sua identidade profissional e social. Isso relaciona-se a uma possível perda de diferentes funções e papéis que desempenhava no país de origem, o que gera um importante impacto na subjetividade dessas pessoas (FERREIRA; LODETTI; BORGES, 2021, p. 144).

De acordo com informações na página *online* do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2022), o Brasil foi um dos pioneiros na proteção internacional aos refugiados e que existem cerca de 6,6 milhões de refugiados sírios espalhados pelo mundo. No nosso estudo, foram identificadas 29 pessoas oriundas da Síria registradas no CadÚnico e 10 recebem o Bolsa Família (Quaro 4).

Os terremotos no Haiti, com a conseqüente escassez de trabalho e a proximidade dos haitianos com as tropas brasileiras de Paz enviadas pela ONU, motivaram os haitianos a migrar para o Brasil, que viam como um país acolhedor, próspero, com possibilidades e oportunidades de trabalho. O deslocamento deles foi amplamente noticiado nos meios de comunicação e estes se instalaram em vários estados e cidades do país. Cividini (2018, p.28)

pontua que “os primeiros haitianos chegaram por via terrestre, através das fronteiras do Peru e Bolívia, nas cidades de Assis Brasil no estado do Acre e Tabatinga, no Amazonas”.

Para Baeninger e Peres (2017), a chegada dos haitianos ao Brasil a partir de 2010, forçou o governo, a sociedade e instituições acadêmicas a pensar estratégias para acompanhar este público de modo a retratar a realidade e as condições de vida que estes se encontravam. A decisão de permanência dos imigrantes no país se deu sobretudo por meio do visto humanitário, criado em 2012 pelo governo brasileiro e a criação da Lei da Migração de 24 de maio de 2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, Lei Federal nº 6815/80. (BRASIL, 2017).

É previsto que, no Brasil, imigrantes com formação acadêmica no exterior, tenham a possibilidade de revalidar seu diploma para obterem o direito de exercer a profissão no País. Porém, na prática, muitos obstáculos com os trâmites legais e burocráticos, somados à ausência de documentos comprobatórios e/ou recursos financeiros insuficientes para obtê-los, impedem o reconhecimento submetendo os imigrantes a subempregos e vínculos precarizados e desprotegidos.

O Programa Bolsa Família (no momento da pesquisa “Auxílio Brasil”), acessado por alguns entrevistados(as), é um programa vinculado à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Criado em 2003, a família necessita ter renda familiar *percapita* de R\$ 89,00 a R\$ 178,00 e crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Para os contemplados com este benefício, é necessário manter a frequência escolar em dia, calendário vacinal, peso e altura acompanhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), inclusive informações de mulheres em idade fértil, além de manter o CadÚnico atualizados (BRASIL, 2005).

Merece destaque, ainda, que o acesso à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) depende da sua ampla divulgação, prevista legalmente, dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais (BRASIL, 2005). Também o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009), afirma o direito à informação sobre como e onde manifestar seus direitos e requisições sobre o atendimento socioassistencial, entre outros (BRASIL, 2009). No entanto, é notória a ausência de divulgação de informações, por parte do poder público, especialmente ao público imigrante a respeito desta política e seus direitos, dependentes de uma rede de solidariedade informal (vizinhos, familiares, instituições religiosas) para descobrirem formas de acessar esta política.

Por fim, é necessário enfatizar que o sistema capitalista limita as escolhas pessoais e

profissionais, especialmente da classe trabalhadora diante das condições de vida a que está submetida esta imensa maioria dos povos. Por outro lado, contratar imigrantes é favorável ao detentor dos meios de produção, pois possibilita o aumento dos lucros e acúmulo de capital, uma vez que a força de trabalho tende a ser mais barata, visto que muitos deles não possuem documentação legal no país. Pessoas em situação migratória irregular no país, acabam fazendo parte do exército de reserva, além de receberem baixos salários, não possuem proteção social e nem estabilidade em seus empregos, podendo ser dispensados em qualquer tempo e sem qualquer prejuízo. Somado a isso, a insegurança da possibilidade de serem deportados, faz com que estas pessoas fiquem à mercê da classe dominante e em condições desumanas de vida e trabalho (CAMPOS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que os imigrantes se constituem em um grupo socialmente vulnerável, que devem ser objeto da política de assistência social especialmente em município de fronteira internacional, como Foz do Iguaçu (PR).

Em relação ao processo de migração, as dificuldades vivenciadas no país de origem, seja em função de desastres naturais ou devido à situação econômica desfavorável, impulsionaram migrar para outro país e ter a oportunidade de criar novos laços e reconstruir sua vida em melhores condições. Entre os entrevistados, a decisão de imigrar foi por problemas econômicos, sociais e de violência no caso dos venezuelanos, trabalho no caso dos paraguaios, desastre natural e estudo para os haitianos e por escolha familiar no caso dos argentinos.

Aspecto importante observado foi em relação a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Ficou explícito que imigrantes com boa formação acadêmica e qualificação profissional, exercem no Brasil atividades laborativas incompatíveis com as funções que exerciam lá, percebendo remuneração insuficiente para sua manutenção e de sua família e com vínculos de trabalho precários.

Quanto ao acesso aos benefícios sociais, identificou-se que existe desconhecimento por parte do público imigrante, acerca dos direitos assistenciais, para que estes possam requerer de acordo com suas demandas e avaliação técnica do profissional do CRAS. Não se observou, por parte dos equipamentos disponíveis das diferentes políticas públicas do governo municipal a divulgação dos benefícios assistenciais e eventuais, disponíveis à população que deles necessita. Salienta-se a necessidade de o Estado garantir que de fato os direitos sociais constitucionais e os viabilizados por meio das demais legislações em vigor, sejam acessíveis a toda população imigrante. Além do mais, é urgente a necessidade de uma política de financiamento que contemple as especificidades da fronteira.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se o acesso aos entrevistados dificultado pela mudança frequente de endereço dos imigrantes e pela coincidência do período da coleta de dados com a ocorrência da pandemia da Covid-19.

A pesquisa permitiu conhecer aspectos relevantes da realidade dos imigrantes em território de fronteira internacional, e indica a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de registro dos serviços socioassistenciais que permitam identificar a demanda e a assistência realizada para o público estrangeiro, especialmente por se tratar de região de fronteira.

Conclui-se o que a política de assistência social relacionada ao imigrante em região de fronteira configura um campo vasto de pesquisa, com possibilidades para estudos futuros, uma vez que possui baixa produção científica relacionadas a esta temática.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Agência da ONU para refugiados**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ALMEIDA, L. P.; SILVA, A. M. V. Fronteiras, mobilidades e desigualdades: Uma reflexão sobre a escola de/na fronteira. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 707-724, 2019. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p707-724>

ARENHART, C. G. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; CARRIJO, A. R. Concepções de formadores de opinião sobre cidadania e direito à saúde na fronteira trinacional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.32 n. 4, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312022320406>.

ARENHART, C. G. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; MELARA, M.; CARRIJO, A. R. Representações sociais do direito à saúde na fronteira trinacional. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 27, n. 11 [Acessado 22 Fevereiro 2023] , pp. 4233-4241.

ARABI, H. El discurso xenófobo en el ámbito político y su impacto social. **Estudios Políticos**, Entramado v. 16, n. 1, p. 166-175, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/entra/v16n1/2539-0279-entra-16-01-166.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: A migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos e População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2005.

Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
 f. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF, 2009. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2016. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em fev, 2023.

BRASIL. **Lei de Migração**. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em fev, 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Em cinco anos, Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-cinco-anos-brasil-recebeu-mais-de-700-mil-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em fev, 2023.

BRASIL. Universidade Federal de Integração Latinoamericana – UNILA. **Assistência Estudantil**. Foz do Iguaçu, PR, 2022c. Disponível em:
<https://portal.unila.edu.br/prae/auxilios>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CAMPOS, V. C. **O que o Marxismo diz a respeito das migrações internacionais?** Migramundo Equipe, 2021. Disponível em <https://migramundo.com/o-que-o-marxismo-diz-a-respeito-das-migracoes-internacionais/>. Acesso em: 27 mai. 2022.

CAVALCANTI, L. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro. Desafios para políticas públicas. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.21-35, V.11, n.16, jul-dez.2015.
[http:// DOI: 10.5418/RA2015.1116.0002](http://DOI:10.5418/RA2015.1116.0002).

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMIGRA 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em:
https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf. Acesso em fev, 2023.

CESÁRIO, R. R.; FABRINI, C. B.; CESÁRIO, M. Migração peruana no Acre, Amazônia:determinantes, vulnerabilidades e oportunidades para promoção de saúde. **Revista**

Latinoamericana de Población, Cuernavaca, 2015.
<https://doi.org/10.31406/relap2015.v9.i1.n16.5>

CIVIDINI, F. R. **Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): Tensões e fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Culturas e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018. Disponível em:
https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3841/5/Fatima_Regina_Cividini_2018.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

CORTINA, A. **Rejeição aos pobres é doença social que ameaça a democracia**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília, 2020. Disponível em:
<https://www.csem.org.br/noticias/rejeicao-aos-pobres-e-doenca-social-que-ameaca-a-democracia-afirma-filosofo/>. Acesso em jan, 2023.

DORNELAS, P. D; RIBEIRO, R G. N. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão**, Ano XXI, nº 41, Mai a Ago/2018. ISSN: 2238-9091 (Online). Disponível em:
http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_11_Dornelas_Ribeiro.pdf. Acesso em fev, 2023.

ESCUADERO, C. Os imigrantes e a cidade de São Paulo: Modos de interação e sociabilidade. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 30, n. 64, p. 191-208, 2022.
<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006412>

FERNANDES, L. K.; RIBEIRO, L. D. M.; BORGES, F. T. Análise Temática Dialógica aplicada a uma roda de conversa com crianças: uma explanação baseada em relato de pesquisa. **Revista Teias**, v. 22, nº 64, Teias 20 anos, 2020.
<http://doi:10.12957/teias.%Y.50727>

FERREIRA, A. V. S.; LODETTI, M. B.; BORGES, L. M. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 141-158, 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>

FIGUEIREDO, L. O.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(1), 77-90, 2017. Disponível em :
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/31426>. Acesso em fev, 2023.
<https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.31426>

FOLHA DE SÃO PAULO. **Decisão da Justiça abre caminho para que haitianos entrem no Brasil sem visto**. 2022, disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/decisao-da-justica-abre-caminho-para-que-haitianos-venham-ao-brasil-sem-visto.shtml>. Acesso em fev, 2023.

MARCON, F. A.; NORA, G. A. M. Trabalhador imigrante e condição análoga de escravo: Uma análise comparativa entre o Estatuto do Estrangeiro e a atual Lei de Migração. *Revista Jurídica Cesumar*. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 481-500, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/8727/6501>. Acesso

em: 02 nov. 2022.

MOURA, S. M. Mesmo com cenário desfavorável, imigrantes haitianos seguem buscando o Brasil. Por quê? **Jornal da USP**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/mesmo-com-cenario-desfavoravel-imigrantes-haitianos-seguem-buscando-o-brasil-por-que/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA - OVV. **Laboratorio de Ciencias Sociales (LACSO)**. Informe Anual de Violência. Caracas, 2022. Disponível em: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/reportes-de-investigacion-lacso/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

SANTOS, L. O. **A crise migratória na Venezuela e os impactos nas políticas públicas brasileiras**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito) – UniEvangélica, Anápolis, 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/16877/1/Monografia%20-%20LUCAS%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

SÃO PAULO. Observatório das Migrações em São Paulo. **Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE/ Registro Nacional Migratório/RNM)**. São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, J. C. J.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>

SILVA, V. R.; UGOSKI, D. R. **A política de assistência social em cidades gêmeas da fronteira gaúcha**. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R., orgs. A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, p. 219-232. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>.

VENDRAMINI, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p239>

ZUNINO, C. I. J. Herramientas metodológicas para el estudio de las migraciones internacionales en tramas de desigualdad social. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá, v. 44, n. 1, p. 289-315, 2021. <https://doi.org/10.15446/rcs.v44n1.79002>